

65/27-1  
Abaixo os planos reaccionarios de redução dos efectivos e desarmamento do Exercito!

PROLETARIOS de todos os paizes, Uni-vos

COLEÇÃO  
ANPUH/2023  
NO IV

# UNIÃO DE FERRO

Orgão Central do Partido Communista nas Forças Armadas  
Rio de Janeiro, Novembro de 1935

N. 15

## O Papel Que Representa Actualmente o Exercito Só um Exercito Revolucionario Defenderá de Facto o Brasil

Só os ignorantes e imbecis, ou aqueles que teem nisso vantagens, podem ainda negar que o povo brasileiro está sendo engu- lido aos poucos pelos capitalistas estrangeiros, auxiliados pe'o go- verno de Getulio, pelos integralis- tas e por toda essa corja de fi- gurões "politicos" que teem ven- do e estão vendendo o Brasil aos exploradores imperialistas e aos cynicamente, procuram iludir com promessas vãs, di- zendo que estão se esforçando "salvar" o Brasil.

jogarem o Exercito contra o povo. Pelo que vemos, o Exercito tambem não defende a patria bra- sileira; nem tampouco defende o povo e nossas familias.

O Exercito não tem sido senão um juguete nas mãos dos "poli- ticos" brasileiros e dos explorado- s estrangeiros. Os soldados têm sido sempre illudidos e levados criminosamente ás guerras como em 30 e 32, afim de serem mortos, mutilados e esmagados nas trin- cheiras, quando, realmente, vão defender os interesses de america- nos ou ingleses e de um grup- de politicos...

## A Guerra de Rapina Contra a Aby confirmar o Que Diziamos do Imp e do Fascism

A invasão da Abyssinia pelo im- perialismo italiano veio confirmar o que ha tempo vinhamos dicen- do não só sobre o imperialismo, como tambem sobre o fascismo.

O imperialismo — diziamos e continuamos a dizer — é o capi- talismo que agoniza, que sente se aproximar seus ultimos dias. E para tentar viver por mais algum tempo, se vê obrigado a lançar mão de um golpe de audacia : A GUERRA. A guerra de con- quista. A guerra de rapina. E mesmo a guerra...

sario que a mas E para isso foi mo.

Vemos assim o cismo está ligado fome e á reacção. mesma forma que paro do imperialism Para mais reaffirm dizemos e ainda m perfeita identidade e cismo, o nazismo e o mo, lembremo-nos de Hitler incitando jemo á catolizacão...

OSLAN COSTA RIBEIRO (ORG.)

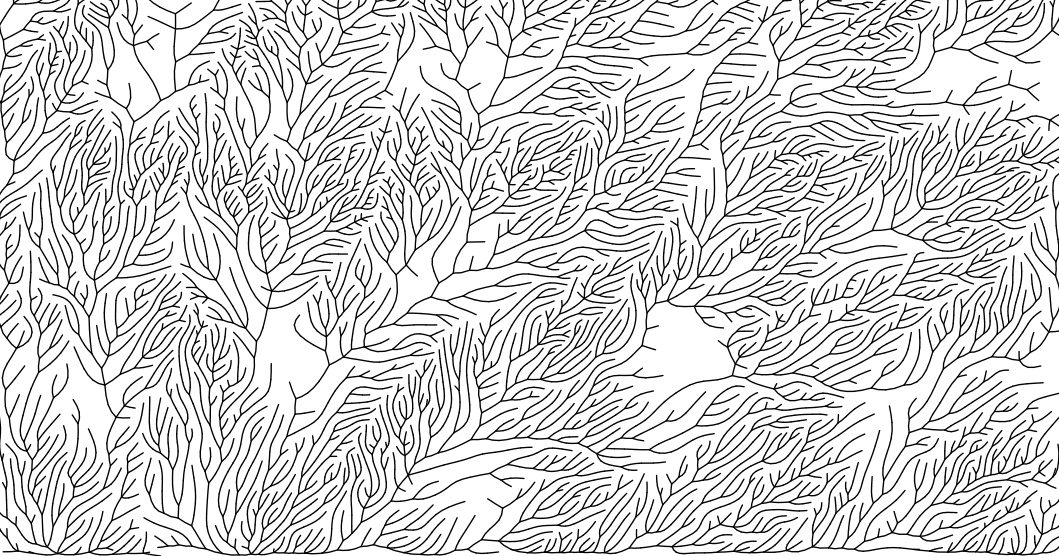
# A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA POR MEIO DAS FONTES IMPRESSAS E DA IMPRENSA



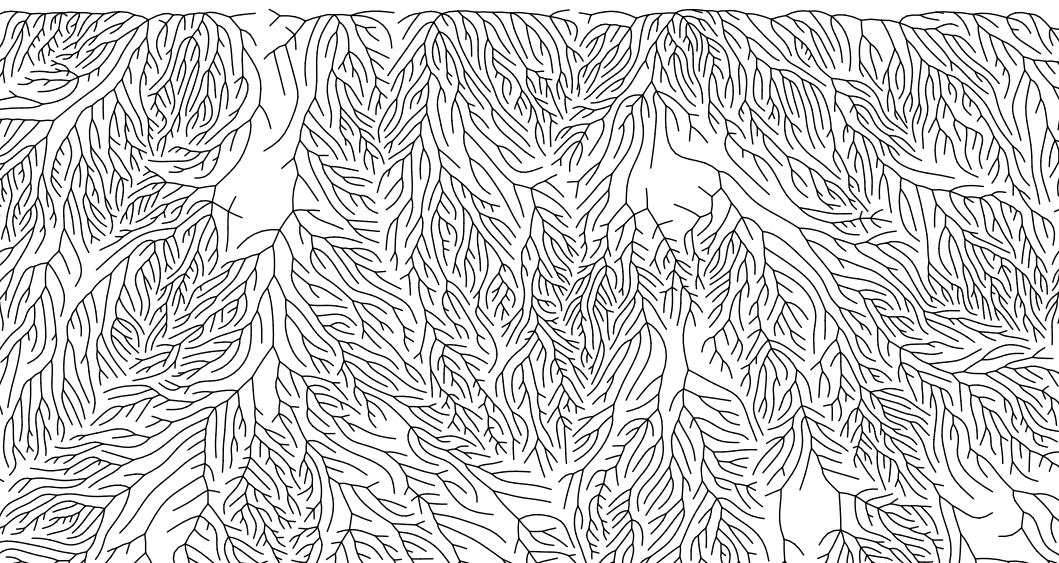


**XIII**

**ENCONTRO  
DE HISTÓRIA  
DA ANPUH - PA**



**A PRODUÇÃO  
HISTORIOGRÁFICA  
POR MEIO DAS FONTES  
IMPRESSAS E  
DA IMPRENSA**



Abaixo os planos reaccionarios de redução dos efectivos e desarmamento do Exercito!

PROLETARIOS de todos os paises, Uni-vos

OSLAN COSTA RIBEIRO (ORG.)

# UNIAO DE FERRO

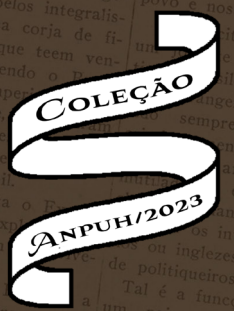
Orgão Central do Partido Comunista nas Forças Armadas  
Rio de Janeiro, Novembro de 1935

ANNO IV

N. 15

O Papel Que Representa Actualmente o Exercito  
Só um Exercito Revolucionario  
Defenderá de Facto o Brasil

A Guerra de Rapina Contra a Abyssinia  
confirmar o Que Diziamos do Imperialismo  
e do Fascism



## A PRODUÇÃO HISTORIÓGRAFICA POR MEIO DAS FONTES IMPRESSAS E DA IMPRENSA

Só os ignorantes e imbecis, ou aqueles que tem nisto vantagens, podem ainda negar que o povo brasileiro está sendo engolido aos poucos pelos capitalistas estrangeiros, auxiliados pelo governo de Getulio, pelos integralistas e por toda essa corja de fiadores "políticos" que tem vendendo e estão vendendo os exploradores imperialistas, cynicamente, para illudir com promessas de que estão salvando "salvar" o Brasil. O papel representa o Brasil nessa situação de exploração e de miseria em defenderá mesmo a patria contra o invasor estrangeiro? resposta a estas perguntas: exercito é a força armada para garantir os interesses dos exploradores do Brasil, contra o que pede PÃO, que quer e LIBERDADE. Basta João Gomes e quasi todos os integralistas, associados a Getulio e aos capitalistas estrangeiros, afirm de

jogarem o Exercito contra o povo. Pelo que vemos, o Exercito tambem não defende a patria brasileira; nem tampouco defende a patria dos sugadores por nós facilitada sempre. Tal é a função de politiqueros e de um paiz semi-colonial como o nosso, com rotulo de paiz independente. O nosso Exercito só poderá defender eficientemente o povo q' bem aparelhado, numeroso, soldados conscientes, isto é, um Exercito Revolucionario, do povo, defendendo seus interesses, chefiado por Prestes, o modelo dos revolucionarios, e não por um integralista vendido como João Go-

A invasão da Abyssinia pelo imperialismo italiano veio confirmar o que ha tempo vinhamos dizendo sobre o imperialismo, e a sua agoniza, que sente seus ultimos dias. E por mais algum tempo ligado a lançar a guerra contra outro imperialismo, a disputa de mercados e de materias primas etc. Tal é o caso do presente salto dirigido por Mussolini sob o pretexto de civilizar a Abyssinia. Mas para melhor poder levar o povo á guerra; para que o povo siga illudido, supondo que lá está cumprindo uma nobre missão; para que suponha que a guerra faz os povos e outras coisas mais liberdades humanas, é necessario que qualquer manifestação contraria aos interesses dos ricos seja repelida com terror, é neces-

sario que a massa e para isso foi feito. Vemos assim o imperialismo está ligado ao fascismo e á reacção da mesma forma que o imperialismo. Para mais reafirmarmos a perfeita identidade do imperialismo, o nazismo e o fascismo, lembremo-nos do discurso de Hitler incitando a Alemanha á carnificina imperialista. Lembremo-nos do discurso de Hitler incitando a Alemanha a expandir novamente. O da presente guerra de louvores á Italia fascista a seus agentes e a sua palavra feza da Abyssinia e muito contra a guerra. E' por tudo isto que vemos dar treguas a essa verde que tem a pretensão de dominar nossa patria. A luta pela libertação nacional do povo do Brasil está intimamente ligada á luta contra o integralismo — empreiteiro de guerra, defensor mascarado do imperialismo. Lutemos diariamente, por todas as formas, contra o imperialismo e o integralismo. Só assim chegaremos a ter a patria livre, com um governo independente dos magnatas de qualquer natureza. Escrevamos por toda parte: Abaixo a guerra de

BAIXO A BOIA PODRE NOS NAVIOS E O...



ANPUH PA  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Ha poucos dias... da guarnição... de um verdadeiro... e pessima; nao... de especie al... galoados reaciona... tam como cachor... proporção que va... maltratados e hu... mas tambem com... a necessidade de... e lutarmos por...

João Gomes e quasi todos os integralistas, associados a Getulio e aos capitalistas estrangeiros, afirm de... Ha poucos dias... da guarnição... de um verdadeiro... e pessima; nao... de especie al... galoados reaciona... tam como cachor... proporção que va... maltratados e hu... mas tambem com... a necessidade de... e lutarmos por...

Copyright © by O organizador  
Copyright © 2023 Editora Cabana  
Copyright do texto © 2023 Os autores  
Todos os direitos desta edição reservados  
© Direitos autorais, 2023, organizador e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva  
responsabilidade dos autores.

**Diagramação, capa e projeto gráfico:** Eder Ferreira Monteiro

**Edição e coordenação editorial:** Ernesto Padovani Netto

**Revisão:** os autores

**Crédito da imagem da capa:** Jornal *União de Ferro*, 1935.

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

A produção historiográfica por meio das fontes impressas e da imprensa / Oslan Costa Ribeiro (Organizador). – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

P964

Autores: Paulo Afonso Tavares, Wemerson Matos, Wilson Wagner Sidônio Gomes, Mayara Araujo, Maria Rita Santos, Lydio Alfredo Rossiter Neto, Lucas Mello Neiva, João Nei Eduardo da Silva, Eduardo Santos Costa, Breno dos Santos Santana, André Vinicius Mossate Jobim, Oslan Costa Ribeiro.

181 p.p.: il.

Formato: PDF

Inclui bibliografia

**ISBN 978-65-85733-00-7**

1. Historiografia. 2. Imprensa. I. Ribeiro, Oslan Costa (Organizador). II. Título.

CDD 901

---

**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

Índice para catálogo sistemático

I. Historiografia - Brasil - História



[2023]  
EDITORA CABANA  
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)  
67130-130 — Ananindeua — PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
cabanaeditora@gmail.com  
www.editoracabana.com

# CONSELHO EDITORIAL



Dr. Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)  
Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (EA-UFPA)  
Me. Diego Pereira Santos (UEPA)  
Me. Victor Hugo Modesto (UFPA)  
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)  
Ma. Aline Barros dos Reis (SEMED/Marabá)  
Dra. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)  
Ma. Raimunda Conceição Sodré (IFPA)  
Dr. José M. Almeida Neto  
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves  
Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFRN)  
Dra. Eliana Ramos Ferreira (UFPA)  
Dra. Iane Maria da Silva Batista (UFPA)  
Me. David Durval Jesus Vieira (IFPA)  
Dr. Pere Petit (UFPA)  
Dr. Fábio Pessoa (UFPA)

---

---

Me. Anderson Clayton Fonseca Tavares (UFPA)  
Me. Daniel da Silva Miranda (UFPA)  
Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)  
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal de Viçosa)  
Me. Bruno de Souza Silva (UFPA)  
Me. David Rodrigues Farias (UFPA)  
Me. Bernard Arthur Silva da Silva (UFPE)  
Dr. Wlisses James de Farias Silva (UFAC)  
Ma. Livia Lariça Silva Forte Maia (UFPA)  
Ma. Sara da Silva Suliman (UFPA)  
Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (UFPA)  
Me. Oslan Costa Ribeiro (UFG)  
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa);  
Ma. Maria Raimunda Santana Fonte (SEDUC-PA)  
Dr. Cleodir da Conceição Moraes (EA/UFPA)  
Dr. Thiago Broni de Mesquita (EA/UFPA)  
Dr. Ernesto Padovani Netto (Seduc/PA)  
Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA)  
Dr. Raimundo Nonato de Castro (IFPA)

## APRESENTAÇÃO



### COLEÇÃO ANPUH DE HISTÓRIA DE 2023 **HISTÓRIA E ENSINO NO PARÁ**

---

---

A Associação Nacional de História em sua seção Pará, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o apoio da ANPUH Nacional, promoveu o XIII Encontro de História em 2022 com o tema “História e Historiografia na Amazônia - Independência e Ensino”, que ocorreu entre os dias 28 de novembro e 01 de dezembro de 2022 na cidade de Belém, em formato híbrido, reunindo cerca de 400 pessoas entre alunos, professores e pesquisadores de história e área relacionadas.

Nos dois primeiros dias contamos com três seções dos Diálogos Amazônicos que abordaram as “Políticas de Ações Afirmativas”, o “Programa Forma Pará e a Formação em História”, e “O Pará na O.N.H.B.”. Ainda tivemos na conferência inicial a presença de Valdeci Lopes de Araujo (Presidente da ANPUH-Nacional/UFOP) que focou “A ANPUH Brasil nas comemorações do Bicentenário: desafios da comunicação pública da história”. Enquanto na conferência final a professora Magda Ricci (UFPA) abordou “De tudo o que se viu ao pouco que sabemos: memórias e esquecimentos entorno da independência no antigo Grão-Pará”.

O evento foi um momento de reflexão sobre os desafios da história social e do ensino de história no tempo presente, com interface com os eventos comemorativos da Inde-

pendência do Brasil em contexto amazônico. A perspectiva foi debater a historiografia desenvolvida por historiadores e professores de História sobre a região amazônica a partir da história social em diálogo com o ensino de história, considerando ainda a questão da Independência.

Os dois últimos dias do evento ficaram reservados as atividades remotas, quando os Simpósios Temáticos tiveram vez, foram ofertados 18 Simpósios com temáticas variadas, que contaram com a participação de 32 proponentes, recebendo 270 inscritos para as comunicações.

O XIII Encontro de História da ANPUH-PA, culminou com uma série de ações que foram desenvolvidas pela diretoria no biênio 2021-2022, como a publicação da “Coleção ANPUH de História de 2022”, o Prêmio “Nossa História do Pará” e o desenvolvimento do Site da associação que agora receberá a “Coleção ANPUH de História de 2023”, resultante dos simpósios temáticos que acabaram por originar dezessete e-books, publicados pela Editora Cabana e bancados pela ANPUH-PA.

De tal modo, todos os artigos que foram selecionados e enviados pelos coordenadores/as dos STs foram publicados na coleção e disponibilizados no site <https://www.anpuh-pa.org/> possibilitando o acesso irrestrito aos conteúdos que trazem várias abordagens do campo da história do Pará, da Amazônia e do Brasil. Uma série de ações para a organização e estruturação da ANPUH-PA vem sendo implementadas nas últimas três gestões da associação, o que possibilitou o pleno cumprimento de todas as atividades e proposições oriundas do XIII Encontro de História, assim completamos todas as atividades do evento.

Com a publicação deste novo repertório de e-books, no site da associação, chegamos a quarenta e quatro obras



disponibilizadas gratuitamente que constituem um dos maiores acervos digitais do estado que pode auxiliar no desenvolvimento de um grande leque de pesquisas e atividades sobre a Nossa História do Pará.

**Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)**  
Presidente da ANPUH-PA (2023 – 2024)

# SUMÁRIO



**OSLAN COSTA RIBEIRO**

[Apresentação.....12](#)

**ANDRÉ VINICIUS MOSSATE JOBIM**

[História do trabalho em Bagé-RS: fontes jornalísticas disponíveis no acervo do museu Dom Diogo de Souza \(1902-1940\)](#)

.....19

**BRENO DOS SANTOS SANTANA**

[Padrões de feminilidade em Belém do Pará na década de 1920 sob a ótica da revista ilustrada “A Semana”](#)

.....35

**EDUARDO SANTOS COSTA**

[Estudo do automobilismo brasileiro na década de 1970 através da revista Quatro Rodas](#)

.....48

**JOÃO NEI EDUARDO DA SILVA**

[A atuação de Batista Campos por meio de libelos do século XIX](#)

.....60

**LUCAS MELLO NEIVA**

[Branco e indígenas em imagens: a construção de hierarquias raciais em O Tico-tico \(anos 1930 e 1940\)](#)

.....72

**LYDIO ALFREDO ROSSITER NETO**

“A publicação dele tem por fim expor-me à execração geral”:  
episódios de conflitos e a administração eclesiástica da  
freguesia da cidade de Alagoas em meio à epidemia de cólera  
(1856)

.....91

**MARIA RITA SANTOS**

Repercussões de decisões políticas do Estado na formação  
de uma universidade pública no sul da Bahia (1980-1991)

.....106

**MAYARA ARAUJO**

**WILSON WAGNER SIDÔNIO GOMES**

**WEMERSON MATOS**

A relação dos jornais paraenses com a gênese da colônia  
Reformatória de Cotijuba – CRC (1931-1933)

.....123

**OSLAN COSTA RIBEIRO**

Estudos sobre imprensa e leitores na  
cidade de Canavieiras-BA (1903-1913)

.....138

**PAULO AFONSO TAVARES**

“A boa semente que se atira ao vento”: o jornal católico  
*Santuário da Trindade* (1922-1931) e o combate aos inimigos  
da religião em Goiás

.....154

Sobre os Autores.....177

# APRESENTAÇÃO



O presente livro digital é uma coletânea de artigos apresentados no simpósio temático intitulado: **A produção historiográfica por meio das fontes impressas e da imprensa**, sob minha organização e coordenação, no XIII Encontro de História da Anpuh – Pará, realizado em Belém, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2022, no qual se propôs reunir pesquisas em andamento ou concluídas, que utilizassem fontes hemerográficas – textos impressos ou já digitalizados – como periódicos, jornais, revistas e outros, e a discussão em torno do local de busca dessas fontes: em espaço físico (arquivos públicos) como virtual (hemerotecas digitais), sobre os fenômenos religiosos, culturais, políticos e sociais. Como resultado, congregamos no simpósio temático, pesquisas com diversas temáticas em História com o uso de tais fontes: história social do trabalho, história e gênero, história do automobilismo brasileiro, história eclesial católica, história da hierarquia racial, história política, história das instituições reformatórias, história da leitura, e, história da imprensa livre e confessional.

O livro está dividido em dez capítulos onde as pesquisadoras e pesquisadores apresentaram resultados parciais ou finais de suas investigações. O primeiro capítulo é de **André Vinicius Mossate Jobim**, doutorando do PPGH/UFSM, que nos apresenta o ineditismo do achado de fontes hemerográficas depositadas no Museu Dom Diogo de Souza, em Bagé, RS. O pesquisador em seu artigo afirma que tais fontes ainda não foram exploradas em seu potencial, e foram pouco usadas nas reflexões dos pesquisadores da linha de História social do trabalho em sua

região. Em seu artigo ele apresenta tais fontes, identificando os grupos sociais que fundaram e fizeram uso da imprensa para a propagação de seus ideais e sentimento de coletividade.

No segundo capítulo, **Breno dos Santos Santana**, mestrando do PPHIST/UFPA, apresenta o estudo sobre o papel do gênero na tradicional sociedade de Belém do Pará, usando por fonte a revista impressa “A Semana” que circulou na capital paraense entre 1919-1942. O pesquisador aponta que a feminilidade era percebida e discutida pelos intelectuais da época, em opiniões expressadas nas páginas da revista, expondo pensamentos dicotômicos sobre o papel da mulher na sociedade moderna e civilizada, e, que ao mesmo tempo defendiam uma visão tradicional da masculinidade e feminilidade, principalmente quando se tratava da emancipação da mulher na ocupação de áreas decisivas na vida em sociedade. A revista abria espaço para publicação de poemas, artigos de opinião e outros textos, escritos por homens, dito “intelectuais” que expressavam a defesa da superioridade masculina, beirando ao ridículo do discurso misógino, infelizmente ainda persistente em nossos dias.

No terceiro capítulo, **Eduardo Santos Costa**, mestrando do PPGH/UFMS, apresenta sua pesquisa com o tema da história do automobilismo brasileiro, tomando por fonte a tradicional revista Quatro Rodas, lançada pela Editora Abril em 1960, voltada para o mercado automobilístico em crescente demanda de expansão no Brasil à época, e direcionada ao público masculino. O pesquisador possui seu próprio acervo da revista de números entre 1962-1979, que ele foi adquirindo em sebos, e sua pesquisa percorre a linha da história política e econômica durante a ditadura civil-militar (1964-1985), tomando a revista Quatro Rodas como fonte para a análise da conjuntura do mercado automobilístico brasileiro.

A história do uso de libelos na defesa do cônego Batista Campos, na década de 1820 em Belém do Pará, em meio ao processo de independência do Brasil de Portugal, é o tema do artigo de **João Nei Eduardo da Silva**, mestre em História Social da Amazônia pelo PPHIST/UFPA, quarto capítulo deste livro. No artigo, o pesquisador se debruça nos libelos produzidos na construção da memória dessa figura tão representativa da Igreja e política na província do Grão-Pará, no contexto da independência e do pós-independência do Brasil. No início do século XIX, o cônego Batista Campos já atuava na imprensa belenense na luta contra opositores do domínio português, no pós-independência, foi acusado de promover agitações e revolta contra o governo imperial brasileiro. Preso, foi processado e julgado no tribunal da Corte no Rio de Janeiro, se defendeu, alcançando a absolvição das acusações de insídias contra o imperador, sendo condecorado como defensor da causa nacional brasileira. Desses episódios entorno de sua história é que foram produzidos vários libelos que servem de fontes para tal pesquisa.

Como mais uma prova da importância da democratização de acesso às fontes por meio de hemerotecas digitais, no quinto capítulo, **Lucas Mello Neiva**, mestre em História Social pela FFLCH/USP, nos apresenta um estudo sobre a hierarquização racial no Brasil, tendo por fonte a revista infantojuvenil *O Tico-Tico*, em números dos anos 1930-1940, pesquisados no acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Em sua argumentação, o pesquisador parte do entendimento, vastamente aceito por pesquisadores da área de estudos raciais, de que a conceituação de raça é uma construção social humana e que não há fundamentação biológica para sustentar a realidade preconceituosa que a supremacia branca brasileira impôs à diversidade cultural dos negros e povos indí-

genas, utilizando-se dessas ideologias na formação de crianças e jovens leitores da revista *O Tico-Tico*.

No sexto capítulo, **Lydio Alfredo Rossiter Neto**, mes- trando do PPGH/UFAL, nos remete aos conflitos entre o cle- ro e poderio político local da antiga capital da província das Alagoas, a atual cidade de Marechal Deodoro, no estarrecedor cenário da epidemia do cólera morbus em 1856 na região e diversas partes do Brasil. Em seu artigo nos apresenta a figura do padre Domingos José da Silva, vigário colado da freguesia local, que iniciou uma disputa com a elite política local, den- tre os quais, outros sacerdotes das freguesias vizinhas à sua, em relação a epidemia que se espalhava no jornal de maior circu- lação na região, *O Diário de Pernambuco*, com sede no Recife, e ainda existente. As denúncias tinham por foco cobrar maior eficiência dos poderes públicos no socorro aos infectados e na contenção das mortes pela nefasta epidemia.

Uma universidade pública na região sul da Bahia é o tema de **Maria Rita Santos**, doutora em Educação pelo PPGE/ UNEB, pesquisadora engajada das políticas de democratiza- ção ao acesso e permanência na universidade pública. Este sé- timo capítulo é uma síntese de um dos capítulos de sua tese de doutoramento em Educação. Fazendo uso de documentos e de jornais, sua pesquisa trata do processo de estadualização da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), das lutas dos estudantes, docentes, amplamente debatido entre as forças políticas de Ilhéus e Itabuna. A pesquisadora aproveita para desmistificar a dita região cacauceira, simbolizada na obra literária de Jorge Amado (1912-2001), como a terra da promiss- ão, do fruto de ouro, das terras do sem fim, que na verdade era uma realidade restrita a poucos ricos, revelando uma região pobre instigada pela má distribuição da renda, que na crise da vassoura-de-bruxa a partir de 1988, ainda mais se agravou.

A imprensa paraense foi mais uma vez fonte para o oitavo capítulo dos autores, **Mayara Araujo**, mestre em Segurança Pública pela UFPA, **Wilson Wagner Sidônio Gomes**, da UNAMA, e **Wemerson Matos**, mestrando em Educação pela UEPA, que neste artigo apresenta a história da Colônia Reformatória de Cotijuba – CRC, localizada na Ilha de Cotijuba, no interior do Pará. A pesquisa se debruça na análise do papel da imprensa paraense e o processo de idealização, captação de recursos e implantação da colônia reformatória entre 1931 e 1933. A pesquisadora e os pesquisadores apontam para a contribuição dos jornais no silenciamento e a normatização do controle social no que diz respeito ao processo de implantação da CRC.

O nono capítulo é de minha autoria, **Oslan Costa Ribeiro**, e é o resultado de uma incursão provocada pela disciplina História do Impresso, cursada no doutorado pelo PPGH/UFG, sobre estudos sobre imprensa e leitores na cidade de Canavieiras, Bahia, entre 1903-1913. Tendo por fontes os jornais *Monitor do Sul*, que circulou entre 1903-1913, e, *A Razão* entre 1908-1912, sob a ótica metodológica de Roger Chartier, busquei analisar o efeito do uso da imprensa local para efetivação de seus jogos de poder e controle social da população do município sul baiano em questão.

Para o coroamento dessa coletânea, o décimo e último capítulo, de autoria de **Paulo Afonso dos Santos Tavares**, doutorando do PPGH/UFG, onde contempla a imprensa confessional católica no estado de Goiás, mais precisamente sobre o jornal *O Santuario da Trindade*, no recorte temporal de 1922-1931, como único representante da “boa imprensa”, que foi o método usado pela Igreja para combater a disseminação de outras doutrinas religiosas como o protestantismo, o espiritismo e maçonaria, em artigos de cunho catequético

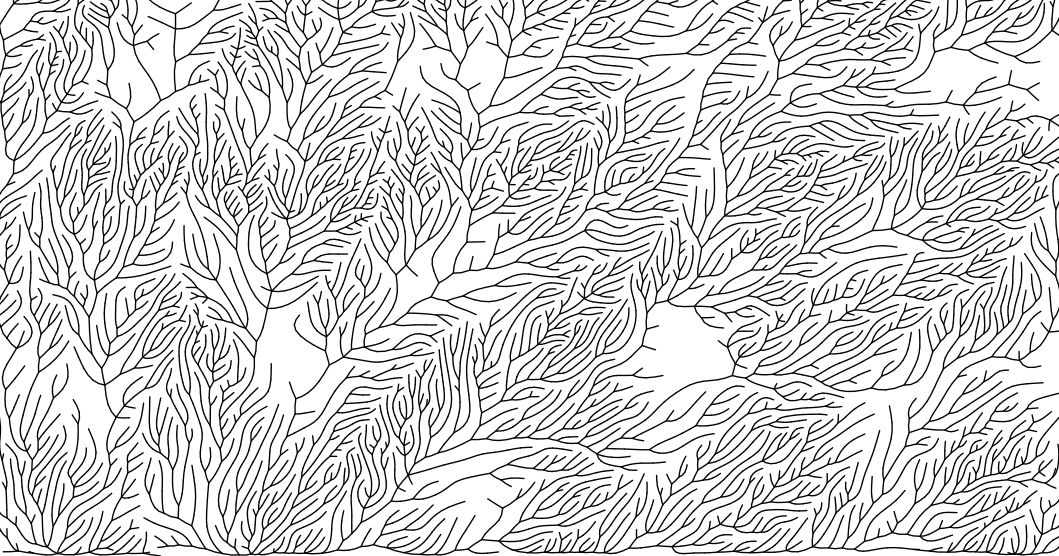


para a educação dos fiéis católicos. Uma metodologia adotada pela Igreja em defesa da fé em todo o orbe católico. O pesquisador aponta e estuda a importância do uso da imprensa para a divulgação de ideias dos diversos grupos sociais, políticos, culturais e religiosos.

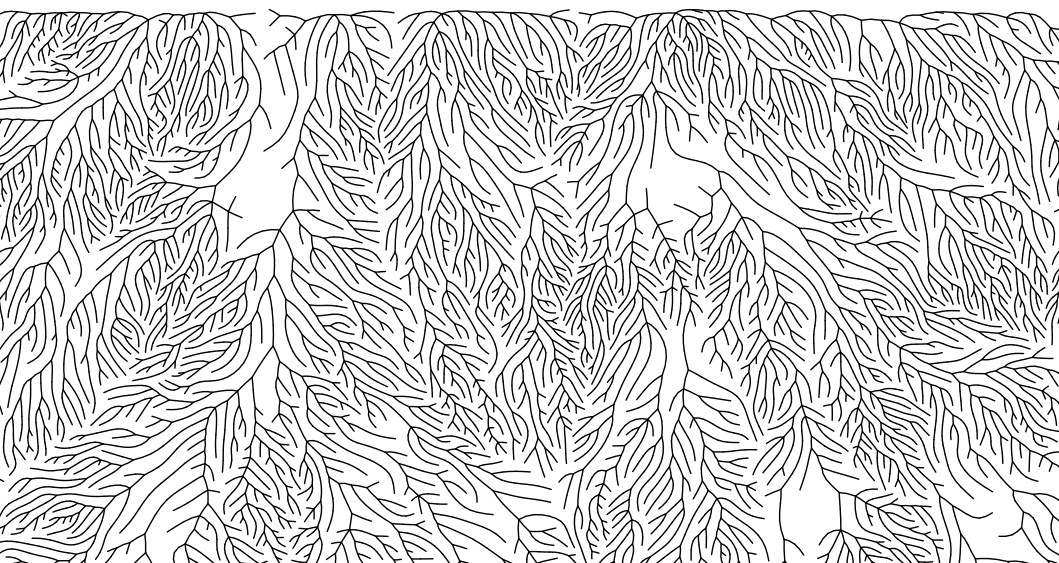
Acredito que essa coletânea, fruto da diversidade de pesquisas produzidas em diversos programas de pós-graduação em universidades públicas de todo país, venha de fato contribuir para o importante entendimento das fontes documentais, e do acesso às mesmas, sendo no espaço físico de um arquivo, ou, do espaço digital de uma hemeroteca, que podem contribuir para a exequibilidade de diferentes perspectivas da pesquisa em História. É uma contribuição historiográfica que é publicada, no intuito de provocar uma curiosa leitura, despertando novos olhares no uso da hemerografia.

**Oslan Costa Ribeiro**

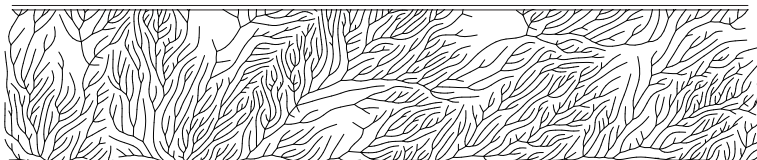
Goiânia, GO, abril de 2023.



**A PRODUÇÃO  
HISTORIOGRÁFICA  
POR MEIO DAS FONTES  
IMPRESSAS E  
DA IMPRENSA**



# HISTÓRIA DO TRABALHO EM BAGÉ-RS: FONTES JORNALÍSTICAS DISPONÍVEIS NO ACERVO DO MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA (1902-1940)



*André Vinicius Mossate Jobim*

---

---

**N**as últimas três décadas, os estudos sobre História Social do Trabalho no Brasil vêm ganhando cada vez mais espaço. Um dos fatores explicativos para esse crescimento é alargamento das fontes históricas como instrumentos de pesquisa, tais como documentos de arquivos policiais, processos trabalhistas, entrevistas orais e acervos digitais, entre outros. Contudo, fontes mais tradicionais como os jornais operários, por exemplo, ainda não foram plenamente exploradas, especialmente as coleções disponíveis em acervos localizados nas cidades do interior dos estados. Esse é o caso do de Bagé, no Rio Grande do Sul, que possui diversos periódicos no Museu Dom Diogo de Souza, os quais foram alvo de poucas reflexões por parte de historiadores e historiadoras vinculados à História Social do Trabalho.

De forma introdutória, a presente exposição pretende apontar algumas dessas fontes, buscando distinguir suas características. Entre elas destacam-se os seguintes periódicos

cos: *A Evolução* (1902), dirigido pelo poeta e jornalista argentino Juan Mas y Pi; *A Defeza* (1910), considerado um dos primeiros semanários libertários do interior do estado; *A Dor Humana* (1919/1920), órgão ligado à União Geral do Trabalhadores de Bagé, de orientação anarquista; *Emancipação* (1929), dirigido por Venâncio Pastorini Sobrinho, umas das figuras mais relevantes do movimento anarquista gaúcho e; *Eco Padeiral* (1940), vinculado ao Sindicato dos Padeiros e Classes Anexas de Bagé.

Nas considerações finais serão propostas algumas interpretações, a partir do estudo sobre esses periódicos, visando abrir possíveis caminhos de pesquisa que necessitam de maior aprofundamento.

### *A EVOLUÇÃO (1902)*

Considerando o contexto de implantação da República, o fim da escravidão legal, em 1888, e a consolidação do trabalho assalariado no Brasil, em fins do século XIX, o número de associações e sindicatos operários foi se ampliando no país. Como forma de difundir suas ideias, defender a conquista de direitos e conscientizar os trabalhadores sobre a importância da luta política e econômica, muitas entidades e militantes passaram a criar seus próprios jornais. Em Bagé, um dos primeiros a assumir esse papel foi o periódico *A Evolução*, datado de fevereiro de 1902. Autodefinido como “órgão semanal dedicado às classes caixeiral e operária”, o tom político do jornal ficava visível nos artigos da capa. O primeiro deles destacava que “na eterna evolução de todo o humano, as classes mais pobres e desprezadas” agitavam-se, “pretendendo tomar parte ativa na luta pela existência na condição de beligerantes, e não na condição de vítimas inermes”. Nesse sentido, ao considerar

que essas classes oprimidas ainda não possuíam um porta-voz, o jornal colocava-se como defensor dos “direitos dos humilhados e dos miseráveis”.

No texto “A questão social”, o autor destacava que na sociedade futura não haveria “mais chefes nem patrões”, mas que “para a realização desse supremo ideal” seriam necessários “meios *suasórios*, pela evolução, enfim, pela completa *compreensão* dos direitos naturais [...] [grifos nossos]. Nos parágrafos finais se afirmava que “os tempos dos carbonários e das barricadas” já iam longe e não cabiam mais na “civilização presente” (*A Evolução*, Bagé, 2 fev. 1902, p. 1). Refletindo sobre os trechos acima, a ideia de que revoluções sociais não seriam mais necessárias e que a igualdade poderia ser atingida através da compreensão das leis da natureza, aponta para a difusão de visões evolucionistas que marcaram o final do século XIX. Como atestou Benito Schmidt (2001, p. 114):

[...] em um contexto em que a crença no progresso e nos poderes ilimitados da ciência era hegemônica, muitos militantes, das mais diversas correntes ideológicas, procuraram interpretar a realidade local e justificar suas concepções políticas a partir de ‘critérios científicos.

Outro aspecto que chama a atenção, sobre esse periódico, é que seu diretor foi Juan Mas y Pi, escritor argentino, personagem importante do campo da literatura latino-americana, entre o final do século XIX e começo do século XX. Juan foi autor da biografia sobre Alberto Ghirardo, um dos principais militantes anarquistas sul-americanos da época, além de ter escrito inúmeros estudos críticos sobre a obra de escritores e poetas. No Brasil, participou da criação da importante revista libertária *Kultur*, em 1904, junto com Elysio de Carvalho, jornalista alagoano que se aproximou do anarquismo, durante um breve momento de sua vida. As informações que

foram obtidas sobre Mas y Pi não esclarecem como ele chegou a Bagé e quanto tempo permaneceu na cidade. Além do jornal publicado em 1902, identificamos no periódico *La Protesta*, de Buenos Aires (13. abr. 1904, p. 1), uma nota em que o semanário bageense foi listado como uma das várias publicações anarquistas no Brasil.

As possibilidades que se abrem a partir dessa edição são pelo menos duas. A primeira é a de pensar que, embora *A Evolução* não assumisse claramente o vínculo com alguma corrente política, alguns de seus colaboradores dialogavam com militantes, escritores e pensadores ligados às correntes socialistas e libertárias da época, tanto no Brasil como na Argentina. O caráter fronteiriço de Bagé facilitava que tais ideais circulassem na cidade, já no começo do século XX, podendo, assim, ser um foco de investigação. A segunda questão a ser aprofundada é a trajetória de Juan Mas y Pi no Brasil, que ainda carece de maiores estudos em comparação com a sua produção literária na Argentina. Como salientado anteriormente, sabe-se que atuou na criação da revista libertária *Kultur* e que textos seus foram publicados em outros periódicos brasileiros, mas os motivos que o levaram ao Brasil ainda necessitam de maiores detalhes.

### *A DEFEZA (1910-1911)*

Outra publicação que teve importância em Bagé foi o jornal *A Defeza*, editado entre 1910 e 1911, autointitulado como “órgão do proletariado” e dirigido por Amantino de Oliveira Santos. Em relação ao seu conteúdo, destaca-se um texto escrito em espanhol pelo jornalista uruguaio Juan Paseyro y Monegal, o qual tratava de recordações sobre a “Revolução de 1897”, resultante de disputas políticas entre Brancos e Co-

lorados no Uruguai. Uma das batalhas ocorridas em Aceguá, na divisa com Bagé, foi mencionada pelo autor, sendo que o mesmo clamava pelo fim dos conflitos armados na fronteira, remetendo ao nome de alguns envolvidos que foram mortos durante o combate. Mais uma vez, a proximidade geográfica entre os dois países aparecia nos textos de um jornal local.

Na primeira página, encontrava-se um artigo escrito por Plácido Perez de Bittencourt em que havia incentivo para o operário “estudar a questão social, as causas e os efeitos” que o reduzia “a um meio de exploração, de produção sem nada possuir do fruto do seu trabalho” (*A Defeza*, Bagé, 28 ago. 1910, p. 1). Na página seguinte, aparecia o texto do colaborador Manoel Jorge Gonçalves, criticando o fato de muitos operários se integrarem às hostes do Partido Republicano Rio-Grandense ou do Partido Federalista. Na sua concepção, “o operariado do nosso estado” deveria “empenhar-se a fim de constituir-se em agremiação política, em programa exclusivamente seu [...]” (*A Defeza*, Bagé, 28 ago. 1910, p. 2).

Acentuando o caráter transnacional desses periódicos, a edição de 19 de março transcrevia informações sobre diversos movimentos paredistas ao redor do mundo, tais como: greve de fiadores de lã na França; greve de estudantes na Universidade de São Petersburgo, na Rússia; greve de telegrafistas na cidade do Porto, em Portugal; greve de chefes de cozinha dos hotéis em Lima, no Peru, e; a greve dos operários de curturome em Zaragoza, na Espanha. Além disso, uma pequena nota atestava o recebimento de jornal *Vida Livre*, editado por militantes anarquistas em Coimbra, Portugal (*A Defeza*, Bagé, 19 mar. 1911, p. 3). Como enfatizou Eduardo Cunha (2017, p. 11), a “distribuição das edições anarquistas não era destinada apenas para o âmbito local e nem se restringia ao país em que elas foram publicadas”.

Também cabe salientar que as ideias anticlericais se faziam presentes no jornal. Havia textos que denunciavam as práticas de abuso promovidas por pessoas vinculadas à Igreja Católica, que ocorriam não apenas dentro das instituições religiosas, como também em orfanatos ligados a elas (*A Defeza*, Bagé, 1 mai. 1911, p. 3). Um dado importante era o fato de que o jornal bajeense trocava informações (sobre casos relacionados à Igreja) com o periódico *A Lanterna*, de São Paulo, conhecido semanário que congregava anarquistas, maçons e kardecistas, todos unidos pelos ideais do anticlericalismo (SCHUCK, 2018). Além disso, Amantino de Oliveira Santos era o responsável pela distribuição oficial do jornal paulista na região da Campanha do Rio Grande do Sul.

Portanto, as edições d'*A Defeza* revelam aspectos sobre a circulação de ideias na fronteira, com a publicação de textos em espanhol, tratando de eventos ocorridos no Uruguai, indicando que as questões da política estadual estavam no centro dos debates do período, sobretudo quando os republicanos e federalistas buscavam apoio dos operários. Além disso, apontam para a existência de um sentimento anticlerical em Bagé, comprovado pela orientação do jornal e pelo fato de seu diretor distribuir publicações paulistas na região. Sem dúvida, estas temáticas necessitam de investigações mais aprofundadas.

### *A DOR HUMANA (1919-1920)*

Outro periódico importante, publicado durante quase dois anos, foi *A Dor Humana*, editado por Cecílio dos Santos, vinculado à União Geral dos Trabalhadores (UGT) de Bagé. Conforme Bartz (2008, p. 56), essa associação, que também passou a existir em outros municípios, teve participação ativa de militantes anarquistas na sua or-



ganização. Sua primeira edição ressaltava o seguinte: “nosso programa repousa todo ele num comunismo racional baseado nos mais altos princípios da Justiça” (*A Dor Humana*, Bagé, 4 abr. 1919, p. 1).

Do ponto de vista estratégico, o jornal defendia o sindicalismo como instrumento revolucionário. Se o socialismo exigia que todos os meios de produção e distribuição fossem propriedade pública, o “sindicalismo ou mesmo o comunismo” determinavam que os próprios trabalhadores fossem “os diretores em absoluto do sistema de produção industrial” (*A Dor Humana*, Bagé, 4 abr. 1919, p. 2-3). Para que isso fosse atingido, seria necessário que os trabalhadores estivessem preparados para “imitar a Rússia” e derrubar o monstro burguês, instaurando uma “sociedade igualitária e fraternal” (*A Dor Humana*, 25. out. 1919, p. 3).

Partindo dessas citações, algumas questões se tornam evidentes. A primeira é a de que, diferentemente da posição adotada pelo jornal *A Evolução*, em 1902, que sublinhava ser desnecessária qualquer barricada para transformar a sociedade, *A Dor Humana* desejava repetir, aqui no Brasil, o modelo revolucionário adotado pelos soviéticos em 1917. Além disso, considerando a dificuldade de informação que se tinha à época, em relação aos acontecimentos na Rússia, muitos anarquistas viram nesses eventos a possibilidade de surgimento de uma sociedade libertária. Somente nos anos 1920, as linhas adotadas pelos bolcheviques foram se delineando com maior nitidez, causando divisões entre militantes de distintas correntes em relação às formas assumidas pela Revolução Soviética.

Distingue-se, também, a publicação do manifesto “Os anarquistas brasileiros: ao povo”, que ganhou as páginas de outros jornais, a exemplo d’*A Plebe*, de São Paulo. Como des-

tacou Bonomo (2007, p. 41), nesse período, determinados órgãos da grande imprensa desenvolveram uma intensa campanha xenofóbica contra os anarquistas, acusando os militantes de serem imigrantes expulsos de seus países. Entretanto, o manifesto em questão, além de rebater outras ideias difundidas sobre os anarquistas, respondeu categoricamente em relação à questão dos imigrantes:

Além de tudo, a pecha de estrangeiros com que os melindrosos do nacionalismo pretendem estigmatizar os anarquistas, entre nós é incongruente e ultra hipócrita. Estrangeiros, em última análise, somos todos e tudo, no Brasil. Brasileiros autênticos e puros são exclusivamente os índios que os nossos avós estrangeiros e nós próprios dizíamos e vamos dizimando no passado e no presente (*A Dor Humana*, Bagé, 25 out. 1919).

Essa argumentação buscava confrontar aquilo que Boris Fausto (1977, p. 62-63) identificou como a imagem da “planta exótica”, forjada pelo pensamento reacionário brasileiro, e que servia para “rotular as correntes revolucionárias que deitaram raízes na sociedade brasileira”.

Provavelmente, *A Dor Humana* seja um dos primeiros indícios concretos da presença organizada dos anarquistas em Bagé, pois era editado pela UGT e tinha entre seus articulistas figuras como Venâncio Pastorini Sobrinho, Cecílio dos Santos e Sebastião Lamotte, reconhecidos por sua militância libertária. Ademais, o periódico pode permitir uma reflexão que dialoga com o debate em torno das relações entre anarquismo e o chamado sindicalismo revolucionário, pois, como foi visto, para os seus editores, o sindicato tinha um papel fundamental como instrumento de luta política.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre esse debate, ver TOLEDO (2004, p. 48-53) e OLIVEIRA (2009, p. 26-27)

## EMANCIPAÇÃO (1929)

O periódico *Emancipação* foi publicado em 1929 e editado pelo Grupo Cultural Livres Pensadores. Tal grupo tinha entre seus integrantes figuras como Francisco Fernandez, Venâncio Pastorini Sobrinho e Sebastião Lamotte, os quais formavam parte do núcleo de anarquistas locais. Em uma das edições, aquela expectativa positiva em relação à Revolução Soviética já havia se dissipado. Nas colunas do jornal *O Dever* (também de Bagé), havia sido publicado um artigo no qual os integrantes da UGT foram chamados de "continuadores da obra de Lênin". Entretanto, o grupo solicitava: "não nos ofenda, estude o assunto com mais atenção, Lênin era bolchevista e nós somos comunistas anarquistas, os únicos combatentes de todas as ditaduras" (*Emancipação*, Bagé, 30 jan. 1929, p. 1).

O espaço do jornal também era usado para rebater articulistas dos jornais de grande circulação, bem como defender certos padrões de moralidade para a classe operária. Depois de o grupo ser acusado, por jornalistas do *Diário da Tarde*, de promover o "culto da irresponsabilidade", Sebastião Lamotte escreveu um longo texto, alegando que nos tempos em que "advogados e doutores orientavam a classe operária, as nossas sedes eram ninhos de eleitores, tendo como distração jogos de sapo, cartas, bochas e outros, acompanhados com a garrafa de álcool e o copo". Eram, "enfim, verdadeiros antros de perdição [...]". Mas agora, que tinham sua própria biblioteca, estudavam e discutiam os seus interesses, se afastando "da religião, da política e da zona" (*Emancipação*, 30 jan. 1929, p. 3).

Nas entrelinhas do artigo, é notório que um modelo de operário estava sendo defendido. Não frequentar a "zona" (referência às casas de prostituição), não consumir bebidas alcoólicas e se distanciar dos jogos de bocha e de cartas. Esses

eram alguns princípios que deveriam nortear os trabalhadores. Como ressaltou Marco Arantes, a questão do alcoolismo, nos meios operários, era um tema comum nos debates anarquistas. Para o autor, os libertários “estavam cientes que a intoxicação voluntária alcoólica, era um obstáculo para a formação de ‘autênticos’ revolucionários” (2020, p. 30). Por isso, tal assunto perpassava a imprensa anarquista de modo frequente, como atestava o próprio jornal.

Por fim, o periódico também informava sobre manifestações organizadas pelo grupo de livres pensadores, em favor de militantes como Simon Radowitzky e Errico Malatesta, os quais estavam presos, respectivamente na Argentina e na Itália<sup>2</sup>. Como era tradição entre grupos anarquistas, as manifestações de solidariedade internacional buscavam consolidar uma identidade desses grupos como forma de unificar suas lutas e demonstrar que, mesmo distantes geograficamente, não estavam sozinhos.

Em resumo, essa publicação possibilita análises sobre qual comportamento deveria ser adotado pelo operariado; revela a descrença com os acontecimentos da Revolução Soviética, e sugere a busca pela construção de uma identidade internacional do grupo, a partir de ações de solidariedade com aqueles ativistas que sofriam perseguições em outros países.

### *ECO PADEIRAL (1940)*

Diferentemente dos jornais anteriores, o *Eco Padeiral*, mesmo sendo vinculado ao Sindicato dos Padeiros e Classes

---

<sup>2</sup> Simon Radowitsky (1891-1956) foi um libertário argentino que havia se tornado um símbolo do movimento após assassinar o chefe de polícia de Buenos Aires, responsável pela brutal repressão aos anarquistas, em 1909, na chamada “Semana Vermelha”. Sobre isso, ver: GALEANO; ALBORNOZ (2017). Errico Malatesta (1853-1932) foi um dos principais ativistas e intelectuais anarquistas italianos. Esteve em prisão domiciliar, nos seus últimos cinco anos de vida, a mando de Benito Mussolini, líder do regime fascista italiano.

Anexas, não manifestava opiniões políticas, já que sua publicação se dava no contexto da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Desde que Getúlio Vargas havia assumido o governo, em 1930, a tentativa de controle estatal sobre as entidades sindicais se tornava cada vez mais intensa, e tal situação repercutia nos periódicos editados por cada categoria. Um bom exemplo, nesse sentido, é o próprio conteúdo do jornal, o qual abordava, essencialmente, questões relacionadas à prorrogação de mandatos de diretores, à importância de participação dos associados e ao direito de férias.

No que tange ao cotidiano do Sindicato, o periódico criticava a postura de alguns associados que chegavam atrasados às reuniões, que deixavam de ir por causa do mau tempo, que não aceitavam cargos quando eram nomeados, “achando mais fácil criticar do que trabalhar”, ou então que só faziam “o estritamente necessário” (*Eco Padeiral*, Bagé, mai. 1940, p. 1).

Além de cobrar uma posição mais ativa dos filiados, o jornal também fazia uso de ironias a fim de explicar o motivo que levava alguns trabalhadores a deixarem os interesses da categoria em segundo plano. No texto “Ser sindicalizado”, o autor observava que muitos operários só viviam “resmungando”, quando recebiam seu ordenado, com o desconto sindical no final de cada mês, sem terem ao menos se dignado a colocarem “os pés na sede do seu sindicato”. A explicação do não comparecimento vem a seguir: “Não vai ao sindicato por quê? Lá não se fala em futebol, não se fala em bailes, não se discute nem se trata de assuntos amorosos”. Mais uma vez, o caráter moralista se tornava evidente, do mesmo modo como ocorria com o quinzenário *Emancipação*.

Outro ponto interessante a ser analisado é a interpretação dada à questão patronal. A contracapa do *Eco Padeiral* publicava um longo texto sobre a Lei de Férias, que esclarecia

sobre a importância do usufruto desse direito. Na visão do autor, o desrespeito a essa Lei causava prejuízos de "ordem física e higiênica, danos esses que os empregados" só percebiam quando não lhes era "mais possível evitar". Assim, cumpriria traria amparo "à saúde do empregado e ao interesse do patrão" que poderia "dispor sempre de um auxílio com toda a vitalidade". Em linhas gerais, pode-se interpretar que há uma tentativa de compreender a Lei a partir de uma visão conciliatória entre interesses do patrão e do empregado.

Entretanto, mesmo com as restrições governamentais à livre manifestação política, também era possível identificar o papel crítico do jornal em relação aos patrões que burlavam a Lei de Férias, impondo pressões aos padeiros. O periódico destacava que alguns empregados eram "obrigados a aceitar a proposta patronal", pois sabiam que, não aceitando, sofreriam as consequências (*Eco Padeiral*, Bagé, mai. 1940, p. 3). Portanto, em que pese todas as limitações impostas aos sindicatos, nesse período, a imprensa operária ainda podia servir como um instrumento de questionamento e luta para garantia das leis trabalhistas, mesmo de forma moderada, como foi o caso do *Eco Padeiral*.

Assim, o jornal aqui apresentado traz, como aspecto a ser estudado, o caráter normativo que permeava a relação dos sindicatos com seus associados, indicando as dificuldades para aumentar a participação dos trabalhadores no dia a dia da Instituição, já que o futebol e as reuniões dançantes pareciam "competir" com os interesses profissionais. Outro fator que pode ser explorado são as restrições impostas pela ditadura varguista, as quais, embora limitassem a capacidade de luta das entidades, não eliminava completamente sua capacidade crítica, como comprovam os comentários em relação aos empregadores que burlavam a lei de férias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se tenha feito, aqui, uma análise muito breve dos periódicos bajeenses publicados entre 1902 e 1940, algumas considerações podem ser desenvolvidas. Uma delas é a de que esses jornais abrem perspectivas de reflexão que não se restringem ao contexto local em que foram produzidos. No caso d'*A Evolução*, seu diretor era um argentino, de passagem por Bagé, que já havia escrito para outras publicações de cunho anarquista. *A Defeza*, também apontava para a existência de intercâmbio, com uma publicação portuguesa, intitulada *Vida Livre*, e com o jornal *A Lanterna*, de São Paulo. *A Dor Humana* demonstrava que o processo revolucionário, que se desenvolvia na Rússia, era acompanhado com grande interesse pelos integrantes da UGT de Bagé. *Emancipação* noticiava a organização de manifestações operárias de solidariedade a ativistas na Itália e na Argentina. Dessa forma, considerando o que acaba de ser referido, evidencia-se que tais publicações não podem ser compreendidas somente a partir de marcos estritamente locais ou regionais, devendo incorporar uma reflexão que leve em consideração a circulação de ideias e militantes em nível internacional.

A segunda argumentação que pode ser alvo de reflexão, a partir dessas fontes, é a lógica moral que atravessava alguns desses periódicos, sobretudo com relação a questões comportamentais. Percebe-se que havia uma tentativa de normatizar a atuação dos operários. Um exemplo era a crítica ao uso da violência revolucionária, a qual se manifestava quando o jornal *A Evolução* decretava que o tempo das barricadas já ia longe, não cabendo mais naquele contexto. Outras práticas combatidas pelo quinzenário *Emancipação* diziam respeito ao consumo de bebidas alcoólicas e às incursões às casas de prosti-

tuição, entendidas, nas palavras de seus editores, como “antros de perdição” que afastavam os operários do necessário processo de conscientização política de classe. Por fim, o periódico *Eco Padeiral* demonstrava incômodo com bailes e partidas de futebol, os quais, na sua visão, dificultavam a aproximação do trabalhador com o Sindicato.

A última consideração refere-se à profunda lacuna existente em termos de pesquisa sobre os editores e organizadores dessas publicações em Bagé. Pouco se sabe das circunstâncias que levaram Mas y Pi a fundar um jornal na cidade. Também são escassas as informações sobre Amantino Santos e como se davam as articulações entre ele e os correspondentes em São Paulo e Coimbra. Talvez, o grupo sobre o qual se tenha mais informações, seja aquele vinculado aos jornais *A Dor Humana* e *Emancipação* que, embora publicados em épocas diferentes, tinham em comum alguns integrantes como Venâncio Pastorini Sobrinho e Sebastião Lamotte. Entretanto, como se formou essa rede, qual o destino desses militantes, quais repercussões suas ideias tiveram no contexto do movimento operário regional, são questões que ainda devem ser respondidas pela história do trabalho.

Para fins de conclusão, pode-se afirmar que o trabalho com fontes de imprensa, especialmente aquelas produzidas por grupos de trabalhadores, ainda pode contribuir decisivamente para trazer à tona não somente dados sobre atuação de indivíduos e instituições como sindicatos, movimentos e associações. Esses periódicos podem revelar horizontes profícuos para pesquisas de temas como a visão de mundo de determinados grupos políticos, as relações transnacionais que se fizeram presentes na circulação desses jornais e dos próprios militantes e, até mesmo, sobre os valores morais e comportamentais que constituíam uma parte do campo



de disputa cultural e política, marcantes da consolidação do trabalho assalariado, nas primeiras décadas da República, no Brasil. Enfim, novos caminhos podem ser abertos com essas “velhas” fontes jornalísticas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

**A Defeza**, Bagé, 19 mar. 1911.

**A Defeza**, Bagé, 1 mai. 1911.

**A Defeza**, Bagé, 28 ago. 1910.

**A Dor Humana**, Bagé, 4 abr. 1919.

**A Dor Humana**, 25. out. 1919.

**A Evolução**, Bagé, 2 fev. 1902.

**Eco Padeiral**, Bagé, mai. 1940.

**Emancipação**, Bagé, 30 jan. 1929.

**La Protesta**, Buenos Aires, 13. abr. 1904.

### BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Marco Antônio. Alcoolismo e movimento anarquista no Rio de Janeiro no início do século XX. **Revista de Estudos Libertários**, v. 2, p. 28-57, 2020.

BARTZ, Frederico. **O horizonte vermelho**: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920). Dissertação (Mestrado em, História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BONOMO, Alex Buzeli. **O anarquismo em São Paulo**: as razões do declínio (1920-1935). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUNHA, Eduardo Augusto Souza. **Editar a revolta:** edição e circulação de impressos anarquistas em Buenos Aires (1890-1905). Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social.** Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977.

GALEANO, Diego; ALBORNOZ, Martin. **Anarquistas y policías en el atlántico sudamericano:** una red transnacional, 1890-1910. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, n. 47, p. 101-134, 2017.

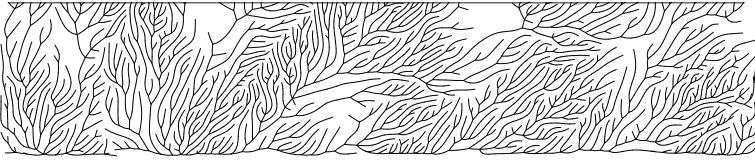
SCHMIDT, Benito Bisso. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 21, n. 41, p. 114, 2001.

SCHUCK, Maria Emilia Martins Pinto. **O anticlericalismo brasileiro:** A Lanterna revisitada (1901-1935). 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário:** trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, Perseu Abramo, 2004, p. 48-53.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** 2009. 267 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

# PADRÕES DE FEMINILIDADE EM BELÉM DO PARÁ NA DÉCADA DE 1920 SOB A ÓTICA DA REVISTA ILUSTRADA “A SEMANA”



*Breno dos Santos Santana*

---

---

**N**as páginas da revista “A Semana” – que circulou em Belém do Pará entre os anos de 1919 e 1942, o comportamento feminino era muito claramente percebido e discutido pelos intelectuais. As visões sobre feminilidade deixavam expostas algumas disputas de poder e sentido de uma sociedade pretendida moderna e civilizada, mas ao mesmo tempo com visões profundamente tradicionais sobre os papéis de gênero. Em inúmeros momentos essas deliberações ficavam evidentes e traçavam diversos significados para a masculinidade e a feminilidade. O trecho a seguir é significativo desta questão: “Uma mulher, às vezes, é um poema pela manhã, uma asneira ao meio-dia e um remorso à noite”. Essa era uma visão divulgada por um autor, cujo nome não é possível identificar. Ele definia as mulheres enquanto frágeis, instáveis, inseguras. Não satisfeito, o mesmo autor segue afirmando que: “As mulheres reivindicam um direito que jamais terão: - a altura política do homem. Estes, por sua vez, reconhecem nellas apenas um direito: - se-

rem toleradas [...]” (“Pensamentos”. Anno X. n.578. 08 jun. 1929, página não identificada).

A coluna, intitulada “Pensamentos”, revelava muitas formulações sobre as mulheres em Belém do Pará na década de 1920, contexto em que as lutas feministas por emancipação política eram cotidianamente divulgadas no mundo. Também deixavam evidentes as preocupações com alguns dos “novos espaços ocupados pelas mulheres”. Sobre essas questões, determinada intelectualidade, em grande parte masculina, tratava de expor suas opiniões nas colunas, nas notas, em notícias e nos contos, como forma de expor seu incômodo, principalmente a respeito de hábitos tidos como inadequados àquelas adolescentes, moças e senhoras da cidade. Sobre essa questão, o texto escrito por “Dr. Sabença” é representativo:

Outro dia, eu descia do bond da linha de São Braz com meu velho amigo Anthero Maciel, o qual comentava o descuido de muitas senhoras que, usando roupões decotados, se debruçam á janela, alheias aos olhares dos que passam nos bonds [...] madame alheia aos olhares dos passageiros do bond, debruçada sobre o peitoril na janela, deixava ver pela ampla abertura do decote, o marmore do collo (Espia só. Anno IV. n.200. 4 fev. 1922, p. 16).

Nesse fragmento, eram expostas as visões de dois homens sobre o despudor de muitas moças que, nas janelas de suas casas, deixavam o colo exposto aos passageiros do transporte público urbano. Desse modo, a mulher, tida como representante de uma ideia de civilidade, deveria no que sugere o escrito, se adaptar a um estilo de vida marcado pelo cuidado com seus corpos, evitando vestimentas e comportamentos desviantes, num modelo social alicerçado na higiene, no pudor e na vigilância. A “mulher ideal”, forjada por grande parte dos intelectuais burgueses que escreviam colunas, notícias e contos para a revista *A Semana* entre 1919 e 1929, estava inserida em uma visão ainda

tradicional sobre as diferenciações de papéis de gênero na sociedade. Os discursos muitas das vezes criticavam as vestimentas, o andar, a maquiagem de mulheres das camadas burguesas da cidade. Eram reproduzidos e divulgados por muitas das importantes revistas que circulavam na capital paraense, onde a mulher vista e julgada garantia uma vasta gama de assuntos nas colunas sociais (MARTINS, 2010, p. 40).

São percebidos exemplos desse fenômeno em comentários sobre as festas da cidade, em reuniões familiares, passeios no bosque, nos bonds, no cinema, nas praças, dentre muitos outros locais onde os olhos ávidos dos articulistas nada deixavam escapar. Como o autor de pseudônimo “Lirio do Valle”, o qual demonstrava sua indignação com a forma de dançar nos salões festivos em Belém. Em sua opinião, a “valsa respeitável” estava sendo substituída por um “maxixe lascivo”. Esse tipo de dança era considerado uma afronta e um perigo principalmente para as “virgens” senhoritas da cidade, como menciona o autor em tom de preocupação:

E, no entanto, urge que o mal desapareça, a bem dos foros que deve desfructar a virgem inexperiente, que se deixa seduzir pela dança lubrica dos trópicos. Não foi para elas que se inventou o maxixe [...] (No domingo do tango. Anno I. n.55. 12 de abr. 1919, página não identificada).

A preocupação demonstrada pelo escritor pode ser entendida como uma necessidade urgente de defender a “honra feminina” burguesa, tão significativamente útil em um contexto de reprodução dos costumes, também uma maneira de se diferenciar dos demais sujeitos, especificamente das camadas populares. Esta perspectiva estava muito atrelada à formação histórica da burguesia paraense, ainda baseada em sistemas de reprodução social tradicionais, apesar das mudanças vivenciadas no período da *Belle Époque*. As mulheres de ca-

madas burguesas, desse modo, eram constantemente cobradas para exercer seus papéis “naturais”. Essa cobrança não ocorria somente no ambiente doméstico, mas nos próprios espaços públicos de convívio social, tais como: a Assembleia paraense, no sport-club, no grand-hotel, no bosque, na Praça da República, dentre muitos outros locais, sempre mencionados como opções para diversões, reveladores de hábitos urbanos de sociabilidade. Nestes espaços, muitas das vezes a liberdade feminina ao se divertir não era vista com bons olhos. Portanto, acabe a partir desse momento tecer algumas reflexões acerca das questões expostas.

No contexto dos anos 1920 em Belém do Pará, as tangentes público, mulher e comportamento se atravessavam de maneira constante, nos discursos da imprensa, essa teia poderia ser elaborada como expressão ideológica de muito redatores, jornalistas e poetas. Uma vez que, chamavam a atenção para as perspectivas sociais e definiam comportamentos, vestimentas e linguagens tidas como adequadas. As mulheres, no período em questão, como afirma Nathalie Reis Itaboraí, “passam cada vez mais a ver e serem vistas, proporcionando novos espaços de exposição e inserção social” (ITABORAÍ, 2012, p. 17) e, dessa forma, elas eram sempre escolhidas para compor uma vasta gama de assuntos nas colunas sociais, das quais exprimiam muitas concepções de gênero correntes. Exemplo desta observação se encontra na coluna “A semana elegante”, em texto intitulado “Saias Curtas” no qual o autor que atende pelo pseudônimo Fra Angelico chamava atenção das moças para os riscos de vestir saias curtas demais, em sua opinião: “Reflectam os demagogos da moralidade, os que são paladinos dos bons costumes, que phrases inspirará nos maldicentes a mesma senhorita, no bond, cruzando sobre a esquerda a perna direita e a descoberto deixando toda a perna até a vizinhança

dos joelhos!” (A Semana. “TIC-TAC”. Anno II. n.62. 30 de maio de 1919, página não identificada).

O autor parecia indagar os defensores da moral sobre a grande presença de mulheres vestidas de saias curtas em ambientes públicos, comportamento este visto com extrema preocupação pois iam de encontro com a ideia de feminilidade burguesa corrente, na qual deveria prevalecer o recato e os bons modos de vestir, para não serem elas vistas com maus olhos. Ficava exposta, nesse sentido, uma vigilância desenfreada por parte desses escritores atentos aos comportamentos femininos no ambiente público. Pensamentos interessantes e muito provavelmente alinhados às noções de moralidade característicos das formas diferenciação dos gêneros numa manutenção de poder, os quais prescreviam deveres familiares muito bem delimitados. Essas ideias estão estreitamente ligadas a concepções higienistas da primeira república, prescreviam que caberia à mulher, como afirmou Maria Izilda S. de Matos, o “cuidado com a saúde e o bem-estar da família, de modo que se ampliam suas responsabilidades como donas de casa no controle dos mandamentos da higiene doméstica em relação à infância” (MATOS, 2003, p. 110).

Certamente esse tipo de ideal feminino doméstico combinava muito mais com um universo burguês e abastado, em contraste com as classes menos afortunadas. Como explica Cancela, ao verificar os processos crime de defloramento na capital paraense no início do século XX, revelando aspectos importantes sobre o cotidiano afetivo das mulheres adolescentes das camadas populares em Belém, que possuíam significativa parcela de liberdade em suas experiências sexuais e amorosas, como explica a autora:

[...] namorar às escondidas, manter relações sexuais e frequentar a casa de seus namorados, eram práticas não

muito distantes da experiência dessas menores, que viam seus relacionamentos com uma intimidade distante daquela pensada para as moças da elite e que de certa forma foram generalizadas para todos os demais segmentos sociais (CANCELA, 1997, p. 73).

Nesse sentido, a mulher popular, em comparação a mulher da elite, usufruía de possibilidades maiores em suas experiências fora de casa, pelo menos é o que demonstra a documentação analisada pela historiadora. De toda forma, para além do âmbito doméstico no mundo burguês, a preocupação com o corpo feminino em público também revela uma estratégia de manutenção do poder sobre as diferenciações de gênero. Ser mulher representava uma série de responsabilidades. O corpo não era só seu, mas a representação de toda uma classe. O cuidado com o corpo feminino e o seu significado era uma constante, pois a este era atribuído o dever de manutenção e reprodução dos costumes, o nome e a própria fortuna familiar através do casamento (CANCELA, 2011, p. 340).

Se por um lado, “as moças aderiram com frenético entusiasmo aos hábitos modernos e desportivos, delicias com os ares de independência e voluntariedade que eles conotavam” (SEVCENKO, 1992, p. 49-50 apud ITABORAÍ, 2012, p. 18). Por outro, muitos discursos reprimiam essa nova ideia de mulher, pois “visavam a preservação dos valores morais da família, aliás essa questão foi uma das suas metas prioritárias para conter o que compreendia ser a elevação do sentimento de desordem em marcha no país” (IPOJUCAN, 2009, p. 42). Essa perspectiva era facilmente apreendida e divulgada pela imprensa nos diferentes contextos brasileiros. E quando a análise se detém nas mulheres, aqui especificamente burguesas, ainda é perceptível uma grande cobrança das responsabilidades com a Família, o Estado e a Igreja. Em Belém, a presença



feminina no espaço público, cada vez mais gerava a necessidade de uma vigilância sobre suas atitudes, pois como observados em diversos escritos de “A Semana”, além de significarem o prestígio familiar, elas deveriam contrair bom matrimônio.

Ao mencionar novamente os bailes da cidade na coluna “Os Contos da Semana”, o escritor, de nome não mencionado, refletia sobre algumas questões de honra e respeito feminino. Havia uma preocupação constante demonstrada pelo articulista, especificamente com as moças em idade de 15 anos quando circulavam pelas festas em Belém. Vamos a um fragmento:

(...) E para as meninas solteiras? Eu não sei muito bem o que pensam essas bonitas creanças que antes dos quinze anos já aparecem na sociedade com modo senhoril e muitas fitas. Essas futuras noivas, castas, puras, recatadas, não se contentam com o tule branco, nem com as roupas rosas do seu jardim; mostram, á claridade amarela e quente do gaz dos clubs, os seus hombros e os seus braços nús, nos decotes dos vestidos de seda, prendem broches caros ou ramos de flores artificiaes (...) (Bailes. Anno IV. n. 176. 20 ago. 1921, página não identificada).

Nesse exemplo, havia uma diferença entre a definição de mulheres respeitadas em detrimento das indecentes, a imagem criada pelo articulista surgia de sistemas de identificação muito provavelmente compartilhados por parcela daquela sociedade. Era a interpretação dele a partir dos comportamentos observados no cotidiano pomposo em Belém. Essa ideia estava intrinsecamente aliada à perspectiva matrimonial, uma vez que, nem todas as mulheres eram tidas como “dignas ao casamento”. Sendo esses escritores homens em sua maioria, se percebe as desigualdades de gênero e a legitimação de discursos sobre o corpo, numa estratégia de controle. Vejamos um trecho referente às opiniões do clínico dr. Plínio Moura, no trecho o qual diz o seguinte:

“[...] Braços desnudos, espaduas nuas, collo nú, os lábios horrivelmente carminados, olheiras como as de uma tuberculosa, Ismerina desnudando-se como se desnuda, pintando-se como se pinta, será sempre uma boneca talhada para o brilho dos salões, mas nunca uma esposa, amante do silêncio que reside no lar conjugal, amando mais os filhos que os prazeres mundanos” (“Palestras”, Anno IV. n.180. 17 set.1921, p. 7).

Os bailes da cidade eram espaços de constante observação da feminilidade. Naquele cenário, para a mentalidade masculina, a mulher que “desnudava o corpo” ou “pintava demais o rosto” – comportamentos demonstrativos de determinadas liberdades urbanas em ebulição – jamais seriam dignas de um lar conjugal. Tais hábitos eram considerados impróprios para as donzelas da cidade de Belém do Pará de acordo com as opiniões do autor. A preocupação com os “corpos à mostra” significava novamente uma ideia de castidade, da higiene e do pudor feminino, o qual necessitava ser preservado a todo instante. Esses aspectos, obviamente se chocavam com as novas perspectivas de comportamento engendradas pelo mundo moderno, por exemplo, a ideia da mulher “melindrosa”, constantemente abordada nesses escritos, significava determinada liberdade ao sair de casa, uma vez em público, eram constantemente eram notadas em situações de “paqueras” e “seduções”.

Esses arranjos eram bastante demonstrativos de determinadas “tecnologias de poder sobre o corpo”, mencionadas por Foucault, ao explicar as maneiras pelas quais a sexualidade foi colocada em um padrão de utilidade no mundo contemporâneo. Para o autor, “cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão” (FOUCAULT, 1999, p. 27). Dessa forma, a documentação

analisada deixa exposto que as nuances da sexualidade feminina, aparentemente, se configuravam como grande utilidade naquele contexto em questão, tendo em vista as formas de reprodução social da sociedade burguesa. Dessa forma, os percursos discursivos, tais como os de julgamento das roupas mais curtas e decotadas nos bailes da cidade, eram uma maneira de delimitar a utilidade dos corpos femininos, desde a tenra idade pensados para o “bom casamento”.

A diferenças e desigualdades de gênero historicamente constituídas serviam para legitimar tais abordagens, numa estruturação de significados os quais legitimavam um exercício de constante influência nas subjetividades em suas reflexões sobre o corpo. A este respeito, é importante mencionar que: “estabelecidas como um conjunto objetivo de referências, as representações de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (ARAÚJO, 2005, p. 43). Ou seja, as organizações concretas e simbólicas dos espaços de sociabilidade burguesa em Belém, como nas festas da cidade, determinavam que as mulheres deveriam ser respeitadas e sempre estar bem acompanhadas. Seu comportamento desviante, visto com maldizer, se subversivo. Ainda que esses momentos, colocados em cena nos escritos, pudessem ser entendidos, muitas das vezes, significativos de lazer e diversão, não deixavam de revelar profundas estratégias de manutenção de poder e hierarquias.

Delimitava-se, dessa forma, as mulheres atrevidas ou comportadas. Como no trecho a seguir: “Realmente, ella é uma dulcíssima creatura. Si bem possua uns lindos cabellos aparados, não se pinta, não se desnuda, não consente atrações escandalosas em festas, não <flirta>, jamais deu motivo de aos commentarios cannalhas das rodas” (Encontrou a sua phenix. Anno VII. n. 320. 07 maio 1924, p. 17). Respei-

tável, bonita, perfumada e higiênica, esses atributos eram indispensáveis aos olhos ávidos dos articulistas ao determinar suas projeções sociais. A mulher idealizada ao casamento também era reflexo do pensamento higienista no Brasil que “criou todo um conjunto de prescrições que deveriam orientar e ordenar a vida, nos seus mais variados aspectos: na cidade, no trabalho, no comércio de alimentos, no domicílio, na família, nos corpos” (MATOS, 2003, p. 109). Destarte, as mulheres, estivessem nas ruas, nas igrejas, nos bonds, ou mesmo nas janelas de suas casas, eram constantemente colocadas em modelos persistentes de construção de subjetividades baseadas exclusivamente em padrões de gênero num exercício de poder.

Missa de quarta-feira da paixão. Senhorinha, catholica, dirigiu-se á igreja de Nazareth com o propósito de comungar. Mas é moça moderna, isto é, usa saia curta, decotes excessivos, blusas sem mangas e borra escandalosamente os lábios, a face e os olhos (Palavras... Sorrisos... Olhares. Anno VII. n.315. 3 maio 1924, p. 26).

A narrativa finalizava com um elogio à Igreja Católica, a qual não permitia as moças adentrarem com tais vestimentas impróprias na Igreja, “as mulheres modernas deveriam ter seus limites de ação e atuação bem delimitados, para não se tornarem perigosas” onde “O desenvolvimento de uma sensibilidade moderna não poderia pôr em risco essa dimensão da ordem antiga, patriarcal” (MACENA, 2010, p. 61). Nesse sentido, sair de casa significava quase sempre ser objeto de julgamento moral, ao se considerar o alcance desses discursos, seria possível observar um sistema de divulgação de valores sociais patriarcais, mas que, no entanto, parecia ter determinada dificuldade em se aplicar na realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possuidores de prestígio, devido a posição de intelectuais da época em Belém do Pará, os homens que escreveram os inúmeros textos presentes na revista “A Semana” parecem expor suas próprias angustias e aflições mediante ao conceito de feminilidade. Tratava-se de deliberações as quais estavam, aparentemente, distantes de transporem na realidade da vida cotidiana na cidade. As próprias observações desses sujeitos revelam mulheres com “padrões” de vestimenta e comportamento muito distantes daqueles desejados pela mentalidade masculina. Elas se apresentavam socialmente de uma maneira chocante para alguns, mas, ao mesmo tempo, angariavam a admiração de outros. Se por um lado a ideia de “mulher para casar” era amplamente defendida como imprescindível, por outro, muitas dessas moças não demonstravam interesse primordial em tal configuração. Elaborava novos sentidos para suas vidas, os caminhos percorridos pelos discursos de denúncia de hábitos femininos impróprios deixavam nas entrelinhas esse processo de contestação.

Época de grandes agitações, os anos 1920 trariam algumas mudanças na perspectiva de feminilidade, e as diversas denúncias de “comportamentos desviantes das mulheres” em Belém demonstravam um pouco a respeito dessa ebulição de novos sentidos dados ao comportamento, à aparência e à vestimenta. Também sugeriam a existência de inúmeros “jogos de poder” existentes. Uma vez que, trajadas de maneira mais sensual, com cabelos curtos, ou mesmo a partir do simples hábito de deixar os colos “amostra” nas janelas, configuravam uma forma pela qual essas mulheres exercitavam questionamentos para o sentido de feminilidade difundido pelo discurso masculino predominante nos espaços de divulgação intelectual. Os “pa-

drões de feminilidade” aqui expostos serviram como uma porta de entrada para um cotidiano, indiscutivelmente, complexo de relações sociais marcadas por disputa de sentidos.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

**A Semana.** “Pesamentos”. Anno X. n.578. 08 de junho de 1929, página não identificada (Obras Raras, CENTUR).

**A Semana.** “Espia só...”. Anno IV. n.200. 04 de fevereiro de 1922, página não identificada (Obras Raras, CENTUR).

**A Semana.** “No domingo do tango”. Anno I. n.55. 12 de abril de 1919, página não identificada (Obras Raras, CENTUR).

**A Semana.** “TIC-TAC”. Anno II. n.62. 30 de maio de 1919, página não identificada (Obras Raras, CENTUR).

**A Semana.** “Bailes”. Anno IV. n. 176. 20 de agosto de 1921, página não identificada (Obras Raras, CENTUR).

**A Semana.** “Palestras”. Anno IV. n.180. 17 de setembro de 1921, p. 7 (Obras Raras, CENTUR).

**A Semana.** “Palestras”. Anno IV. n.180. 17 de setembro de 1921, p. 7 (Obras Raras, CENTUR).

**A Semana.** “Palavras... Sorrisos... Olhares...”. Anno VII. n.315. 03 de maio de 1924 p. 26 (Obras Raras, CENTUR).

### BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisando o debate. **Psi. Clin**, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 2, 2005, p. 41 – 52.

BRANDÃO, Helena H. Negamine. **Introdução à análise do discurso**. 2º e.d. Campina, Sp: Editora da UNICAMP, 2004.

CAMPOS, Ipojucan Dias. **Para além da tradição:** casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916 / 1940). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

CANCELA, Cristina Donza. **“Adoráveis e dissimuladas”:** As relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX. Dissertação (mestrado), Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1997.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica** (Belém 1870 – 1920). 1ª Edição. Belém, Açai, 2011.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A Guilhon Allbuquerque. 13 e.d. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

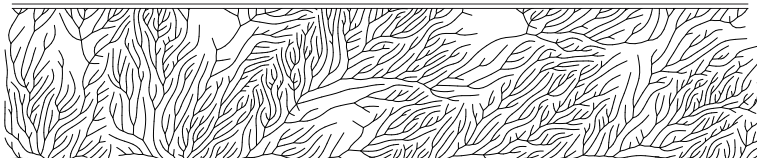
ITABORAÍ, Nathalie Reis. História de mulheres, modernização social e conflitualidades de classe e gênero. *In: XV Encontro Regional de História*, ISBN 978-85-65957-00-7, Rio de Janeiro, 2012. Anais do XV encontro regional de História, ANPUH, Rio de Janeiro, 2012.

MACENA, Fabiana Francisca. **Madames, mademoiselles, melindrosas:** “feminino e modernidade na revista Fon-Fon (1907 – 1914). Dissertação de mestrado, História, Departamento de História, UnB, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5947>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MARTINS, Rui Jorge Moraes. **Visto, logo existo:** moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX. História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, 2010.

MATOS, Maria Izilda S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 -1930). *In: DE MATOS, Maria Izilda S. SOIHET, Rachel (org). O corpo feminino em debate.* São Paulo, Editora UNESP, 2003, p. 107 – 127).

# ESTUDO DO AUTOMOBILISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970 ATRAVÉS DA REVISTA QUATRO RODAS



*Eduardo Santos Costa*

---

---

**A** Revista Quatro Rodas foi lançada em 1960 pela Editora Abril e trata de temas ligados ao mercado automotivo, de turismo e automobilismo. Desde seu lançamento, já contava com páginas coloridas e seus anúncios são, majoritariamente, de veículos, acessórios para automóveis e produtos focados no público masculino, tais como cigarros e perfumes. A importância da revista para o tema é demonstrada por Gimenes-Minasse, Marques e Melo (2014), que citam o momento de criação da Quatro Rodas em um momento da história brasileira em que a indústria automotiva se instala no país e que há a priorização do automóvel como meio de transporte em relação aos trens.

As revistas pesquisadas são de meu acervo pessoal, as quais foram adquiridas em sebos para fins de pesquisa, devido à ausência de um acervo da própria Editora Abril, tanto físico quanto online. Em meu acervo, possuo edições entre os anos de 1962 ao ano de 1979. Esse estudo faz parte de uma pesqui-



sa de mestrado sobre o automobilismo sob a visão da história política e da história econômica durante a ditadura civil-militar, ao qual se recorre à Revista Quatro Rodas como uma fonte potencial para a compreensão do tema principal de pesquisa.

O presente trabalho justifica-se pela pouca disponibilidade de trabalhos historiográficos sobre a prática do automobilismo e sobre a indústria automotiva no Brasil. Trabalhos de Elias (2010), que investiga o automobilismo do início da indústria automotiva do Brasil, e Melo (2009), que investiga o automobilismo desde a república velha até 1954, são importantes para compreender os início da prática do esporte no país. Mas há carência de trabalhos que investiguem esse esporte durante a ditadura civil-militar sob o viés da história política do esporte. Portanto, há a necessidade de se fazer uma discussão historiográfica sobre a prática do automobilismo no período da ditadura civil-militar brasileira, mais nitidamente no que se refere na compreensão do aparelhamento das confederações esportivas, no uso da imagem de esportistas para a propaganda governamental e na construção de grandes praças esportivas para o esporte.

Dentro do escopo da relação entre esportes motorizados e regimes autoritários, Aja (2011) faz um estudo em que percebe a relação que a ditadura franquista na Espanha buscou construir com o motociclista Angel Neto. O autor considera que, embora o futebol tenha uma grande importância na consolidação dessas representações para a ditadura franquista, “seria injusto afirmar que o futebol foi o único esporte que ajudou a promover a imagem da Espanha de Franco no exterior”<sup>1</sup> (AJA, 2011, p. 247). Assim, demonstra-se que, apesar do futebol ser o maior símbolo esportivo de algumas ditaduras, entre elas a brasileira e a espanhola, outros esportes também fazem parte desse fenômeno.

<sup>1</sup> Original: “However, it would be unfair to state that football was the only sport that helped to improve the image of Franco’s Spain abroad” (Tradução minha).

Partindo para uma compreensão das relações entre o esporte e a ditadura civil-militar brasileira, Couto (2014) demonstra a utilização do futebol como propaganda política entre as ditaduras do Estado Novo e a ditadura civil-militar. Tratando mais especificamente dessa última, o autor demonstra como a ditadura fez a seleção brasileira de futebol se tornar um símbolo político e a expressão de uma sociedade militarizada. Já Magalhães (2014) foca nos usos políticos da Copa do Mundo de 1978, sediada pela Argentina, onde tanto a ditadura brasileira quanto a argentina possuíam interesses políticos envolvendo suas respectivas seleções. Ambos os autores demonstram, ainda, a resistência política dentro do futebol, alicerçadas por jogadores e entidades políticas que defendiam os direitos humanos, contrários às celebrações que as ditaduras faziam com esses eventos. No entanto, há jogadores que se tornam símbolos das conquistas esportivas e que são usados pela propaganda política da ditadura

Os primeiros anos da ditadura civil-militar é considerado por Guimarães (1989) como um momento em que um novo ciclo econômico na indústria automotiva brasileira é apresentado, uma vez que conta com a chegada de novas empresas no mercado de automóveis de passeio, assim como a venda e fechamento de outras empresas que atuavam no mercado brasileiro até então. O público-alvo das montadoras, dessa maneira, também se configura, focando em um público mais elitizado, representando a entrada dessas companhias com carros luxuosos e esportivos, o que vai determinar também as competições automobilísticas.

Dada a compreensão desse novo ciclo, faz-se necessária uma pesquisa relacionando-o ao contexto da ditadura e a forma com a qual a prática do automobilismo se modifica e se insere na sociedade, como a popularização do público que as-

siste as corridas, a criação de categorias esportivas e a construção de autódromos. Esse entendimento, assim, é importante para interpretar de que forma a ditadura buscou associar-se a essa prática esportiva e de que forma agiu para garantir seus fins. Por isso, é importante compreender como a prática do automobilismo se deu tanto em momentos de crescimento dessa indústria quanto nas crises, entre elas, no período da crise do petróleo de 1973, onde faltava combustíveis e a prática do automobilismo chegou a ser proibida.<sup>2</sup>

É relevante à pesquisa compreender a relação entre indústria e automobilismo na promoção de categorias esportivas. Em análises das fontes a serem trabalhadas, já foram encontradas ao menos duas montadoras (Volkswagen e Ford) que tinham categorias próprias para a utilização de seus motores em chassis “fórmula<sup>3</sup>”, criando campeonatos entre eles. Além disso, já se conhece a existência de campeonatos de turismo, em que carros de passeio de diferentes montadoras eram preparados para disputar corridas em diferentes categorias, geralmente diferenciadas pela litragem dos motores dos carros.

Dadas as compreensões da importância dessa indústria para a prática do esporte, a forma com a qual a ditadura civil-militar buscou associar-se a esse esporte é percebida em aspectos de semelhantes interpretações descritas por Couto (2014) e Magalhães (2014). Entre elas, podemos destacar o aparelhamento das confederações, o investimento na construção de praças esportivas, a associação de imagem entre a ditadura com esportistas e a realização de grandes eventos esportivos.

Couto (2014) descreve o aparelhamento que a CBD (Confederação Brasileira dos Desportos), entidade ligada ao

---

<sup>2</sup> A falta de combustível e a proibição das corridas automobilísticas foram descritas nas fontes jornalísticas a serem trabalhadas.

<sup>3</sup> Chassi “fórmula” é descrito no automobilismo como um chassi monoposto e com as quatro rodas expostas.

futebol, sofreu pelos militares. Sendo essa uma prática recorrente a outros esportes, se mostra relevante a investigação do aparelhamento pelo qual a CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo), veio a passar, sendo tal entidade presidida pelo General Elói Menezes no contexto da ditadura e que veio a focar na promoção de eventos celebrativos à ditadura.

Além da celebração, a construção de autódromos e como os mesmos se inserem no projeto político da ditadura também é algo muito notável. Antes do golpe civil-militar de 1964, há a ocorrência da existência de apenas um autódromo no Brasil: o Autódromo de Interlagos, em São Paulo. Após esse período, são construídos outros sete<sup>4</sup>: o Autódromo Internacional de Curitiba (PR), o Autódromo Internacional de Tarumã (Viamão, RS), o Autódromo Internacional Presidente Médici (Brasília, DF), o Autódromo Internacional Virgílio Távora (Eusébio, CE), o Autódromo Internacional de Goiânia (GO), o Autódromo Internacional Nelson Luiz Barro (Guaporé, RS) e o Autódromo Internacional de Jacarepaguá (RJ).

Compreendendo o automobilismo como uma modalidade esportiva que utiliza-se de um veículo de quatro rodas impulsionado por um motor, serão temas de investigação do presente projeto diferentes categorias, tais quais a Fórmula 1, os campeonatos de turismo<sup>5</sup> no Brasil, os campeonatos organizados pelas próprias montadoras, eventos locais<sup>6</sup> e outras

<sup>4</sup> A questão dos nomes de três desses autódromos será discutida ainda nessa seção. No entanto, é importante salientar aqui que, além do autódromo de Brasília, os autódromos de Goiânia e de Curitiba tiveram seus nomes trocados após o fim da ditadura, ainda nos anos 1980, sendo oficialmente chamados de Autódromo Internacional Ayrton Senna e Autódromo Internacional Raul Boesel. No entanto, não é de conhecimento ainda se os mesmos possuíam outros nomes antes da troca ou se apenas carregavam o nome da cidade a qual pertenciam, sendo essa, uma questão a ser investigada.

<sup>5</sup> São competições que utilizam carros de passeio, muitas vezes, passando por modificações de performance para as corridas. Entre as já contabilizadas, estão as Divisões 1, 2 e 3 e a Stock Car Brasil.

<sup>6</sup> Um exemplo de evento local são as *24 horas de Interlagos*, sendo uma competição não ligada a um campeonato nacional.

competições que se encaixem dentro da definição exposta que venham a ser encontradas no decorrer da pesquisa. A existência dessas competições, assim, será analisada dentro de um contexto político ditatorial, em que se avaliará as mudanças que os agentes dessa conjuntura vieram a causar na prática desse esporte.

Para a compreensão das fontes de imprensa, trago as compreensões de Hollanda e Melo (2012), organizadores do livro *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*, ao qual se faz a reflexão metodológica na pesquisa científica com esse tipo de fonte. Dentro dessa reflexão, considera-se que os jornais “são vistos de corpo inteiro, isto é, à luz de seus agentes investidores, de seus editores chefes, de suas conjunturas históricas, de suas diretrizes ideológicas e de seus estratégias comerciais” (HOLLANDA; MELO, 2012, p. 16). Assim, são apontados que, para além da compreensão deles como fontes neutras, devem ser consideradas questões como as condições de existência dos mesmos.

As fontes de imprensa foram escolhidas dentro da possibilidade das mesmas de responderem aos problemas de pesquisas expostos. Assim sendo, dentro de um contexto em que se pesquisa automobilismo e indústria automotiva, é imprescindível a pesquisa da Revista Quatro Rodas. A publicação da Editora Abril foi criada em 1960, estando, segundo Gimenes-Minasse, Marques e Melo (2014), em um contexto da implementação da indústria automotiva do Brasil e sua valorização em detrimento a outros transportes. A revista veio a se tornar um dos principais veículos de imprensa sobre o tema e uma fonte potencial para compreender a importância dessa indústria no contexto econômico para a ditadura, além de relatar as competições a serem pesquisadas. Para isso, são analisadas as páginas das revistas, as quais foram adquiridas conforme a

relevância das datas para o cenário automobilístico, tais como a vitória de algum piloto brasileiro e a cobertura das provas automobilísticas que a revista publiciza.

Em abril de 1962, a Revista Quatro Rodas (abr. 1962, p.74-81). apresentava um momento desolador para o automobilismo no Brasil. Sob o título “Vitaminas para um esporte anêmico”, tratava de como o automobilismo vinha perdendo prestígio, provas, competidores e patrocinadores, o que revelava uma verdadeira crise de representação esportiva e de financiamento. Na primeira página da reportagem, citava o exemplo de uma prova praticada no Autódromo de Interlagos.

“Interlagos. Faltavam 20 minutos para a largada de mais uma prova do Campeonato Paulista de Automobilismo, mas mesmo assim apenas três carros ali estavam, alinhados na faixa branca, junto ao galpão de cronometragem. Angelo Juliano, na época presidente da Comissão Esportiva do Automóvel Clube, segurando a bandeira quadriculada, andava nervoso de um lado para outro, lembrando os seus tempos de corredor do período áureo do automobilismo nacional. Tudo mudara. Para pior. E agora, ali estava a prova concreta dêsse retrocesso. Mesmo os corredores presentes – em sua maior parte estreates – pareciam compreender a dura realidade: quase nenhum espectador. Os poucos que ali estavam tinham entradas de favor. E os grandes patrocinadores? Bem... é melhor nem falar. Ausentes por completo” (QUATRO RODAS, abr. 1962, p.74).

A revista faz uma reflexão acerca dessa realidade, uma vez que considera que São Paulo, local onde se localiza o Autódromo de Interlagos, era o único estado que possuía um calendário de atividades, campeonatos anuais e condições para receber provas que exigiam uma estrutura de autódromo, pois o único autódromo do Brasil estava instalado na capital paulista, datando do ano de 1939. Ainda, salienta que as provas de resistência, as quais são percorridas longas distâncias ou com

várias horas de duração, eram as que despertavam maior interesse do público pela maior possibilidade de troca de posições no decorrer da prova, além de ter uma viabilidade financeira melhor, uma vez que contava com um público maior e servia como teste para a confiabilidade e desenvolvimento de peças da indústria automotiva. Já o caso do automobilismo de velocidade, não despertava tanto interesse do público, o que afluente patrocinadores, com raras exceções, como uma prova promovida pelo jornal Folha de São Paulo, em que se possuía uma maior cobertura jornalística.

Dentre os demais problemas citados por Quatro Rodas, estavam a falta de competições ao redor do Brasil e a falta de autódromos. Das poucas corridas que existiam em outros locais fora de São Paulo, ainda havia o problema da falta da divulgação das mesmas, considerando de menores importância pela defasagem tecnológica e de estrutura que havia em relação às condições paulistas.

“Na modalidade brasileira somente agora começam a nascer provas de âmbito local, como as que são disputadas principalmente no Rio Grande do Sul, salientando-se as de Pôrto Alegre, Bagé, Pelotas e Caxias do Sul. Nos demais Estados, efetuam-se competições em Goiânia e em São José dos Pinhais (Paraná). Estas provas locais, disputadas geralmente com ‘carreteras21’, tão pouca importância têm – pelo menos atualmente – que nem sequer chegaram a ser noticiadas em colunas especializadas dos jornais das grandes capitais brasileiras” (QUATRO RODAS, abr. 1962, p.76-77).

Percebe-se que a Revista Quatro Rodas, no entanto, não dá o devido prestígio regional que provavelmente essas corridas possuíam, levando-a a desmerecer tais corridas por não envolver os grandes centros do país. Isso se torna evidente ao citar as provas que ocorrem no Brasil, ao citar que seis de

nove provas “dignas de nota” (QUATRO RODAS, abr. 1962, p.78) disputadas no país foram realizadas em São Paulo. Ao citar o caso da prova “500 Quilômetros de Pedra Redonda” no Rio Grande do Sul, no entanto, a revista revela que as provas de “carretera” eram muito comuns na região sul e que eram assistidas por um grande número de espectadores, o que demonstra uma relevância local para esse tipo de corrida.

A partir dos anos de 1970, a Revista Quatro Rodas permite compreender como as provas automobilísticas brasileiras estavam configuradas. As competições estavam divididas em categorias, que condicionavam quais motores poderiam ser utilizados em cada corrida e os tipos de carros participantes. Conforme descrito pela Revista Quatro Rodas dez. 1972, p.6) as competições nacionais estavam divididas entre as divisões 3, 4, 5 e 6, sendo cada uma delas divididas da seguinte maneira<sup>24</sup>:

- Divisão 325: carros da categoria Turismo, que englobava carros de produção em série (Opala, Corcel, VW, etc.). Divide-se em três categorias (A, B e C). A categoria A englobava carros de até 1600 cilindradas; categoria B, de 1601 até 3000 cilindradas; e C, de 3001 até 6000 cilindradas.
- Divisão 4: reúne protótipos feitos no Brasil (Fúria, Avallone, Heve, etc.), com chassis e motores nacionais. Dividiam-se em duas categorias, motores de até 2000 cilindradas e acima de 2000 cilindradas.
- Divisão 5: reunia protótipos que possuem chassi ou motor nacional (Fúria-BMW, Fúria-Ferrari, Avallone-Chevy, etc.). Tais veículos competiam com automóveis da Divisão 6.
- Divisão 6: reunia Esporte-Protótipos importados (Porsche 908, Alfa Romeo T33/3, Lola T-210).



O automobilismo, no decorrer da década de 1970, passa a ser uma vitrine publicitária muito eficiente tanto para as montadoras quanto para empresas de outros ramos, que vislumbram uma maior visibilidade investindo na categoria. Além das categorias de turismo, as quais havia a presença muito forte de veículos de passeio produzidos por empresas instaladas no país, ainda temos o caso da Ford e da Volkswagen, que consolidaram categorias de monopostos com chassis e mecânicas de suas próprias linhas de montagem. Tem-se, também, o caso emblemático da Companhia Souza Cruz, do ramo do tabaco, que atuava no automobilismo com a marca Hollywood. A Hollywood possuía muitas publicidades na Revista Quatro Rodas que evocavam esse lado esportivo, buscando associar seu produto com o automobilismo. Dessa maneira, os carros da equipe da marca de cigarros eram referenciados, muitas vezes, como “o sucesso”, em alusão ao slogan publicitário da marca.

Além disso, a Revista Quatro Rodas revela os autódromos pavimentados construídos no Brasil no período. Em dezembro de 1972, na seção “opinião do leitor” da Revista Quatro Rodas (dez. 1972, p.10), um leitor da Paraíba envia a pergunta: “quais são os autódromos brasileiros, onde ficam e quando mede cada um deles?”. A resposta é a seguinte:

“Os autódromos brasileiros abertos para as corridas atualmente são estes: Interlagos, em São Paulo, como 7960 metros; Curitiba, em Curitiba, 3900 metros; Virgílio Távora, em Fortaleza, 2500 metros; Tarumã, em Viamão (a 22km de Porto Alegre), 3016 metros. Em Brasília, as corridas têm sido disputadas num circuito provisório: o estacionamento do estádio Pelezão” (QUATRO RODAS, dez. 1972, p. 10).

Vale destacar que, após essa nota, no decorrer da década de 1970 ainda vieram a ser construídos outros autódromos, tais como o Autódromo Internacional Presidente Médici

(Brasília, DF), o Autódromo Internacional de Goiânia (GO), o Autódromo Internacional Nelson Luiz Barro (Guaporé, RS) e o Autódromo Internacional de Jacarepaguá (RJ).

Através dessa pesquisa, pode-se concluir que a revista reúne informações muito mais objetivas sobre o automobilismo do que outras publicações esportivas. Em relação aos autódromos investigados, é interessante apontar que, antes de ter acesso a essa revista, havia catalogado os mesmos autódromos. No entanto, as informações sobre os mesmos estavam espaçadas e abriam margem de dúvidas sobre a existência de outras praças não citadas e sobre as condições das mesmas.

Um segundo ponto é perceber que o público que não tem acesso a essa revista, poucas informações recebem sobre o esporte. Por se tratar de uma revista especializada, acaba por dimensionar melhor os fenômenos a serem investigados e foca em questões mais pertinentes a esse esporte por ter um público alvo que acompanha o mesmo. Por isso, é de grande importância esse estudo da Revista Quatro Rodas para o desenvolvimento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

**Revista Quatro Rodas**, abr. 1962.

**Revista Quatro Rodas**, fev. 1972.

**Revista Quatro Rodas**, dez. 1972.

### BIBLIOGRAFIA

AJA, T. G. From Dictatorship to Democracy in Spain: The Iconography of Motorcyclist Angel Nieto. **The International Journal of the History of Sport**. Londres: v. 28 n. 2, p. 240–252, 2011.

COUTO, E. **Da ditadura a ditadura**: uma história política do futebol brasileiro (1930- 1978). 1ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2014.

DE MELO, V. A. Before Fittipaldi, Piquet and Senna: The Beginning of Motor Racing in Brazil (1908–1954). **The International Journal of the History of Sport**. Londres: v. 28 n.2, p. 253–267, 2011.

GIMENES-MINASSE, M. H. S. G; MARQUES, S. C. M. M; MELO, I. B. N. O Brasil através do para-brisas: o turismo na primeira edição da Revista Quatro Rodas. **Revista Rosa dos Ventos**. Caxias do Sul: v. 6, n. 2, p. 139-151, abr/jun 2014.

GUIMARÃES, E. A. A indústria automobilística brasileira na década de 80. **Pesquisa de planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 347-378, ago. 1989.

HASSAN, D. (2011). Epilogue: The Evolution of Motor Sport Research. **The International Journal of the History of Sport**. Londres: v. 28 n.2, p. 319–322.

HASSAN, D. Prologue: The Cultural Significance and Global Importance of Motor Sport. **The International Journal of the History of Sport**. Londres: v. 28 n.2, p. 187–190, 2011.

HOLLANDA, B. B. B. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930 e 1980. *In*: **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

HOLLANDA, B. B. B; MELO, V. A (orgs). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

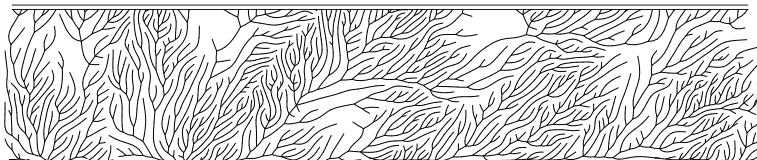
MAGALHÃES, L. G. **Com a taça nas mãos**: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Tese (doutorado). 2013, 239 p. Programa de Pós-Graduação em História UFF, Niterói, 2013.

MELO, V. A. Antes de Fittipaldi, Piquet e Senna: o automobilismo no Brasil (1908-1954). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, Rio de Janeiro: 2008.

MELO, V. A. *et al.* **Pesquisa Histórica e História do Esporte**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

VILELA, R. E. **O automobilismo na cidade do Rio de Janeiro de 1954 a 1966**: das ruas para o Autódromo. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PP-GEF/UGF, 2010.

## A ATUAÇÃO DE BATISTA CAMPOS POR MEIO DE LIBELOS DO SÉCULO XIX



*João Nei Eduardo da Silva*

---

---

O cônio Batista Campos foi um agente de grande destaque nos acontecimentos políticos da província do Grão-Pará das primeiras décadas do século XIX. Lutou contra opositores, quando atuante no primeiro jornal impresso e circulante na capital provincial, ainda na época da dominação portuguesa e, já na fase do Império brasileiro, foi acusado de promover agitações e rebeliões contra o governo.

Preso e enviado para o tribunal de justiça da Corte Imperial, no Rio de Janeiro, em duas ocasiões, Batista Campos esteve em volta de acusações de seus opositores no governo provincial paraense. Defendeu-se, sendo absolvido e até mesmo condecorado. Tais eventos foram demonstrados em alguns libelos, que o destacavam como um sujeito defensor da causa nacional brasileira, opondo-se aos que queriam manter o Grão-Pará e o Brasil sob jugo colonial português.

Os libelos utilizados neste estudo foram trabalhados como parte da discussão da construção da memória desse su-

jeito, em suas atuações políticas no contexto da independência brasileira de Portugal, e no pós-independência, durante a década de 1820.

Logo, no contexto de independência política de Portugal, no início dos anos 20 do século XIX, surgiram alguns testemunhos que procuraram positivar a atuação de Batista Campos. Como foi o caso da *Apologia de João Batista Gonçalves Campos*, um libelo anônimo feito no Rio de Janeiro, como defesa das acusações que lhe foram imputadas quando da ocorrência dos motins do mês de outubro de 1823 em Belém. Nela, o cônego Batista Campos é apresentado como um sujeito vitimado pela ação de “vorazes lobos e tigres esfaimados”, que se “cejavam no sangue inocente de vítimas inumeráveis cujo crime foi somente zelar os interesses e promover o engrandecimento do seu país natalício”<sup>1</sup>.

A *Apologia* ressaltou, na “Dedicatória ao Clero Paraense”, as “virtudes civis e evangélicas” do cônego, que tão “honrado e virtuoso” como o clero de que era parte, “promoveu e firmou a independência do Pará, fazendo respeitar no seu país o nome e o poder de S.M.I.”. Dentre as inúmeras qualidades que lhe foram atribuídas pela *Apologia*, estão a de ser “educado nobremente nas letras, havendo bebido elevados sentimentos, manifestando sempre muitas virtudes sociais, condecorado por seus empregos”, fazendo por “suas luzes e impavidez emulação a certo bando inimigo declarado das brilhantes qualidades e dotes cívicos, amado por sua constância, adorado por seus esforços patrióticos”. Na *Apologia* era questionado se a fortuna seria “tão adversa, tão avara de seus golpes que os não descarregasse sobre a cerviz inocente do Cônego Batista Campos?” (CORRÊA, 2003, pp. 106 e 108).

<sup>1</sup> Cf. *Apologia de João Batista Gonçalves Campos, Cônego da Catedral do Pará, Atualmente Preso no Rio de Janeiro. Para Servir de Refutação às Grosseiras Calúnias com que se tem Esforçado os Inimigos do Imperador e do Brasil à Deprimir o Bem Merecido Conceito Daquele Virtuoso Varão*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1824. Apud. CORRÊA, Antônio Eutalio. *A Fragata Leopoldina e a Missão Grenfell no Pará*. Belém: UNAMAZ, 2003, p. 107.

Destacava ainda a *Apologia* que, sendo Batista Campos amante da paz e da tranquilidade pública e particular, “inimigo declarado da discórdia, manifestando sempre um espírito de prudência e pacificação mesmo entre os seus amigos, e fiel ao soberano”, no ato de se proclamar e jurar a constituição portuguesa no Pará, recusou-se abraçar este sistema, e com franqueza emitiu seus votos numa carta dirigida ao rei D. João VI, por mão do Tenente Coronel de cavalaria Joaquim Mariano d’Oliveira Bello, o qual fora nomeado pela Junta Constitucional da província “para vir a Corte com a participação daquele terrível acontecimento por haver também sido um dos que abertamente se opuseram à decantada Constituição”. Chegado ao Rio de Janeiro, o referido Tenente Coronel, no momento em que já tinha partido para Lisboa o rei português; em consequência aquela carta

deveria ser entregue ao ministro de S.M.I. então Regente do Brasil, e é por isso que agora com o mais profundo respeito se invoca tão notável testemunho, dignando-se S.M.I. ter em vista que quem professa tais sentimentos não pode perpetrar os infames delitos que a calúnia e a inveja falsamente lhe imputam. (CORRÊA, 2003, p. 108).

Na *Apologia* foram narrados, à maneira do autor desconhecido, os acontecimentos relacionados à independência, como o fato de Batista Campos ter sido perseguido pelo governador das armas José Maria de Moura, quando esteve à frente do jornal *O Paraense*, por ter-se feito partidário da independência; a “adesão” da província à independência, da qual teria sido um dos grandes defensores; sua elevação à Junta Provisória de governo; a apresentação pelo cônego de um abaixo-assinado ao governo, exigindo a demissão dos que eram desafetos à causa do Brasil e sua remoção para fora da província, justificando tal exigência com base no axioma político “os governos são para

os povos e não os povos para os governos”, no que não foi atendido; envio de uma carta à Corte, levada pelo coronel José de Araújo Roso, na qual “manifestava o desígnio de vir beijar a mão ao Imperador”; e a ocorrência dos motins do mês de outubro de 1823, que resultaram em sua prisão, quase sendo despedaçado à boca de um canhão aceso, e remessa à Corte do Rio de Janeiro para ser julgado como um dos principais agentes dos motins. (CORRÊA, 2003, pp. 109-119).

Além disso, apresentou a *Apologia* documentos que procuravam inocentar Batista Campos de todas as acusações que lhe foram atribuídas, como o atestado passado pelo tenente da 2ª Companhia de Fuzileiros do 2º Regimento de Milícias e negociante José Joaquim Ribeiro, em data de 1º de novembro de 1823, no qual afirmava que, na noite de 15 de outubro de 1823, às dez horas da noite, pouco mais ou menos, indo para a parada do regimento por ouvir tocar à rebate, encontrou ao virar da esquina da torre de Santana, para a rua de S. Vicente, um grupo de soldados em chusma desordenados, em alaridos, que iam dizendo “vamos ter com eles, pois que se não fizerem o que pretendemos, lhes havemos enterrar as espadas até onde custaram dinheiro”. Segundo Ribeiro, estas palavras teriam sido dirigidas ao cônego Batista Campos, então membro do governo, e ao capitão João Henriques de Mattos. As mesmas palavras proferidas no tumulto teriam sido confirmadas no dia seguinte ao tenente Ribeiro por pessoas daquela vizinhança, que também as teriam ouvido. Continuando seu atestado, o tenente Ribeiro afirmou ter sido sempre Batista Campos um dos mais acérrimos propagadores do “Sistema da Independência Política do Brasil”, e por isso “sofreu não pequenos incômodos, que são a todos constantes”. (CORRÊA, 2003, p. 120).

Ainda sobre os documentos apresentados na *Apologia* que procuravam inocentar o cônego de todas as acusações que

lhe foram imputadas quando da ocorrência dos motins populares de outubro de 1823, consta o depoimento de um seu vizinho, Sabino José Custódio, ao processo de inquirição feito sobre o cônego, e a seu pedido. No depoimento, disse que, na noite de 15 de outubro, ao ouvir tocar à rebate, correu à casa de Batista Campos para saber do que se tratava, e vendo o alferes Brito da polícia que tinha sido aprisionado pelos soldados, vinha por parte destes propor ao cônego dever governar só, ao que Batista Campos teria dito “que não podia ser, porque era contra a lei”, e pedindo o cônego licença para cear, não lhe foi concedida, então ele se vestiu e saiu entre a tropa de cavalaria que estava na porta de sua casa. (CORRÊA, 2003, pp. 121-122).

Em outro pequeno libelo publicado na Tipografia do *Diário do Governo*, no Rio de Janeiro, assinado com a identificação de “*Um Paraense*”, e em correspondência ao “Senhor Redator” do referido periódico carioca, percebemos que o seu autor revelou-lhe o quanto o cônego Batista Campos foi perseguido pelos seus opositores, pois foi marcado “indigna e falsamente com o terrível ferrete d’alta traição”. O autor do libelo disse ainda que, ao ter lido o nº 22 do *Diário do Governo*, de 29 de janeiro (de 1824), observando nele publicado o ofício do governo da Província paraense de 4 de novembro de 1823, confessou-lhe que estremeceu. E perguntou a si mesmo se era possível “que hajam autoridades nas províncias que se atrevam a iludir tão descaradamente ao Chefe da Nação, ao grande Imperador”<sup>2</sup>.

O ofício do governo paraense dizia, segundo o mesmo autor, que o cônego, reputado na opinião pública chefe da rebelião perpetrada pela tropa nos dias 15 e 16 de outubro (de 1823), tinha praticado fatos no momento, e depois da re-

---

<sup>2</sup> “Senhor Redator do *Diário do Governo*”. Libelo publicado com a assinatura de identificação de “*Um Paraense*”. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1824. Fonte digitalizada gentilmente cedida pela prof<sup>ta</sup> Dr<sup>a</sup> Magda Maria de Oliveira Ricci, do PPHIST/UFPA.



volução, que corroboraram aquela opinião, e determinaram ao comandante do brigade Maranhão o capitão-tenente Grenfell, “a reclamar a sua prisão, e remessa para esta Corte”. Quando, pelo contrário, ainda de acordo com o autor do libelo, possuía em mãos documentos que justificavam a conduta de Batista Campos relativa aos acontecimentos daqueles dias, que o reputavam como “pacificador dos acontecimentos desastrosos que tiveram lugar naquela província”. (“UM PARAENSE”, 1824).

Ainda segundo o autor do libelo, os membros do governo paraense, “vogais” movidos por “ódio, e vingança”, praticaram as “prisões, e privações” contra o cônego e mais nove sujeitos, sendo que alguns desses acusados nem se encontravam no Pará quando da ocorrência daquelas revoltas. Logo, os membros do governo paraense estariam enganando o imperador, aproveitando-se das “soberanas funções do seu alto ministério”, que o referido imperador lhes havia atribuído. No entanto, o autor do libelo acreditava que o imperador, um “soberano modelo dos príncipes”, não deixaria impune as autoridades que perseguiram “no seu imperial nome os seus fiéis súditos”. Pedia, pois lhe impunha “o dever e a justiça”, a suspensão do “Juízo do sensato público”, relativo à conduta política e governativa do cônego Batista Campos e dos outros presos vindos do Pará, enquanto ainda não fosse possível que prestassem as suas justificações. (“UM PARAENSE”, 1824).

Logo em seguida, o libelista transcreveu a “atestação do chefe d’um dos corpos militares de segunda linha”, que compareceu “ao ato dos acontecimentos”. Seria um “oficial honrado, e bem conhecido nesta Corte”. Tratava-se do Coronel do Primeiro Regimento de Infantaria de Segunda Linha da Província paraense, e Cavaleiro na Militar Ordem de S. Bento de Aviz, Manoel Sebastião de Melo Marinho Falcão. Na sua “atestação”, Marinho Falcão alegou que o cônego, “desde que se adotou o

sistema brasílico nas províncias do sul”, provou ser aderente deste sistema, propagando ideias para que ele fosse adotado na província paraense, “defendendo e respeitando sempre o augusto nome de sua majestade imperial”, por isso acabou sendo perseguido, preso por duas vezes incomunicável, sofrendo maus tratos e pancadas numa das perseguições, que quase o vitimou de morte. Descreveu ainda fatos relativos à atuação de Batista Campos contra o brigadeiro José Maria de Moura, seu refúgio nas matas próximas de Belém, para não ser morto pelos seus inimigos, sua adesão e eleição ao novo governo pró-independência formado no Pará. (“UM PARAENSE”, 1824).

Nos fatos de 15 de outubro de 1823, o cônego foi violentamente forçado a participar da sublevação de tropa pelo qual, segundo a “atestação” do coronel Marinho Falcão, transcrita pelo autor do libelo, os sublevados exigiam a demissão dos diversos corpos de oficiais que seriam contrários ao novo governo e colocação de Batista Campos na presidência do governo. Embora tivesse num primeiro momento recusado, por alegar que tudo o que estava ocorrendo era ilegal, o coronel Marinho Falcão disse que o cônego viu-se forçado a assumir o governo e teria dito que trabalharia para apaziguar os ânimos da tropa sublevada. Conseguiu no primeiro dia, mais no seguinte, os “desatinos, roubos e insultos com embriaguez” de uma parte “mais ínfima da tropa” levaram o cônego a fazer o que estava ao seu alcance, “por meio da moderação”, a fim de contê-los, “em circunstâncias tão melindrosas”. (“UM PARAENSE”, 1824).

Como o libelo anterior, de marcante caráter apologético ao cônego, outro libelo, bem mais longo, assinado com o pseudônimo “*O Amigo da Verdade*”, publicado na Tipografia de Silva Porto, no Rio de Janeiro, também em correspondência ao “Sr Redator”, que teria emitido uma proposição em seu

periódico, o *Diário do Governo*, nº 52, página 211, debaixo da nota 1, linha 25, que dizia que não se meteria a decidir de que lado estivesse a razão, a justiça e o patriotismo. O dito “Sr Redator”, segundo o autor desse outro libelo, teria dividido os acontecimentos do Pará em duas partes, destacando que a primeira parte compreendia “a sublevação popular e militar da noite do dia de 15 de outubro” (de 1823), que tinha como finalidades demitir todos os empregados militares dissidentes, e expulsar Geraldo José de Abreu da presidência da junta de governo. E teria firmado, ainda, que se tratava de saber quem venceria, se o Sr. Geraldo (José de Abreu), ou o cônego João Batista (Campos)<sup>3</sup>.

Pois, segundo o libelista, os membros do partido de cada um destes dois personagens os figuravam como bons brasileiros, e fiéis súditos do imperador. O autor continuou enfatizando que cada um dos dois partidos queria colocar na presidência aquele que defendia. O que levou “*O Amigo da Verdade*” a afirmar ao “Sr Redator” que seria indispensável sair outra vez a campo, para demonstrar que aquela proposição não era genuína do caráter imparcial e amigo da justiça, que tanto o distinguia “na sua Estrela Brasileira”<sup>4</sup>.

Daí em diante, “*O Amigo da Verdade*” fez alusão aos acontecimentos de outubro de 1823, ocorridos no Pará. Ele travou uma forte discussão com o “Sr Redator” do *Diário do Governo*, envolvendo a disputa pelo governo paraense, mais precisamente a presidência da junta de governo entre o cônego Batista Campos e Geraldo José de Abreu. O autor do libelo indagou se este, que foi eleito o presidente da junta de governo da província, seria um “cidadão brasileiro”, já que muito se ha-

---

<sup>3</sup> “Sr. Redator”. Libelo publicado com o pseudônimo de “*O Amigo da Verdade*”. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto, 1824. Fonte digitalizada, gentilmente cedida pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magda Maria de Oliveira Ricci, do PPHIST/UFPA.

<sup>4</sup> *Ibid.* Palavras originalmente grifadas em itálico pelo seu autor.

via destacado nos eventos que o colocavam como aderente ao sistema liberal português, em janeiro de 1821, logo contrário aos interesses do imperador, na ocasião regente do Brasil, e de seu pai, o rei português, tornando-se secretário do governo que se formou na ocasião? Portanto, “*O Amigo da Verdade*” concentrou toda carga de desqualificativos sobre Geraldo José de Abreu, e enalteceu o cônego. (“O AMIGO DA VERDADE”, 1824).

Continuando neste propósito, o libelista enfatizou que Geraldo José de Abreu foi um “firme adesista” do “sistema constitucional português”, adotado no Pará em 1º de janeiro de 1821, e membro do “primeiro governo no Brasil” que desobedeceu ao imperador, então regente, recusando-lhe obediência, o contrário fez o cônego Batista Campos. Ainda de acordo com o libelista “*O Amigo da Verdade*”, Batista Campos não aderiu àquela rebelião – o movimento liberal de 1º de janeiro de 1821, ocorrido no Pará – emitindo francamente os seus sentimentos, protestando fiel obediência à S.M.F. então reinante no Brasil (o rei português D. João VI), e, por conseguinte, ao seu augusto delegado (seu filho príncipe D. Pedro, depois Imperador do Brasil D. Pedro I), por meio de uma carta, que lhe dirigiu pelo tenente-coronel de cavalaria Joaquim Mariano de Oliveira Belo. (“O AMIGO DA VERDADE”, 1824).

O libelista ainda apontou que Geraldo José de Abreu foi novamente nomeado membro do governo da província paraense, formado quando da ocorrência do golpe militar de 1º de março de 1823, e nele atuando para “oprimir e desterrar os brasileiros aderentes à causa que juramos”, o que de fato desempenhou, desterrando para lugares empestados e afastados da província 16 cidadãos, por “chefes da independência”; depondo a Câmara por ser composta de brasileiros; aplaudindo, e autorizando os maiores insultos à Nação, e ao seu perpétuo

defensor, o Augusto Imperador; proclamando injuriosamente contra o sistema, e seus beneméritos autores; vilipendiando o sagrado respeito devido à Majestade Imperial; permitindo que a bandeira imperial independente, que os beneméritos de Muaná tinham arvorado em 29 de maio, quando proclamaram o sistema, fosse arrastada por dois tambores pelas ruas da cidade, pisada pelos cavalos dos cívicos, “proferindo-se toda sorte de sarcasmos, e injúrias à causa brasílica, ao Imperador, e aos independentes”. E concluiu perguntando quem ousaria afirmar que Geraldo José de Abreu fosse um bom brasileiro? (“O AMIGO DA VERDADE”, 1824).

“*O Amigo da Verdade*” prosseguiu listando outros fatos ligados à ação de Geraldo José de Abreu, como o fato de ter se oposto, “com as armas na mão”, aos rebeldes do movimento de 14 de abril de 1823, ocorrido em Belém, realizado por uma porção da força armada, unida com grande parte do povo paraense, que pretendia “proclamar e reconhecer S.M.I.”, sendo presos e desterrados para Portugal 277 dos rebeldes, alguns deles sem processo, e sobrecarregando os cofres da província com a despesa de dez contos de reis no fretamento de navio para o transporte, tendo aliás um Tribunal Supremo de Justiça com autoridade para julgá-los, e que alguns deles só foram assim arrolados pelo fato “de trazer um ramo verde no peito”, e pagando aos denunciantes com somas avultadas dos cofres da nação, promovendo outros a postos de acessos, não tendo autoridade para isso. (“O AMIGO DA VERDADE”, 1824).

O autor do libelo se referiu ironicamente ao “Sr. Redator” sobre a conduta de Geraldo José de Abreu, dizendo que ele seria um “cidadão brasileiro”, e “amigo da causa do Brasil”, agora como presidente do governo independente – presidente da Junta Provisória eleita após a adesão paraense à independência brasileira de Portugal, em agosto de 1823 – lá colocado

pela “facção antibrasílica”, passando do sistema contrário, de cujo governo era membro. Reconhecendo a necessidade de expurgar a província dos seus inimigos, de demitir empregados militares e civis, inimigos declarados do sistema da independência, “*O Amigo da Verdade*” afirmou que Geraldo José de Abreu teve criminosa teimosia com seus companheiros dissidentes, pois se opôs constantemente

ao voto de dois companheiros amigos da causa (cônego Batista Campos e Felix Malcher) e do nosso augusto Imperador, até dar ocasião a uma explosão militar e popular, para semelhante fim, expondo o sossego da província ao embate de paixões, depois de ter-se a sua condescendência a respeito de 30, ou 40 indivíduos, notoriamente dissidentes, odiado do geral dos habitantes. (“O AMIGO DA VERDADE”, 1824).

“*O Amigo da Verdade*” continuou desqualificando o presidente da Junta paraense, apontando-o como um “tirano”, “antibrasílico”, “iliberal” e membro da “facção dissidente”. E perguntou ao “Sr Redator” do *Diário do Governo* o porquê de não contestar o fato de Geraldo José de Abreu “ter partido”? Como afirmou em seguida que Geraldo José de Abreu não teve, não tinha nem haveria de ter opinião alguma para com os independentes do Pará, e na noite de 15 de outubro de 1823 foi afastado do governo por mais de 40 cidadãos, que se reuniram à tropa. Nem ele nunca teve partido, que chocasse contra a opinião pública, e geral, que aclamava o cônego Batista Campos não por espírito de partido, e sim “pelos fatos notórios do ser aferrado ao sistema [brasileiro]”. Que teria construído peças acusatórias contra o cônego Batista Campos e outros, pelos fatos ocorridos em 15 de outubro de 1823, como um ofício do governo provincial – inserido pelo “Sr. Redator” no *Diário do Governo* – que se constituía num libelo acusatório e terminando na devassa a qual mandou proceder. Figurava de “denunciante”,

princiando pelo libelo acusatório, e acabando pela devassa, a qual o cônego Batista Campos contestaria, segundo o libelista, assim que o decreto do Imperador lhe chegasse às mãos. (“O AMIGO DA VERDADE”, 1824).

Disse mais o autor do libelo que o público iria se convencer da calúnia, e animosidade daquele tirano governo, e da inocência do cônego Batista Campos, e de seus companheiros, vítimas da “facção antibrasílica”, que sofriam há mais de quatro meses prisão violenta, austera, incomunicável, contra todo o direito, e em desprezo do sistema constitucional adotado pela nação. Pois os verdadeiros responsáveis pelos fatos ocorridos em outubro de 1823, em Belém, de acordo com o libelista, foram o presidente da Junta Provisória, Geraldo José de Abreu, o capitão-tenente John Grenfell – assinalado como “Mr. Grenfelt”, e destacado ironicamente como “valoroso e intrépido” – e mais os militares que coadjuvaram o capitão-tenente: Subrá, Lúcio, Cabedo, especialmente nos episódios de detenções nos quartéis e de prisões dos “ébrios e malfeitores” que encontraram pelas ruas; do fuzilamento de 5 militares sem processo; na matança covarde de 252 homens no porão do navio Palhaço; no “correr de um pano” no navio Palhaço, escondendo que da cidade se visse “o estado dos cadáveres quando eram içados em aparelhos”; no enterramento dos corpos dos vitimados do navio Palhaço no “lugar de Pé na cova em duas valas”, afastado da cidade; no aliciamento aos sobreviventes do navio Palhaço, sobre o modo como deveriam “responder ao Ministro [do Império], quando fossem interrogados”; na tomada de zelo e cuidado em fazer retratar e publicar pela imprensa a retratação, extorquida por meio da força, do cidadão Aranha; na proibição ao público, e à imprensa, de desenvolverem as particularidades daqueles fatos. (“O AMIGO DA VERDADE”, 1824).

Portanto, este longo libelo e os outros que apresentamos, tornaram-se importantes em nossa análise por descrever alguns aspectos relativos ao contexto conturbado de revoltas político-sociais que caracterizaram o Grão-Pará daqueles tempos, mesmo sendo tendenciosos e parciais, como todo libelo. Especialmente estes, que foram apologéticos em relação ao cônego Batista Campos, detrataram seus opositores, e que pareceram servir como instrumentos para a construção de uma imagem bastante positiva do cônego junto à “opinião pública” na Corte imperial<sup>5</sup>. Além disso, as imagens contraditórias acerca do cônego apresentadas acima deixam claro ser a memória um campo de lutas, no qual os contendores se apropriam dela de acordo com a sua posição política e seus interesses no momento.

No decreto de 21 de janeiro de 1824, o secretário dos Negócios da Justiça, Clemente Pereira França, ordenou ao Conde Regedor da Casa de Suplicação, a instauração do sumário de processo, a partir de uma devassa movida pela Junta Provisória de Governo do Grão-Pará contra o cônego Batista Campos e outros réus nela compreendidos pelos “acontecimentos extraordinários” que tiveram lugar na província em outubro de 1823, e sua proposição à Mesa Grande pelo Corregedor do Crime da Corte e Casa, com os Adjuntos, que nomeasse, para que os réus fossem nela compreendidos, julgados e sentenciados, por exigir a segurança e tranquilidade do Império e da província do Grão-Pará<sup>6</sup>. O resultado deste processo foi a absolvição do cônego das acusações que lhe

---

<sup>5</sup> Sobre os libelos e sua importância em contextos político-sociais conturbados, como os pré-revolucionários, e mesmo os revolucionários, como o ocorrido no Grão-Pará da época em estudo, ver: DARNTON, Robert. *O Diabo na Água Benta Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>6</sup> *Decreto de Clemente Pereira França, Secretário dos Negócios da Justiça, 21/01/1824*. Livro 1, folha 44. Apud. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. 2ª edição. Belém: UFPA, 1970, Vol. 1, pp. 91-92, nota.



foram imputadas, além de ter sido condecorado pelo imperador Cavaleiro da Ordem de Cristo. (RAIOL, 1970, p. 91).

## REFERÊNCIAS

---

---

### FONTES

“Senhor Redator do *Diário do Governo*”. Libelo publicado com a assinatura de identificação de “Um Paraense”. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1824. Fonte digitalizada gentilmente cedida pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magda Maria de Oliveira Ricci, do PPHIST/UFPA.

“Sr. Redator”. Libelo publicado com o pseudônimo de “*O Amigo da Verdade*”. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto, 1824. Fonte digitalizada, gentilmente cedida pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magda Maria de Oliveira Ricci, do PPHIST/UFPA.

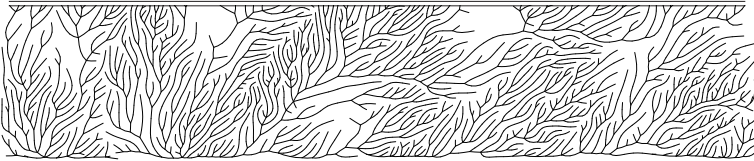
### BIBLIOGRAFIA

CORRÊA, Antônio Eutalio. **A Fragata Leopoldina e a Missão Grenfell no Pará**. Belém: UNAMAZ, 2003, pp.107.

DARNTON, Robert. **O Diabo na Água Benta Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**. 2<sup>a</sup> edição. Belém: UFPA, 1970, Vol. 1, pp. 90-92.

# BRANCOS E INDÍGENAS EM IMAGENS: A CONSTRUÇÃO DE HIERARQUIAS RACIAIS EM O TICO-TICO (ANOS 1930 E 1940)



*Lucas Bello Seiva*

---

O presente artigo tem como objeto a construção de hierarquias raciais entre brancos e indígenas em imagens publicadas na revista infantojuvenil *O Tico-Tico* nos anos 1930 e 1940. Nosso objetivo é realizar uma breve reflexão sobre a representação hierarquizada de brancos e indígenas em diferentes tipos de imagens publicadas no periódico, e sobre a forma como essas imagens eram mobilizadas por diferentes grupos sociais (como artistas e leitores) em diálogo com imaginários racistas vigentes no período. Para tanto, montamos uma microssérie iconográfica composta por histórias em quadrinhos (uma cômica e outra de aventura), imagens de caráter educativo e imagens relacionadas à produção visual dos leitores<sup>1</sup>. Para a montagem da microssérie,

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa consiste no desenvolvimento de reflexões sobre problemas inicialmente levantados em minha dissertação de mestrado *Deuses brancos, exploradores e selvagens: histórias em quadrinhos e imaginário racial no Brasil (anos 1930 e 1940)* (2022), orientada pela Profa. Dra. Solange Ferraz de Lima e realizada com bolsa Capes. No mestrado, empreguei uma metodologia de análise serial inspirada na iconografia serial de Jérôme Baschet (2003). No caso deste artigo, trata-se de um exercício muito limitado de análise serial, mas que ainda permite o desenvolvimento de reflexões sobre o objeto de interesse.

empregamos como fonte números de O Tico-Tico presentes no acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Na reflexão, nos amparamos em autores que discutem temas relacionados a nosso objeto, como o desenvolvimento dos imaginários e das estruturas sociais racistas no Brasil. Partimos do entendimento, amplamente aceito no campo dos estudos raciais, de que as raças humanas são construções sociais e não existem em termos biológicos. Silvio Almeida (2019), por exemplo, defende que raça “não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado” (2019, p. 24). Conforme nos indicam as fontes que estudamos, consideramos, também, que nos anos 1930 e 1940 os imaginários e ideologias racistas eram amplamente difundidos no Brasil, e que a crença na existência de raças humanas hierarquizadas tinha função importante no estabelecimento de relações e identidades sociais entre brancos e indígenas. A nosso ver, este modelo racializante é uma das facetas contemporâneas de longos processos de inferiorização e desumanização da imagem do indígena, cujo desenvolvimento remonta ao início da colonização<sup>2</sup>. Álvaro Gonzaga (2022) resume algumas das principais características dessa imagem negativa, ao comentar o termo “índio” (incorreto para referir-se aos indígenas/povos originários) e ao discutir os processos de essencialização e desumanização dos indígenas. Para o autor, o “índio” é associado à preguiça, indolência, ao primitivismo, selvageria e canibalismo. E sua desumanização ocorre na categorização dos indígenas como minoria em cenário de

<sup>2</sup> Em meu entendimento, essas imagens relacionam-se, também, com os longos processos genocidas aos quais os povos indígenas foram e ainda são submetidos no Brasil. Escrevo o artigo no momento em que a mídia denuncia o trato genocida do governo Bolsonaro contra os yanomamis. Penso que a gravidade dos processos torna necessária a adoção de uma postura de cautela e humildade no exercício proposto, destacando a insuficiência das palavras para dar conta de modo satisfatório de uma realidade tão complexa e trágica. Ainda assim, entendo ser fundamental estudar, discutir e desenvolver historiografia sobre os imaginários racistas e temas relacionados.

desigualdade de poder, colocando-os como não humanos, objetificando-os, animalizando-os e associando-os à maldade e ao diabólico (GONZAGA, 2022, p. 3; p. 25)<sup>3</sup>. Objetivamos com este breve exercício analítico discutir alguns exemplos de como as imagens publicadas em O Tico-Tico eram mobilizadas nesses processos hierarquizantes.

### MICROSSÉRIE: BRANCOS E INDÍGENAS EM O TICO-TICO (ANOS 1930 E 1940)

A primeira imagem da microssérie é a história em quadrinhos *Aventuras de Tinoco, o Caçador de Feras*, de Théo (Djalma Pires Ferreira), publicada em O Tico-Tico no dia 4 de abril de 1934 (Figura 1). A partir do quadrinho, podemos observar como o artista mobiliza diferentes recursos para desenvolver uma narrativa cômica que tem como base o estabelecimento de hierarquias entre os personagens brancos e indígenas. A estrutura narrativa e as características do desenho da história em quadrinhos podem ser interpretadas como evidências dos modos como o autor dialogou com os imaginários racistas do período, tomando como referência modelos amplamente difundidos e reforçando-os, dando-lhes novos contornos a partir de sua prática artística.

A narrativa do quadrinho pode ser dividida em três etapas: (1) *Tinoco*, personagem branco, é aprisionado por indígenas “selvagens”; (2) *Mister Brown*, outro personagem branco, companheiro de Tinoco, emprega tecnologia desconhecida pelos indígenas, enganando-os; (3) *Tinoco* escapa e sai vitorioso, ao passo que os indígenas são ridicularizados.

Trata-se do emprego de um modelo narrativo hierarquizante altamente disseminado nas sociedades ocidentais. No

---

<sup>3</sup> Pela natureza da nossa proposta, não cabe aprofundar as discussões empreendidas por Almeida (2019) e Gonzaga (2022), assim como os diálogos estabelecidos pelos autores em campos acadêmicos amplos e profundos. Limitamo-nos apenas ao exercício analítico das fontes, com apoio pontual de referências bibliográficas.

Brasil, elementos desse modelo narrativo, como a enganação de indígenas caracterizados como primitivos e supersticiosos, têm raízes profundas nos imaginários. Estes elementos são observáveis, por exemplo, no mito do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”. Conforme o mito do Anhanguera, o bandeirante teria enganado indígenas de onde atualmente é o estado de Goiás para descobrir onde poderia encontrar metais preciosos. Na narrativa, o Anhanguera atea fogo em uma tigela com água-ardente. Os indígenas, sem conhecer a tecnologia empregada, acreditam que o bandeirante havia posto fogo em água comum. Anhanguera ameaça incendiar rios e fontes, forçando os indígenas a se submeterem. Ainda conforme o mito, essa seria a origem do apelido “Anhanguera”, palavra de origem tupi que significaria “Diabo Velho” ou “Espírito Maligno”.

**FIGURA 1 - Tinoco, o Caçador de Férias, de Théo. O Tico-Tico, n. 1487, de 4 de abril de 1934**



Fonte: Acervo digital FBN.

Em *Tinoco, o Caçador de Feras*, essa estrutura narrativa (que dividimos em três partes) apresenta características típicas das tiras cômicas, discutidas por Paulo Ramos em *Faces do Humor* (2011). De acordo com o autor, é comum que este tipo de história em quadrinhos apresente narrativas estruturadas com começo, meio e fim ou, pelo menos, um “antecedente e consequente”. Além disso, é comum que as tiras cômicas procurem provocar riso a partir de mudanças na direção da narrativa, com inversões e quebras das expectativas dos leitores. Normalmente esses elementos são apresentados no fim dos quadrinhos (2011, p. 107).

No caso desta história em quadrinhos, o autor procura provocar o riso a partir da inversão da expectativa do que é um ser humano ideal. Em diálogo com os imaginários e ideologias racistas vigentes no período, o quadrinho parte do princípio que o branco, associado às noções de civilização e evolução, estabelece o padrão de humanidade, delimitando o que é normal ou não para os seres humanos. Neste sentido, a “piada” é que o indígena é o inverso do que se espera de um ser humano. A comicidade derivaria da oposição entre o conjunto de noções “branco”, “civilizado” e “evoluído”, associadas ao ser humano ideal, e o conjunto “indígena”, “selvagem” e “primitivo”, inverso do ideal. No processo, destacam-se comicamente as convenções visuais e narrativas que definem e articulam as noções de “indígena”, “selvagem” e “primitivo” nos imaginários vigentes do período.

O emprego da estrutura narrativa reforça essas oposições de diferentes formas. Primeiramente, ao colocar os brancos como protagonistas e os indígenas como seus antagonistas. Reforça as oposições, também, ao evocar convenções típicas da caracterização dos indígenas como selvagens hostis, primitivos, supersticiosos, canibais e demoníacos, discutida por autores como Álvaro Gonzaga (2022).

Na narrativa, *Tinoco* depara-se acidentalmente com um “selvagem” enquanto caminha pelas selvas. Na cena, o indígena integra-se ao cenário das selvas, como se fosse parte da natureza. Em seguida, “o selvagem, espantado com aquele bicho que nunca vira tratou de captura-lo, amarrando-o para melhor examinal-o”. Neste trecho, verifica-se novamente o caráter ingênuo e o referencial “natural” do indígena, que não entende a imagem desconhecida do homem branco, interpretando-o como um “bicho”.

A cena da captura evoca outras convenções típicas da caracterização do indígena como ser supersticioso, que aprisiona seus inimigos para realizar rituais selvagens. Imagens de brancos capturados, amarrados e cercados por indígenas prestes a realizar rituais “canibais” circulam no mundo ocidental pelo menos desde o século XVI, como se observa nas gravuras de Theodor de Bry sobre Hans Staden (CHICANGANA-BAYONA, 2017, p. 108).

Por fim, a narrativa encerra-se com *Mister Brown*, companheiro de *Tinoco*, salvando-o ao usar um rádio para enganar os indígenas, “pondo em fuga os selvagens que julgavam *Tinoco* um animal diabólico, capaz de emitir os sons estridentes de um dobrado com a bocca fechada!” (cabe ressaltar que em 1934 o rádio era uma tecnologia ainda em processo de popularização no país, considerada símbolo da modernidade e da civilização). Neste encerramento, encontra-se a “piada” principal da história: os indígenas são tão atrasados, primitivos e supersticiosos, que interpretam os sons do rádio como sinal de que *Tinoco* é um “animal diabólico”. Novamente, evidencia-se não somente a superstição, mas também o referencial “natural” dos indígenas, que os impede de perceber a tecnologia, impelindo-os a enxergar *Tinoco* como “bicho”.

Para além dessas questões, o modo como Théo desenha os personagens também age no estabelecimento das oposições e hierarquizações entre brancos e indígenas. Enquanto os personagens brancos são desenhados com características que lhes atribuem personalidades próprias (rostos, roupas, corpos), os indígenas são desenhados em conformidade com os estereótipos difundidos nos imaginários do período, como figuras sem identidade pessoal, cujas imagens são caracterizadas por um conjunto extremamente limitado de referências, que os enquadra nas categorias “indígena” e “selvagem”. São figuras idênticas, descalças, com corpos praticamente nus, vestindo saiotos de penas ou folhas, e ornamentados com elementos como arte plumária, colares e pulseiras. O desenho destaca, ainda, a definição racializante dos indígenas, na medida em que se destacam traços considerados típicos do indígena nos imaginários, como os olhos alongados e o cabelo liso e escuro. O fato de *Tinoco* e *Mister Brown* serem protagonistas com nomes próprios, e de os indígenas serem referidos apenas como “índios” ou “selvagens”, reforça a lógica desumanizante da estereotipia.

A nosso ver, a representação dos indígenas é mobilizada como mais um recurso cômico, enfatizando o tema principal da “piada”. A caricatura estereotipada, entendida como exagero expressivo de características do objeto representado em função do desenvolvimento de um discurso, destaca e ridiculariza os elementos que definem os personagens como “indígenas” e “selvagens”, portanto, como o oposto da norma, “branca” e “civilizada”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Trabalhamos com a noção de caricatura vista em *As Linguagens dos Quadrinhos* (2017), de Barbieri, ou seja, como um exagero expressivo, que deforma para destacar algo de interesse para o discurso (2017, p. 70). Ainda conforme Barbieri (2017), o funcionamento da caricatura depende do compartilhamento de referenciais entre artista e público, pois as características destacadas devem ser facilmente reconhecíveis (2017, p. 67). Também usamos a noção de estereótipo empregada por Stuart Hall (2016), que entende o recurso como um modelo rígido e reducionista de representação que atua no estabelecimento do que é normal ou não na sociedade (2016, p. 191).



As próximas imagens da microssérie foram retiradas da história em quadrinhos de aventura na selva intitulada *Em Busca de um Thezouro: um drama nas selvas amazônicas*, de A. Plessen e C. Valladares, publicada em O Tico-Tico em 1936 (Figuras 2 e 3). O quadrinho conta a história do herói *Pedro* que, acompanhado de seu pai e um grupo de “caboclos”, realiza uma expedição para encontrar um tesouro escondido na selva amazônica. Assim como em *Tinoco, o Caçador de Féras* (Figura 1), a história baseia-se, em grande medida, no estabelecimento de hierarquias entre brancos e indígenas, com a diferença destas serem mobilizadas no desenvolvimento de uma narrativa de aventura, dialogando com convenções típicas do gênero.

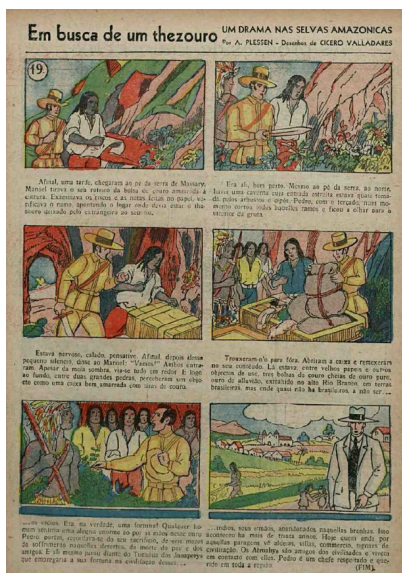
Assim como no quadrinho de Théo, as hierarquias são desenvolvidas em primeiro lugar com o estabelecimento dos brancos como protagonistas e dos indígenas em papéis secundários, como antagonistas ou coadjuvantes. Outra semelhança é a mobilização de estereótipos na caracterização dos indígenas, de modo a dialogar com os imaginários típicos, reiterando-os. No exemplo do capítulo 11, publicado no dia 10 de junho de 1936 (Figura 2), podemos observar como os mesmos elementos estereotípicos são utilizados para caracterizar uma multidão uniforme de indígenas. São todos iguais, definidos apenas por sua caracterização como “indígenas” e “selvagens”. No caso, os estereótipos são empregados em uma cena típica de aventura, de enfrentamento entre os heróis brancos e seus inimigos. O recurso da estereotipia articula-se com a proposta da narrativa de aventura, destacando a periculosidade do confronto ao apresentar os inimigos em maior número, como uma horda selvagem. Além disso, o caráter desumanizante do estereótipo também exerce função narrativa, pois ameniza a morte dos indígenas derrotados, deixando em primeiro plano o heroísmo dos protagonistas brancos.

FIGURA 2 - Em Busca de um Thezouro, de A. Plessen e C. Valladares. O Tico-Tico, n. 1.601, de 10 de junho de 1936.



Fonte: Acervo digital FBN.

FIGURA 3 - Em Busca de um Thezouro, de A. Plessen e C. Valladares. O Tico-Tico, n. 1.609, de 5 de agosto de 1936.



Fonte: Acervo digital FBN.

O último capítulo de *Em Busca de um Thezouro* foi publicado em 5 de agosto de 1936. Com o capítulo, podemos observar a mobilização das hierarquias para desenvolvimento de outras convenções típicas das histórias de aventura: o cumprimento da missão do herói e a reafirmação do tema principal da história. No capítulo, *Pedro* encontra o tesouro. A princípio, essa seria sua missão mais importante. No entanto, a história encerra-se com a revelação de uma missão ainda maior, que se relaciona ao tema principal da história, a exaltação das noções articuladas de “branco” e “civilização”, em detrimento de noções opostas, como “não branco”, “indígena”, “selvagem” e “natureza”. Ao encontrar o tesouro, Pedro, rapaz “civilizado”, decide empregá-lo para civilizar os indígenas que o ajudaram na empreitada (Figura 3):

Pedro, porém, recordava-se do seu sacrifício, de seus meses de sofrimento naqueles desertos, da morte do pae e dos amigos. E ali mesmo jurou diante do Tucháua dos Jauaperys que empregaria a sua fortuna na civilização desses indígenas, seus irmãos, abandonados naquelas brenhas. Isso aconteceu há mais de trinta anos. Hoje quem anda aquellas paragens vê aldeias, villas, commercio, signaes de civilização. Os Atroahys são amigos dos civilizados e vivem em contacto com elles. Pedro é um chefe respeitado e querido em toda a região.

O cumprimento da missão do herói, de levar a civilização às selvas, concretiza-se no desenho do último quadro do capítulo. *Pedro* deixa de ser desenhado como explorador e é apresentado como um respeitável senhor de terras, de terno branco e bengala. Atrás dele, o resultado de seus esforços: as selvas são substituídas pela civilização, com plantações, casas e até uma igreja. E os indígenas, agora civilizados, aparecem vestidos, trabalhando nas plantações (Figura 3).

As próximas duas imagens da microssérie são ilustrações de caráter educativo: *Os Bandeirantes*, desenho de Oswaldo Storni, publicado em outubro de 1941; e *As Raças Humanas e sua distribuição pelos continentes*, da coleção Seth, publicada em junho de 1942 (Figuras 4 e 5). Com as imagens, podemos observar outras formas de construção de hierarquias entre brancos e indígenas nos imaginários racistas brasileiros do período. No primeiro exemplo (Figura 4), Oswaldo Storni estabelece a hierarquia a partir da articulação de diferentes referências e convenções presentes nos imaginários. Ao mesmo tempo em que o autor inferioriza o indígena a partir de sua caracterização com o estereótipo do “índio selvagem”, o personagem branco é desenhado conforme modelos típicos de representação do bandeirante, de modo a associá-lo a figuras heroicas dos imaginários vigentes. Além disso, a hierarquia se estabelece pelo emprego de uma convenção que chamamos de “selvagem submetido”, com o indígena colocado em pose de derrota, ajoelhado diante do bandeirante, que se mostra vitorioso.

Já na página *Raças Humanas* (Figura 5), a hierarquização se mostra no enquadramento de tipos raciais em um esquema explicativo que visa ensinar os leitores quais seriam as raças humanas, suas características visuais e sua distribuição geográfica no mundo. Em primeiro lugar, a página serve de evidência de que as raças humanas ainda tinham o status de verdade objetiva no período, a ponto de serem apresentadas como conteúdo didático suficientemente válido para ser publicado em uma das revistas de maior prestígio e tradição do mercado. Com relação às hierarquias raciais, estas se desenvolvem a partir da articulação do posicionamento dos tipos com as legendas e com o mapa mundial. A raça branca, por exemplo, é colocada como a principal raça por encabeçar a fileira de tipos, como se fosse a norma a partir da qual se mede as demais.

Além disso, a legenda descreve a raça branca como “dominante no mundo”. Com relação às raças indígenas, são descritas como “raças vermelhas” e separadas entre os tipos da América do Sul e da América do Norte. O posicionamento dos indígenas no fim da fila de tipos raciais também pode ser interpretado como uma forma de se representar os indígenas como uma raça inferior, distante do ideal branco. A localização das raças indígenas no mapa também evidencia uma interpretação de inferioridade racial. São apresentadas apenas no interior dos continentes, como se a chegada dos brancos significasse o seu desaparecimento da costa. Por trás dessa representação, enxergamos a narrativa típica do desaparecimento/apagamento dos indígenas como consequência da interiorização dos brancos no continente.

**FIGURA 4 - Os Bandeirantes, de O. Storni. O Tico-Tico, n. 1871, outubro de 1941.**



Fonte: Acervo digital FBN.

FIGURA 5 - Raças Humanas (Coleção Seth),  
O Tico-Tico, n. 1879, jun. 1942.



Fonte: Acervo digital FBN.

As últimas imagens da microssérie possibilitam comentarmos brevemente a inserção dos leitores nos processos sociais de construção de hierarquias entre brancos e indígenas (Figuras 6 e 7). A figura 6 é uma fotografia de uma leitora “fantasiada” de indígena, na ocasião do carnaval de 1930, no “baile do Harmonia, em São Paulo”. Ao lado, na figura 7, vemos a página *Desenhos que a Gente Faz*, em que O Tico-Tico publicava desenhos produzidos pelos leitores. Com as imagens, temos exemplos de como os leitores dialogavam com os modelos de representação presentes nos imaginários (e nas páginas do Tico-Tico), adotando-os como referência e reiterando-os.

**FIGURA 6 - "Fantasia de índio".**  
**O Tico-Tico, n. 1.281, de 23 de abril de 1930.**



Fonte: Acervo digital FBN.

**FIGURA 7 - Aymoré em "Desenhos que a Gente Faz", de Warney José de Fontenelle.**  
**O Tico-Tico, n. 1.644, de 7 de abril de 1937.**



(Detalhe)



Fonte: Acervo digital FBN.

No caso da fotografia (Figura 6), entendemos o ato de “fantasiar-se” de indígena como uma prática de “brincar” com os elementos estereotípicos que caracterizam o indígena nos imaginários. Trata-se de uma prática semelhante à do *black-face*. No caso, a prática estabelece hierarquias pelo simples fato de reduzir a figura do indígena ao estereótipo, desumanizando-a. Hierarquiza, também, na medida em que a pessoa “fantasiada” se permite “brincar” com a identidade do outro, como se estivesse num lugar de superioridade. Para além dessas questões, interessa notar que o estereótipo mobilizado diz respeito ao modelo do indígena norte-americano. É um sinal de como os imaginários brasileiros dialogavam com modelos estadunidenses, muito em função da presença dos produtos culturais dos Estados Unidos no mercado brasileiro. Com relação ao desenho (Figura 7), os traços simples e sintéticos da criança possibilitam observar mais uma vez como são sempre os mesmos elementos que são referenciados na caracterização do indígena. Novamente, os elementos estereotípicos são apropriados e reiterados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo estabelecemos como objetivo realizar um breve exercício analítico sobre a construção de hierarquias raciais entre brancos e indígenas em imagens publicadas na revista infanto-juvenil *O Tico-Tico* nos anos 1930 e 1940. Seleccionamos diferentes tipos de imagem para montagem de uma microssérie iconográfica. As imagens foram analisadas individualmente e em termos comparativos. Como resultado, entendemos que as imagens são evidências dos diálogos estabelecidos entre artistas e leitores da revista com os imaginários racistas vigentes no período. Estes agentes sociais refe-



reinciavam e reiteravam os mesmos modelos estereotipados e hierarquizantes de representação racial disseminados nos imaginários a partir de práticas como o ato de fantasiar-se para o carnaval, de brincar de “índio”, de desenhar, e de produzir quadrinhos e ilustrações educativas. Nesses diálogos, reforçavam concepções racistas, como as noções de superioridade branca e inferioridade indígena, relacionadas à definição do branco, “civilizado” e “evoluído” como padrão de humanidade e do indígena, “selvagem” e “primitivo”, como seu oposto.

## REFERÊNCIA

### FONTES

O TICO-TICO. Rio de Janeiro: O Malho, 1905-1977. 1905-1947. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/tico-tico/153079>. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBIERI, Daniele. **As Linguagens dos Quadrinhos**. São Paulo: Peirópolis, 2017.

BASCHET, Jérôme. Pourquoi élaborer des bases de données d’image? Propositions pour une iconographie sérielle. In: BOLVIG, Axel; LINDLEY, Philip (org.). **History and Images: towards a new iconology**. Turnhout: Brepols Publishers, 2003, p. 59-106.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenji Aucardo. **Imagens de Canibais e Selvagens do Novo Mundo: do maravilhoso medieval ao exótico colonial (séculos XV-XVII)**. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

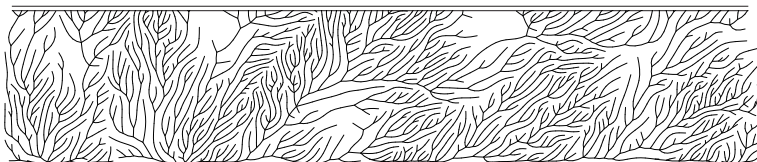
HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

NEIVA, Lucas Mello. **Deuses brancos, exploradores e selvagens: histórias em quadrinhos e imaginário racial no Brasil (anos 1930 e 1940)**. 2022. Dissertação

(Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

RAMOS, Paulo. **Faces do Humor:** uma aproximação entre piadas e tiras. Campinas: Zarabatana Books, 2011.

**“A PUBLICAÇÃO DELE TEM POR FIM  
EXPOR-ME À EXECRAÇÃO GERAL”:  
EPISÓDIOS DE CONFLITOS E A  
ADMINISTRAÇÃO ECLESIAÍSTICA DA  
FREGUESIA DA CIDADE DE ALAGOAS EM  
MEIO À EPIDEMIA DE CÓLERA (1856)**



*Lydio Alfredo Rossiter Neto*

---

---

**INTRODUÇÃO**

**A** historiografia brasileira permite contemplar a estreita relação entre a Igreja Católica e o Estado ao longo da história do Brasil, assim como o papel, diversas vezes beligerante, que ambas as instituições perpetuaram uma contra a outra no decorrer dos séculos. Tal vínculo remonta ao período da formação da colônia portuguesa, ao longo da consolidação da gestão do cotidiano e mesmo após o processo de independência do Estado Imperial Brasileiro. A medida que o Estado se reorganizava, a instituição religiosa aderiu às características jurídicas do poder local e cedeu espaços – muitas vezes a contragosto – em prol da manutenção de seu papel doutrinador e ambição teológica.

Para elucidar esta conturbada relação e melhor compreender o impacto das decisões do poder vigente sobre as cidade e vilas, optou-se em selecionar um episódio de conflito em particular: a manifestação do Padre Domingos José da Silva (1800-1870), vigário da cidade de Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro), publicada no periódico *O Diário de Pernambuco* no ano de 1856. Nela, o sacerdote encetou uma intensa disputa com autoridades locais, assim como com outros agentes clericais em face da epidemia de cólera que assolava a região.

Essa escolha deu-se pelos seguintes motivos: 1º) é precisamente nas vivências dos membros do clero – enquanto agentes religiosos a serviço da fé cristã e da hierarquia eclesiástica, ao mesmo tempo, servidores públicos do Estado Imperial na administração das freguesias e, por diversas vezes, proprietários de terra e/ou de escravizados, além de agentes políticos atuantes nas câmaras legislativas – que é possível constatar uma realidade complexa e repleta de contradições. A exemplo do Vigário Domingos José da Silva, que durante sua longa carreira envolveu-se em diversos conflitos com autoridades civis e eclesiásticas. 2º) Além da insuflada animosidade exprimida nas fontes oficiais, foi possível também perceber o escopo da esfera de influência dos agentes envolvidos no conflito, sobretudo sua exposição nos periódicos da época. De fato, o mesmo padre já havia manifestado outras contendas no *Diário de Pernambuco*, assim como em outros periódicos, e esta definitivamente não foi a última. 3º) O período no qual o episódio em questão ocorreu apresenta outra questão: a intensidade com que a epidemia de cólera se alastrou pelo Brasil, desde meados de 1855, e a urgência com a qual os governos locais precisaram lidar com o socorro e a mortandade.

## O CENÁRIO

A correspondência do Padre Domingos José da Silva aqui tratada se deu no dia 10 de abril de 1856, sendo somente publicada no dia 07 de junho 1856, na edição de N° 135 do Diário de Pernambuco. Nela, ele defendia-se do que considerava seu injusto impedimento à presidência da Comissão do Socorro Público da Cidade de Alagoas. É possível ver adiante que seu conteúdo abarca elementos pertinentes aos temas aqui abordados. A princípio, porque os eventos nela arguidos ocorreram no mês de dezembro do ano de 1855, num momento de alta devastação na província de Alagoas, pois, desde o mês anterior a moléstia imperava na região (ALMEIDA, 1996, p. 26).

Diante das ordens do Império e do exemplo das províncias vizinhas (Sergipe e Bahia), a presidência da província de Alagoas procurou instaurar comissões de saúde pública nos centros de maior densidade populacional, priorizando as regiões de maior transmissibilidade (fronteiriças e portuárias). A historiografia alagoana nos mostra que essa estratificação tinha a função de melhor tratar dos casos de infecção; contudo, sabe-se também que a precariedade de sua implementação e a pobreza dessas regiões tornaram difícil a sua execução. Ainda, devido à intensidade com que o flagelo acometia a população e se espalhava por comunidades de difícil acesso e mobilidade, fez-se necessária a transferência de médicos e auxiliares entre as províncias, além do emprego dos agentes do clero e regulares (ALMEIDA, 1996, p. 23-24).

Em meados de dezembro, sendo então nomeado como presidente da comissão da Cidade de Alagoas o Pe. Domingos, tal qual outros agentes do clero, ele passou a ficar encarregado de sua freguesia e de regiões adjacentes, como o povoado

de Taperaguá. Como veremos, o posto na comissão carregava uma série de atribuições diante da terrível realidade em que se encontrava a população. Porém, a estadia do Vigário à frente da presidência não durou até o fim do ano, sendo logo afastado da função.

### A PRIMEIRA CARTA

Srs. Redatores: Vendo transcrito na gazeta oficial, O Noticiador Alagoano, o ofício do Exm. Sr. Presidente da província que me dirigiu a 24 de dezembro, inferi que a publicação dele (não em resumo como os demais, e sim em toda sua integra) tem por fim expor-me à execração geral, e animar os meus inimigos na continuação de uma intriga manejada por modo tal, que sempre aparece o seu efeito sem se conhecer a fonte de que parte.<sup>1</sup>

Em seu primeiro argumento, Domingos José remete que o Presidente da Província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, teria evitado a redação de semelhante ofício, se o tivesse dado a devida audiência, como era de costume, dado sua função. Porque, se assim o fizesse, saberia que aquelas acusações faltavam com a verdade. Em seguida, ele se pôs a exibir sua defesa, para que o respeitável público pudesse avaliar seus motivos e julgar suas ações perante aquelas inverdades. Segundo o Padre, nessas circunstâncias qualquer outro agente disponível podia ter culpabilidade do descaso “pois não é possível que o pároco adivinhe o grau de enfermidade de cada um dos seus fregueses”<sup>2</sup>. Ele continuou a minimizar, atestando ainda que os médicos ou as pessoas assistentes deviam tê-lo

---

<sup>1</sup> Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Diário de Pernambuco. Ano XXXII, Recife –1856, N. 155, pág. 02

<sup>2</sup> *Ibidem*.

avisado de imediato, e que só depois dessa notificação poderiam acusá-lo de faltar com o cumprimento do dever. Entretanto, o padre atesta que mesmo que o fizesse, ainda seria uma afronta à sua pessoa, em vista que, segundo ele, “o vigário de Pilar abandonou sua freguesia, deixando morrer mais de 400 vítimas [e] não foi por isso estranhado”<sup>3</sup>. Acusou também o vigário de São Miguel, que teria deixado morrer mais de 100 vítimas da cólera sem os devidos socorros espirituais na barra daquele rio e, também, não teria sido criticado, muito menos afastado de sua função.

O segundo ponto do qual trata é o de que o acusavam de ter abandonado a cidade e se retirado para seu sítio no auge da epidemia, falhando em suas atribuições e no cumprimento de seus deveres enquanto fazia parte da comissão de socorros públicos. Negando a acusação, Domingos esclareceu que sempre residiu na cidade e em suas imediações, desde o aparecimento da epidemia. E que durante a suposta fuga, esteve no povoado de Taperaçuá<sup>4</sup> ministrando os remédios ao sacristão dali, e, em seguida, teria voltado para o sítio onde morava, que era mais perto do povoado do que ficavam “[a] Igreja do Carmo para a Matriz, ou esta para o convento”. Nas fontes, é possível corroborar a atuação do padre no povoado (ROSSITER NETO, 2022, p. 65-66), mesmo após seu impedimento da comissão. Porém, mais uma vez veio a atestar injustiça com sua pessoa, ao novamente comparar sua atitude com a de outros agentes públicos:

[A] especialidade da estranheza é só para comigo, por que o comandante superior do Penedo abandonou a cidade, e não foi por isso estranhado, o juiz municipal dali abandonou como além de 30 léguas, e não foi estranhado.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Atual bairro da cidade de Marechal Deodoro. Segundo Sávio de Almeida, durante a chegada do cólera o povoado e a parte mais baixa da cidade foram as áreas mais acometidas. (ALMEIDA, 1996, p. 35)

<sup>5</sup> Ibidem.

É interessante apontar que um elemento presente, tanto nos canais oficiais quanto nas correspondências do Vigário, é a defesa de sua imagem pública. Como afirmado anteriormente, ao longo de sua extensa carreira, o Pe. Domingos tornou-se uma figura notória no ambiente público da província, assim como na esfera eclesiástica da diocese de Olinda. E, nessas ocasiões, a referência a “inimigos” ocultos e manipuladores se mostra recorrente fonte de transtorno para os negócios do padre e este caso não foi diferente. Ele prossegue sua correspondência munido de acusações contra seus adversários, pois acreditava que a decisão por seu impedimento partia de “uma mão oculta” que procurava desligá-lo exclusivamente do meio de seus colegas. Porque, segundo ele, outros membros da mesma comissão não haviam sido afastados por circunstâncias semelhantes. Entre os membros acusados, um Juiz de Direito, além do promotor da comarca da cidade de Alagoas.

Seu terceiro ponto focou na realização de suas atividades clericais e de servidor público, reafirmando a competência de seu sacerdócio e evidenciando o cumprimento de suas funções. Além de não ter fugido da calamidade geral, teria também ministrado os remédios ao primeiro colérico da região: um professor da Barra de São Miguel, assim como a outros enfermos no povoado, como o sacristão dali. Atestou também não ser possível que em um tempo em que a população procurava a sociedade como centro de socorros comuns, para acudir uns aos outros, coubesse ao vigário isolar-se em algum ermo distante da cidade, onde podia ser acometido da peste sem recurso. Após essa explanação, para salientar sua causa, passou a recontar a epopeia pela qual passou durante a Guerra dos Cabanos<sup>6</sup> para que todos lembrassem que não era aquela

---

<sup>6</sup> A Guerra dos Cabanos foi um complexo conflito armado de caráter restaurador e monarquista ocorrido entre os anos de 1832-1835, na região da mata entre as províncias de Pernambuco e Alagoas. Seu principal objetivo era o retorno do Imperador Dom Pedro I ao trono.



a primeira calamidade que enfrentara em sua carreira. E que mesmo diante dos maiores perigos, ele havia sido o único sacerdote que prestou serviços à província em tais momentos.<sup>7</sup>

Findada a publicação, é possível ponderar a respeito do perfil dos indivíduos nomeados para a composição da comissão do socorro, assim como as funções a eles atribuídas mediante o caos da epidemia instaurada. Autoridades jurídicas e médicas – e de cunho secular – compartilhavam de atividades concedidas pelo posto e avaliavam as obrigações dos agentes clericais, como a conservação de atividades tradicionalmente pertencentes à Igreja Católica. Conflitos dessa natureza tornavam-se recorrentes uma vez que os antigos costumes desta tradição chocaram-se com a realidade que a população vivenciava naquele momento. Permanece o fato de que duas pessoas faleceram sem o cumprimento dos ritos últimos, apesar da minimização do vigário e do furor com que ele as invoca, e não resta dúvidas que era seu posto e imagem que lhe importavam. Inclusive, atente-se à constante necessidade de defesa perante o tribunal da opinião pública – a opinião de seus pares. De tal forma que ela não cabia mais dentro dos canais de comunicação com a presidência: passou a transpor as barreiras das instituições de forma explícita e, como ficará evidente, não levaram consigo qualquer decoro que ainda houvesse.

---

Após sua morte, o movimento adotou um caráter revoltoso e antiescravagista. Agregando indígenas, mestiços, brancos pobres e escravizados fugidos contra os proprietários de terra e de engenho. (LINDOSO, 1983)

<sup>7</sup> De acordo com a historiografia existente, a “personalidade forte” do padre o colocou, por diversas vezes, no centro das discussões acaloradas (ALMEIDA, 2008, p. 141). Sua nacionalidade portuguesa e participação política logo após sua chegada na província de Alagoas o colocou como agente atuante na guerra dos cabanos (LINDOSO, 1983, p. 105), (ALMEIDA, 2008, 141).

## A RESPOSTA DO VIGÁRIO DE PILAR

Sendo um dos indivíduos mencionados pelo Padre Domingos José, o Padre Jacinto Candido de Mendonça – do Pilar – não tardou em responder a correspondência. Confeccionada em 14 de junho de 1856 e publicada no Diário de Pernambuco a 08 de julho de 1856, a carta do vigário veio então contrapor as afirmações do Padre Domingos, sem renunciar a similar eloquência. Após abrir sua fala, o vigário Jacinto confrontou as alegações ao afirmar-se incrédulo com relação à correspondência do vigário da cidade das Alagoas diante do impedimento da função; mas, sobretudo, por insinuar a existência de uma conspiração para causar-lhe danos, ou “expô-lo à execração geral”.

Em seu segundo ponto, o Padre Jacinto passou a defender-se das acusações, aferindo os perniciosos elementos com os quais a priori o reverendo Domingos José quis basear a justificativa de seus atos e a retórica com a qual quis divulgar sua notória defesa. Especificadamente, o fato do presidente Sá e Albuquerque não o ter também censurado, por ter “abandonado” a freguesia no tempo da crise epidêmica. Antes de prosseguir com sua versão, ele criticou a verbosidade do Pe. Domingos em narrar ingentes feitos e relevantes serviços prestados desde a época “Cabanal” até a epidêmica.

A historiografia alagoana permite corroborar as afirmações do vigário de Pilar no que tange à devastação propagada pela chegada da epidemia. Desde a confirmação dos primeiros casos, foi possível mapear o flagelo, seguindo a extensão do Rio São Francisco. Segundo Sávio de Almeida, “Penedo já contava com 1000 cadáveres lançados em seu cemitério provisório e o cálculo das vítimas chegando na conta da cidade e os arrabaldes, estimava cerca de 2000” (ALMEIDA, 1996, p. 35) até janeiro de 1856.

Já no Pilar, que, segundo suas estimativas, possuía uma população de mais de quatro mil almas, e onde a epidemia teria sido a mais truculenta, encontrou-se sem auxílio, faltando-lhe até seu coadjutor, porque este, sendo ancião e estando doente, passível de ser acometido pelos horrores da calamidade, retirou-se justamente para a cidade das Alagoas, freguesia do reverendo Domingos. Deixou, assim, todas as obrigações da administração com o vigário Jacinto, além dos contínuos trabalhos da comissão dos socorros, à qual também foi nomeado pelo presidente da província.

Devido à grande demanda, o padre teria pedido à presidência da província, por intermédio da comissão do socorro público, um sacerdote para auxiliá-lo e compartilhar do excessivo labor diante daquelas circunstâncias excepcionais em que estava o Pilar. E recendendo à súplica, o presidente teria tomado a devida consideração do pedido, mas não o pôde satisfazer porque todos os reverendos sacerdotes foram designados a seus postos. Diante desta realidade, o padre dirigiu um ofício ao reverendo coadjutor da cidade das Alagoas, donde o reverendo Domingos era pároco, para acudi-lo. Atentando que, segundo ele, na cidade de Alagoas a epidemia teria chegado em menor intensidade, e lá residia um maior corpo clerical. Entre eles o coadjutor Padre Satyrio José Barbosa – também membro da comissão de socorros e que teria dado aprovação da caridade e dedicação à causa do Padre Jacinto – O Reverendo José Candido de Vasconcellos, o Reverendo Manoel Pereira Baracho, o Reverendo Ignacio Accioli de Vasconcellos, e o Frei João das Chagas de Christo, Guardião do convento de São Francisco, os quais, segundo o Padre Jacinto, estariam a par de sua situação e dispostos a auxiliá-lo. Entretanto, o coadjutor não teria aceitado o mandado da presidência, porque o Padre Domingos lhe teria entregado a administração da freguesia e dado parte de doente.

Com seu pedido negado, o Padre Jacinto afirmou prosseguir com seus serviços, apesar do excesso de trabalho, até o ponto dele próprio ser acometido do “mal reinante”. Experienciando os sintomas, encaminhou-se à residência do reverendo Padre José Henrique de Amorim, “ancião de uma idade avançada, e oprimido de graves moléstias crônicas”<sup>8</sup>, a quem entregou a administração da freguesia, pedindo-lhe que se compenetrasse da situação. Apresentando sua versão do ocorrido, perguntava-se, retoricamente, se era este o abandono da freguesia que o Padre Domingos se referia. Enfatizou que a única transição que fez foi de sua residência para a do Padre José Henrique, a qual se situaria apenas de rua para a outra, porque uma escravizada que possuía e que ministrava seus remédios havia também contraído a doença, ficando, assim, com a mobilidade limitada. Concluía este ponto ao enfatizar estar tranquilo em sua defesa acerca de seus procedimentos na crise epidêmica. Se não perdurou, teria feito o que pôde, sem arredar de sua freguesia. E se agora respondia à correspondência da capital, Maceió, era porque se encontrava como membro da Assembleia Provincial e, também, porque se achava extinta a epidemia em todos os lugares de sua freguesia.<sup>9</sup>

Ainda, partiu em defesa do finado vigário de São Miguel, chamando atenção ao que considerou um ataque desnecessário e cruel “sobre as cinzas do vigário”<sup>10</sup> Além disso, alegava que o Padre Domingos lançava-lhe ojeriza na capital pernambucana, por não conseguir imprimi-las nas tipografias da província de Alagoas, devido à sua infâmia. Ainda, cogitava saber o porquê de o reverendo tê-lo selecionado dentre seus pares. Isso teria se dado em decorrência da recente elevação de

---

<sup>8</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: Hemeroteca Digital Brasileira. Diário de Pernambuco. Ano XXXII, Recife –1856, N. 160, pág. 02.

<sup>9</sup> *Ibidem*

<sup>10</sup> *Ibidem*.

Pilar a freguesia, em 1854, tendo a região sido desmembrada da freguesia da Cidade de Alagoas e passando o Padre Jacinto a ser seu pároco.<sup>11</sup>

Muito além das acusações e provocações, um ponto pertinente nesta etapa é a reestruturação do sistema de freguesias da administração provincial ter sido um ponto de contenda entre os clérigos. Sabe-se que, em determinado momento de sua carreira, o Padre Domingos José encabeçava a gestão eclesiástica como Vigário Geral da província. Sabe-se também que o posto, situado na Cidade das Alagoas, exercia enorme influência sobre o território alagoano, sendo o ponto de ação do bispado olindense desde sua fundação<sup>12</sup>. Seria dessa premissa que partiria a contenda do vigário? É precisamente pelo grande repertório de conflitos atribuído ao Padre Domingos José, em particular nas últimas décadas de sua administração, que pode-se afirmar que atrelada à defesa de sua imagem pública – de ofendido cidadão e prestativo servidor eclesiástico e público – estava a defesa de sua imagem política – de figura influente na esfera governamental e impetuoso orador. No presente exemplo, o Pe. Jacinto concluía que o reverendo havia sido infeliz em sua defesa ao querer “marear e ferir” o conceito alheio, “para galvanizar seus atos”, ao invés de justificá-los por outras maneiras, o que teria desvirtuado a sua causa. Supostamente, o Pe. Domingos teria ficado contente depois que expos a defesa, sem saber qual juízo teria feito o público dessa acusação.

<sup>11</sup> Distrito criado com a denominação de Pilar, pela lei provincial nº 250, de 08-05-1854, sendo elevado à categoria de vila com denominação de Pilar, pela lei provincial nº 321, de 0105-1857, desmembrado de Alagoas. Sede na antiga povoação de Pilar. Constituído do distrito sede. Instalado 12-09-1857. IBGE. História de Pilar – Alagoas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/historico>>, acesso em 10 de maio de 2022.

<sup>12</sup> “Quando foi criada a vigaria geral [das Alagoas], não se sabe. Sabe-se, porém que é anterior a 1755 e era exercida normalmente pelo vigário de Alagoas (Marechal Deodoro). Em manuscrito da Biblioteca Nacional, se lê: ‘Os párocos da vila de Alagoas são vigários gerais subordinados ao vigário geral do bispado por via de Apelação, tendo a mesma jurisdição que a constituição concede ao vigário geral de Sergipe del-Rei, e o Bispo Aranha, por portaria de fevereiro de 1755 lhes permitiu algumas ordens’” (AGUIAR, 1984. Apud. NUNES,

## A TRÉPLICA DO PADRE DOMINGOS

Não tardaria até que o Pe. Domingos José viesse a responder os comentários do Padre Jacinto, em correspondência datada de 12 de agosto de 1856, publicada pelo Diário de Pernambuco, edição de 18 de outubro do mesmo ano. Nela, retorna sua já familiarizada eloquência, afirmando aos redatores que se encontrava bastante triste por ter de defender-se de falsidade e calúnias, “pois não pode estar com o espírito sossegado um só momento; isto basta para continuo flagelo.”<sup>13</sup> Em seu primeiro ponto, dizendo-se “incumbindo das leis da decência”, partiu em contrapor a afirmação do vigário do Pilar, Jacinto Candido de Mendonça, de que ele não teria abandonado sua freguesia e só teria transitado de sua casa para a do reverendo José Henrique de Amorim. Utilizando-se de um jogo de palavras, o Pe. Domingos aponta que não se referia ao tráfego para outro local, muito menos em mudança para outra freguesia, mas sim, falava em “abandonar, abrir mão, não se importar, deixar de todo, etc”<sup>14</sup>.

No sentir do vigário do Pilar, abandonar uma causa é mudar-se o dono de uma freguesia para outra; ou de uma para outra província; e eu entendo que para se dar abandono, basta não procurar a causa, não ir em audiência, não se informar do advogado o estado dela, etc.<sup>15</sup>

Ousava esclarecer seu ponto enfatizando que o primeiro caso poderia não constar como abandono, tendo sido a causa periciada pelos meios legais e pela competência de uma procuração: caso o mesmo vigário não se achasse em sua freguesia, ela não estaria em abandono. E se Padre Jacinto havia

<sup>13</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: Hemeroteca Digital Brasileira. Diário de Pernambuco. Ano XXXII, Recife –1856, N. 246, pág. 01

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

deixado o Padre Henrique Amorim à frente da freguesia, “[q]ue *per ali um facit, per si ipsum facere videtur*”<sup>16</sup>. Enfim, o que de fato é permitido observar na análise de seus discursos é mais uma vez a minimização de suas ações, além da necessidade de sobrepujar os argumentos de seu adversário no âmbito de justas argumentativas, onde velavam intrigas e calúnias infrutíferas sob a capa de aforismos.

## CONCLUSÃO

Os conflitos aqui apresentados carregam consigo um dos vários exemplos da difícil conciliação entre os poderes eclesiástico e temporal, especificamente no que tange à gestão do cotidiano. Especialmente se consideradas a alarmante crise sanitária, a crescente reestruturação das diretrizes jurídicas e a reordenação do espaço público. Como evidenciado até aqui, episódios de conflito como os perpetuados pelo Padre Domingos José surgem de um extenso processo de transição em meio às esferas institucionais. A intensidade com a qual a adaptação desses agentes afetou a população local se mostra durante o seu exercício na administração da freguesia de Alagoas (1831-1870) – e de maneira especialmente insuflada nas décadas de 1850 e 1860 –, em seus embates com as autoridades seculares e eclesiásticas assim como nos diversos casos de ingerência contestados por agentes de saúde, ou da implementação de diretrizes de saúde pública higienista; a exemplo da proibição de enterramentos nas igrejas e templos e da construção de cemitério públicos. Ao analisar os embates e conflitos de interesse na província de Alagoas oriundos dessas relações, percebe-se que a realidade das vilas e cidades incorporaram as características dos beligerantes.

---

<sup>16</sup> “Aquele que age por meio de outro faz ele mesmo o ato”. *Ibidem*.

Além do mais, nas correspondências estão contidas as falibilidades de efetivação dessas mesmas leis em face da crise dos ciclos epidêmicos e a urgência para contê-los. Mesmo após atribuir o devido e nefasto mérito à devastação do mal reinante e às precárias condições nas quais a população vivia, compreende-se que a ingerência dos agentes serviu para proporcionar um cenário ainda mais calamitoso. De fato, é perceptível que o interesse desses agentes em assegurar suas devidas benesses – assim como o desejo de disputar competências diante das autoridades do império e no âmbito político – logo suplantou a preocupação com aqueles mais afetados por sua gestão.

## REFERÊNCIAS

---

### FONTES

Arquivo Público de Alagoas: Caixa 456: Maço de 1856 - Vigário de Pilar, Vigário de Penedo.

Fundação Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital Brasileira: Diário de Pernambuco. Ano XXXII, Recife –1856, Ns: 155, pp. 02-03; Ns. 160, pág. 02; Ns. 246, pág. 01.

IBGE: História de Pilar, Alagoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pilar/historico>. Acesso em: 31 de mar. 2023.

### Bibliografia

AGUIAR, O. B. Apud NUNES, Márcio Manuel Machado. **A criação do bispado das Alagoas:** religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brazil (1889-1910). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFAL, Maceió, 2016.

ALMEIDA, S. de. **Alagoas nos tempos do cólera.** São Paulo: Escritura, 1996.

\_\_\_\_\_. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL. 2008



LINDOSO, D. **A utopia armada**: rebelião de pobres nas matas do Tombo Real - 2.ed. rev. - Maceió: EDUFAL, 2005.

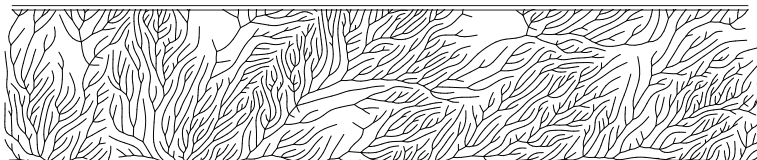
NUNES, M. M. M. **A Arquidiocese de Maceió**: uma análise do processo de estruturação da Igreja Católica no território alagoano (1892-1920).2020. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras de Coimbra. Universidade de Coimbra, 2020.

ROSSITER NETO, L. A. "**Casos de Vida e Morte**": Ciclos epidêmicos e administração das freguesias no contexto de embate entre o regalismo e o ultramontanismo em Alagoas (1845-1875). 1. ed. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 2022. 104 p.

SANTOS, I. M. F. **Imprensa Católica na Primeira República**: uma história social do hebdomadário A Fé Christã (Penedo, Alagoas). 1. ed. Maceió: Edufal, 2019. v. 1. 282 p.

VIEIRA, D. **O processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Santuário, 2007

# REPERCUSSÕES DE DECISÕES POLÍTICAS DO ESTADO NA FORMAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SUL DA BAHIA (1980-1991)



*Maria Rita Santos*

## APRESENTAÇÃO

**E**ste texto tem como objetivo abordar decisões políticas no âmbito nacional e estadual que repercutiram nas reivindicações pela estadualização da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI)<sup>1</sup>, resultando na criação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)<sup>2</sup>. Como recorte temporal considerei a partir da década de 1980 até 1991, período de atuação de movimentos reivindicatórios visando a criação de uma universidade pública, no Sul da Bahia, uma região com rendimentos, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970) “[...] in-

---

<sup>1</sup> Formada por três faculdades reunidas, a saber: A Faculdade de Direito de Ilhéus; Faculdade de Filosofia de Itabuna; Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna. Cf.; Boaventura et al. 2015.

<sup>2</sup> Trata-se de uma síntese de um capítulo da tese de doutoramento que desenvolvi no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (2020), com orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Delcele Mascarenhas Queiroz.

dicavam claramente a extensão da pobreza regional<sup>3</sup> na mais densa e rica área produtora de cacau do país” (UESC, 1994, p. 20). Nesse contexto foram em torno de 10 anos de manifestações, conflitos, negociações e diálogos com o governo do estado da Bahia, assim decisões políticas repercutiram no processo de estadualização da FESPI, muitas vezes, conflitantes com a urgência de implantação de uma instituição de ensino superior pública.

A região Sul da Bahia, que já foi considerada “a maior produtora e exportadora de cacau do mundo”<sup>4</sup>. (UESC, 2008), sofreu uma crise, decorrente de muitos fatores, como: “queda de preços do produto, política cambial e, em especial, uma doença que acometeu os cacauais da região, a vassoura-de-bruxa”. Esses elementos, em conjunto, foram responsáveis pelo declínio na economia concentrada na monocultura do cacau, do ponto de vista social e econômico e ambiental, apresentam-se danosos (ROCHA, 2008), aprofundando as desigualdades que alcançavam, em especial, os trabalhadores rurais, pois, perderam seus postos de trabalho e migraram para a periferia das zonas urbanas de cidades como Itabuna e Ilhéus, agravando as suas condições de vida, tornando-as ainda mais precárias e desiguais. (TRINDADE; CHIAPETTI, 2007; ROCHA, 2008).

Importa sublinhar que as narrativas dominantes têm apresentado a Região Sul da Bahia como a “Região Cacaueira”, “os Campos sem Fim”, “a Terra dos frutos de ouro” pro-

---

<sup>3</sup> Compreendida, neste caso, regionalização, do ponto de vista político-administrativo e socioeconômico, como descrito na Carta Consulta para Reconhecimento da UESC: “um agrupamento de municípios de forma a se coordenar factivelmente uma racionalização nas ações institucionais. O critério principal é aglutinar os municípios próximos a um pólo urbano, enquanto região administrativa. Isto evitará o desperdício e a pulverização dos escassos recursos públicos”. (UESC, 1994).

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. Campus da UESC completa 34 anos, 2008. Disponível em: [http://www.uesc.br/noticias/index.php?&acao=exibir&cod\\_noticia=1444&sortby=cod\\_noticia&sortdir=ASC &begim=0&crows=2](http://www.uesc.br/noticias/index.php?&acao=exibir&cod_noticia=1444&sortby=cod_noticia&sortdir=ASC &begim=0&crows=2). Acesso em: 12 abr. 2018

duzindo a imagem de uma “civilização rica” ocultando a extensão da pobreza nos principais municípios. Apresentando pouco interesse nas necessidades decorrentes da desigualdade social das quais reclamava a parte da comunidade sem recursos para custear a formação superior dos seus filhos nas capitais do país. Em vista disso, essas desigualdades também deveriam balizar a formação de uma universidade pública, sintetizado por Calmon<sup>5</sup> em entrevista concedida ao Jornal Tribuna do Cacau (ILHÉUS,1986)14: “[...] os estudantes lutam por ensino público e gratuito, para tanto é necessário um apoio oficial para a região – rica, porém pobre, porque a riqueza não está distribuída a todos”.

Nesse contexto, apesar da interiorização do ensino superior se encontrar em processo de crescimento e o Sul da Bahia ocupar lugar de destaque na economia do estado, estando a criação da Universidade do Sul da Bahia, de caráter público desde 1969, inclusa no Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) do Estado, porque, planejava incorporar as unidades de escolas isoladas<sup>6</sup> existentes no eixo Ilhéus-Itabuna definindo “como prioridade a interiorização do Ensino Superior através da localização de núcleos universitários em cidades Centros de Polarização mapeados sob critérios demográficos, sociais, geofísicos e econômicos” (MIDDLEJ, 2004, p.116). Tal criação não acontece e o estado retira a proposta.

Assim, por determinação da Lei n.º 5.540/1968, que estabelece as “normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” em seu Art. 8º: “Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, [...] congregar-se com estabeleci-

<sup>5</sup> Presidente da Fundação Universidade de Santa Cruz (FUSC) entidade de direito privado, se efetivou através de escritura pública, em 11 de agosto de 1972, (posteriormente passou a ser denominada de Fundação Santa Cruz)

<sup>6</sup> Com os antecedentes da educação jesuíta no período colonial, a educação superior surge no Brasil e na Bahia por faculdades isoladas. Cf. Boaventura (2009, p.125).

mentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo-se, [...] federação de escolas” (MIDDLEJ, 2004, p.154). Desse modo, foi criada a FESPI, antecessora da UESC, instituição privada, mantida pela Fundação Santa Cruz (FUSC), por sua vez sustentada por fontes variadas, a saber: cerca de 35% da CEPLAC, instituição financiadora do desenvolvimento local; 37% de taxas e anuidades; 15% de verbas do estado via Instituto de Cacau da Bahia (ICB). (UESC,1994).

Apresentar essas fontes mantenedoras possibilita discutir as decisões de governo muitas vezes tomadas a distância das necessidades regionais sem considerar as suas singularidades, como por exemplo as consequências de corte de verbas para a manutenção de uma instituição de ensino, visto que gerava problemas financeiros, repercutia no aumento das mensalidades, provocava atrasos salariais de professores e outros servidores. Para tanto utilizei como fontes: Reportagens publicadas nos jornais na década de 1980: Tribuna do Cacau; Diário de Ilhéus; Diário de Itabuna; Ofício enviado pela Associação dos professores universitários de Ilhéus e Itabuna (APRUNI) e o Diretório Central dos Estudantes da FESPI (1982) ao então governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães e a Carta consulta para reconhecimento da UESC (1994).

### **DECISÕES POLÍTICAS PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SUL DA BAHIA**

Ao tempo em que acontecem as mobilizações pela estadualização da FESPI, no âmbito nacional assume o governo do Brasil, em 1989, Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por via democrática, desde 1964, e “comprometido na campanha e no discurso de posse com uma pla-

taforma essencialmente neoliberal”<sup>7</sup> (MIDDLEJ, 2004, p.164), o que significava adotar um “modelo global do capitalismo” (SANTOS, 2008, p.8). Nesse sentido, no final desta década, “entravam em pauta disputas de poder político e econômico, adesão a teses neoliberais, mudanças estruturais no estado brasileiro e nas organizações e profunda crise regional com os problemas econômicos decorrentes da cacauicultura”. (MIDDLEJ, 2004, p.164).

Dentre essas mudanças estava a reforma administrativa que afetou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), principal mantenedora da FESPI, reduzindo seu orçamento, afastando por disponibilidade ou demissão, aproximadamente, 1.500 funcionários promovendo a redução de atividades, produzindo também problemas de funcionamento do ensino superior, porque “[...] a taxa de retenção foi transformada em imposto sobre exportação de cacau e a receita gerada a partir desta data, passou a ser recolhida diretamente pelo Tesouro Nacional via Ministério da Agricultura” (MIDDLEJ, 2004, p. 394). Esta decisão provocou a interrupção do acordo firmado entre a FESPI e a CEPLAC, que consistia no pagamento salarial dos professores com os recursos das mensalidades e a construção das instalações pela CEPLAC, agravando os problemas financeiros da FESPI (BOAVENTURA, 2015).

Desse modo, “a estrutura organizacional da CEPLAC passa por sua mais profunda mudança, deixando de ser um

---

<sup>7</sup> Segundo Santos (2005, p.141), a perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a uma vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial. Cf.; SANTOS, Boaventura de S.A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 23, 2005, 137-202.

órgão descentralizado com estrutura própria, passando a ser um órgão singular do então criado Ministério da Agricultura e Reforma Agrária” (MIDDLEJ, 1991, p. 36 apud MIDDLEJ, 2004, p.164). Nesta época acontece

uma disputa de poder político entre representantes dos governos, o federal, tendo à frente a CEPLAC, e o estadual, em torno da transferência do patrimônio onde funciona a Universidade, somente solucionada após o realinhamento do poder entre as duas esferas governamentais, o que se deu em 1990, com a eleição do Sr. Antônio Carlos Magalhães para o governo do Estado. (MIDDLEJ, 2004, p.164).

Esse processo possui singularidades e pormenores, sendo necessário, que alguns aspectos do contexto político sejam discutidos para compreender os seus efeitos na crise que repercutiu no movimento para a criação da UESC. Nesse sentido, quando o procurador do estado da Bahia se reuniu com representante dos professores, dos estudantes e com a direção da FESPI e declarou em entrevista concedida ao Jornal Diário da Tarde (1988) que “a estadualização não é uma simples obra de governo é uma realização do estado”, parece retórica para justificar a demora na tomada de decisões e negar as intencionalidades da política de educação superior do Estado, como se não tivesse em grande medida interesses daqueles que detém o poder decisório para implementar políticas públicas, supondo que Estado e Governo se posicionam em campos distintos, quase que opostos.

Entretanto, para Bourdieu (2005, p. 99) [...] “o Estado contribui de uma forma determinante para a produção e a reprodução dos instrumentos de construção da realidade social enquanto estrutura organizacional e instância reguladora de práticas”. Já governo pode ser conceituado como o conjunto de indivíduos que ocupam posições de decisão administrativa

e política na cúpula do Estado e orientam os rumos da sociedade (RODRIGUES, 2010). Nessa perspectiva, “políticas públicas são ações de governo, revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação)” (RODRIGUES, 2010, p. 53).

No Sul da Bahia, a Reforma Administrativa (as ações) do governo federal ‘provocou alterações na “estrutura organizacional da CEPLAC” agravando a crise já instalada por ocasião da transferência da anteriormente mencionada “taxa de retenção”, indicando que como descreve Palumbo (1989) política é constituída de um variado histórico de intenções, envolvendo comportamentos e ações de muitos e distintos participantes. Como exemplo ele menciona: uma lei aprovada pode ser observada; uma decisão tomada em tribunal pode ser lida; regulamentos promulgados por departamentos governamentais e memorandos escritos por administradores de agências; as plataformas de partidos políticos todos podem ser lidos e as declarações de políticos podem ser ouvidas. Porém, esses elementos isolados não formam uma política pública, tampouco partidária, pois, ambas são complexas e invisíveis PALUMBO, 1989).

O contexto local fornece indícios para inferir que os interesses políticos partidários interferem nas políticas públicas, comportamentos e ações de governo tentam negar intencionalidades e interesses na manutenção do poder. As dimensões políticas que atravessam o processo de estadualização são singulares, complexas e invisíveis, certamente, entrelaçadas com as conveniências da política partidária tanto no âmbito estadual, como federal. De modo efetivo, os Planos de Educação e Cultura do Estado da Bahia (1969; 1984-1987)



mencionavam a desconcentração das unidades de ensino superior, num movimento de interiorização e as universidades estaduais foram concebidas como parte integrante do processo de desenvolvimento do Estado, em especial, o regional (MIDDLEJ, 2004, 2006; BOAVENTURA, 2009). A título de exemplo nos anos 1970, se iniciou a estruturação de um sistema composto por quatro universidades estaduais duas delas multicampi, mas, até 1980 existiam, apenas, três sendo: duas públicas, a federal Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a primeira estadual, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Católica do Salvador (UCSal), privada/comunitária. (FRANCO; FIALHO; PIRES, 2006). Fundamental destacar, que apesar dos planos de interiorização 20 anos separam a implantação da primeira universidade estadual UEFS (1970) da decisão de estadualização da FESPI e criação da UESC (1991).

Os estudos de Fialho (2012) afirmam que na Bahia de 1987 a 1991 no período dos Governos Waldir Pires/Nilo Coelho, tiveram iniciativas frequentes com o propósito de constituir grupos de estudos para subsidiar a política de educação superior no estado da Bahia Contudo, os atrasos se devem a ausência de apoio administrativo, financeiro e político, a exemplo da mudança de quatro Secretários Extraordinários, por conseguinte, das constantes revisões das etapas realizadas e interrupções das atividades (BAHIA, 1990, pp.45-46). Se tratava do processo de redemocratização, uma realidade política inédita no Brasil. Além disso,

as universidades estaduais da Bahia também vivenciaram a mudança da Secretaria de Educação para integrar as funções do Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Modernização sem a devida complementação de medidas administrativas, o que acabou por gerar uma vinculação complexa, pois, or-

çamentária e financeiramente permaneceram integrantes da estrutura da então SEEB. (FIALHO, 2012, p. 90).

Menciono o viés complexo e invisível das políticas públicas e partidárias a semelhança da abordagem de Palumbo (1989), porque, enquanto as ações reivindicatórias por ensino superior público recebiam variados apoios, negociavam com os distintos governos e intensificavam a luta, na esfera do governo do estado aconteciam os processos decisórios, que perpassam por ações de governo com distintos sujeitos que assumiam o poder, sobretudo, a decisão sobre a implementação de políticas públicas. Desse modo, estudos, como o de Kelly e Palumbo (1992), indicam que essas políticas envolvem algumas etapas, quais sejam: definição das agendas com as opções de políticas públicas e início de negociações das propostas; seleção das propostas e construção de apoio político para aprovação; determinação em lei; implementação da política que abarcam organizar planos, projetos e programas visando a sua execução e a avaliação, envolvendo os resultados da implementação, seus impactos e mudanças, caso necessário.

Essas etapas da política se evidenciam nos recuos e avanços das negociações a depender da sigla partidária daqueles que exerciam o mandato de governador da Bahia ao longo de todo o processo da estadualização, indicando que embora as plataformas de partidos políticos e as declarações isoladas de políticos não constituírem em si mesmo uma política, ambas influenciaram e contribuíram para retardar a determinação em lei, conseqüentemente, a implementação. Afinal, de modo efetivo, as manifestações reagiram a essas tentativas de recuos, indefinição de agendas, negociações interrompidas; buscaram apoio junto a imprensa local e às entidades civis organizadas. Nesse sentido, as singularidades que compôs este processo foram marcadas também pelo que nomeio de política da ade-

quação aos interesses políticos-eleitorais baseados “nas disputas de partidos políticos”, que se encontravam no poder na Bahia e regulavam as suas ações, objetivos e estratégias.

Nessa perspectiva, Silva (2007) lembra que na Bahia a redemocratização não provoca mudanças significativas no ambiente político, mas continuidades das práticas políticas daqueles que sempre estiveram à frente do governo do estado, tais como: Antônio Carlos Magalhães (1971-1975; 1979 -1983; 1991-1995); Roberto Santos, (1975-1979); João Durval Carneiro (1983-1987); Waldir Pires – Nilo Coelho, (1987-1991). Vale ressaltar, que exceto “dois intervalos de 1975-1979 e 1987-1991 –, desde 1971 o carlismo<sup>8</sup> (certamente o que ele representa politicamente) vem-se mantendo à frente do governo do estado” (SILVA, 2007, p.94). Portanto,

o processo de redemocratização não foi uma ruptura político-partidária. Ela incorpora velhos e novos jogadores ao processo de tomada de decisão. Há uma fragmentação política, mas não uma desintegração das antigas coalizões. O fenômeno estudado, por exemplo, sempre teve o contexto liberal como pano de fundo e o terceiro governo de ACM utiliza-se da estrutura eleitoral para conclamar o seu projeto baiano modernizante. Seu projeto, pois, o ator assumia-se como único capaz de transformar a Bahia num estado moderno e desenvolvido (REIS, 2010, p.90).

A ideia de transformar a Bahia num “estado moderno e desenvolvido”, apresentada por Antonio Carlos Magalhães (ACM) e seus aliados soa contraditória quando confrontada com a sua própria postura frente ao processo de implementação do ensino superior estadual no Sul da Bahia, pois, o seu

---

<sup>8</sup> Grupo político ligado a figura de Antônio Carlos Magalhães. Cf: REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no Estado da Bahia: o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana.** 2010. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

segundo<sup>9</sup> mandato termina em 1983, quando se inicia o governo de seu afilhado político João Durval Carneiro (1983-1987). Portanto, estava no poder durante as mobilizações pela estadualização e foi informado, oficialmente, em 1982<sup>10</sup>, das reivindicações dos estudantes pela criação de uma universidade pública na região. Então, ao se apresentar como “único capaz” de transformar, modernizar a Bahia, não seria um equívoco inferir que a criação de outra universidade pública estava ausente dessa proposta de transformação/ modernização, dado que, em entrevista concedida as “páginas amarelas” da Revista Veja (1983) ele afirma textualmente: “Aqui na Bahia nós temos três universidades estaduais. A constituição prevê a formação de mais duas. Não vou fazer isso. Não há recursos”, possivelmente, porque, no seu “projeto modernizante” estes recursos não-existiam para ampliar o ensino superior, afinal, optou pela “Bahia da indústria Petroquímica” (REIS, 2010, p.67).

Nesta lógica que a sua presença no governo da Bahia representava retrocessos para a estadualização, então, a região continuava sem contar com uma universidade pública, a despeito dos esforços empreendidos pela comunidade universitária e o Plano Trienal prevê desde 1969 que “[...] a zona cacauceira aquela que oferece as melhores condições de receptividade para um empreendimento dessa categoria, optou o Governo pela implantação da Universidade Estadual

---

<sup>9</sup> O segundo governo estadual de Antônio Carlos Magalhães ratifica sua forma de fazer política: guiado pelos anseios de uma Bahia moderna e continua seu projeto modernizante iniciado na gestão soteropolitana. A política institucional baseada numa administração pública com padrões burocráticos já havia se consolidado no estado. Cf. REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no Estado da Bahia:** o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. 2010. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010

<sup>10</sup> Os professores organizados na Associação dos Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna (APRUNI), o Diretório Central dos Estudantes da FESPI (DCE), entidades civis e associações de classe enviaram ofício em 30 de agosto de 1982, a Antônio Carlos Magalhães, governador do estado da Bahia, solicitando providências imediatas no sentido de instalar uma universidade pública. Cf. APRUNI, 1982, apud UESC, 2012, p.154)

em Uruçuca”. (BAHIA, 1969, p. 69 e 72 apud BOAVENTURA, 2009, p.50). Entretanto, esta opção foi descartada e no final da década de 1980 a universidade pública no Sul da Bahia continuava sendo uma demanda não atendida, ainda que o plano estadual de interiorização e expansão do ensino superior tivesse consolidado em outras regiões, pois, à época o estado já havia implementado três universidades, estaduais como já mencionado.

Nesse sentido, a luta pela estadualização continuava exigindo a mobilização da comunidade acadêmica, professores, técnicos e quase três mil estudantes matriculados na instituição com o apoio de personalidades políticas e grupos regionais, tornando-se um movimento até então inédito na região, durante toda a década de 1980, em resposta também ao aumento de 141% nas mensalidades da FESPI, tornando inviável tanto a permanência dos estudantes como o funcionamento da instituição. A título de exemplo, a organização estudantil (DCE/FESPI) aprovou em assembleia um boicote às matrículas, bem como, a formação de comissões de trabalho e elaboração de um calendário de atividades com o objetivo de ampliar e consolidar o movimento (OLIVEIRA, 2003).

Os atos públicos contavam com a participação de 1000 estudantes e distribuição de 20 mil notas a comunidade, cartazes, reuniões com autoridades e entidades da região, dão o quadro da ampla mobilização, união e apoio que temos conseguido são indicadores da justiça e da força deste histórico movimento. Nenhum colega deixara a universidade! (DCE/FESPI; UEB; UNE *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 24)

Essas notas divulgadas pelo movimento estudantil visavam difundir, legitimar e buscar apoio para as reivindicações, informando que frente ao aumento e as infrutíferas tentativas de negociação com a direção da FESPI, a “ampla

mobilização” foi a saída encontrada pelo movimento. Isto posto, a direção geral recuou e reduziu o aumento das mensalidades para 41%, decisão considerada uma vitória pelas lideranças. Cabe ressaltar, que segundo os estudantes, a solução se encontrava na amplitude das mobilizações apoiadas pelos diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de pressionar o governo do estado para solucionar em definitivo as questões da implantação do ensino superior público regional. (OLIVEIRA, 2003).

Em vista disso, as manifestações se intensificaram a partir de 1986, quando a crise financeira atingiu seu ápice, em virtude da decisão do Ministério da Agricultura que reduziu à metade a verba destinada ao ensino do 3º grau, cortando-a completamente em 1987 (MIDDLEJ, 2004), comprometendo o funcionamento da FESPI desde salários de professores e servidores até a permanência da maioria dos estudantes, limitando a oferta de vagas e cursos.

Segundo os estudos de Santos (2014) o final da década de 1980 foi marcado por acontecimentos de grande repercussão nos rumos da economia e da política, tanto no nível global como local, influenciando as decisões e formas de condução do processo de implantação da UESC. Em meio a disputas resistências e reivindicações, o então governador do estado da Bahia, Sr. Waldir Pires, divulgou em 28 de setembro de 1988, a decisão de estadualizar a FESPI, repassando os recursos destinados ao pagamento dos salários atrasados correspondentes de março a agosto de 1988. Neste mesmo ano, sancionou a Lei 4.816 criando a Fundação Santa Cruz (FUNCRUZ) vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de “[...] promover a criação e manutenção de uma Universidade no Sul do Estado, consignará, nos termos da legislação pertinente” (UESC, 1994, p.13).

Contudo, como descrito por UESC (2004) por ocasião da publicação dessa lei, já havia sido aprovado o orçamento do Estado, razão pela qual ainda em 1989, o Estado transferia recursos para a FESPI através de convênios continuados. Dessa maneira, a partir de janeiro de 1990, a FUNCRUZ tornou-se uma unidade orçamentária do Estado, com aprovação de seu Orçamento-Programa, iniciando uma nova fase na manutenção da FESPI. Esta situação se modificou pela Lei n. 6.344/91 que criou a UESC e foi sancionada pelo governador Antônio Carlos Magalhães, uma Fundação Universitária nos termos do art. 1º:

Fica instituída a Universidade Estadual de Santa Cruz, sob a forma de Fundação Pública, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com sede no km 16 da estrada Ilhéus-Itabuna e jurisdição em toda região sul do estado. (UESC,1994, p.13).

Assim, foi criada a UESC, e como as demais universidades do estado, reorganizada via Lei Estadual nº 7.308/1998, transformando-se em autarquia estadual, com a devida autonomia financeira. A partir de 1991, para dirigir a já estadualizada universidade, foi nomeado como Reitor *pró-tempore* o professor José Altamirando de Cerqueira Marques, com a responsabilidade de organizar as condições institucionais para a realização da primeira eleição direta para a reitoria, o que aconteceu em 1995. No início do ano seguinte foram empossadas as professoras Renée Albagli Nogueira e Margarida Cordeiro Fahel, respectivamente, reitora e vice-Reitora. Tão somente, a partir de 1999, quando o Decreto Estadual nº 7.633, de 16 de julho deste ano, dispôs sobre o seu credenciamento, tornou possível a autonomia didático-pedagógica e acadêmica da instituição. (UESC, 2012)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero um período de avanços e retrocessos nas negociações com o governo do estado, que mudava de posicionamentos a depender da oposição ou alinhamento entre governantes do estado e do governo federal. Neste contexto, esses retrocessos aprofundaram a crise e retardaram a criação da universidade, posto que compete ao Estado criar as condições políticas para atender as reivindicações há muito apresentadas por estudantes com apoio de professores, servidores técnicos e sociedade civil, sem os quais poderia prevalecer o argumento da falta de recursos para a criação de uma universidade estadual no Sul da Bahia. Portanto, o processo de estadualização foi uma luta coletiva, de longa duração, exigiu táticas de organização para dialogar com aqueles que detinham o poder, mas não priorizavam as condições, necessidades e exigências da comunidade universitária.

O contexto local fornece indícios para inferir que os interesses políticos partidários interferem nas políticas públicas, comportamentos e ações de governo que tentam negar as intencionalidades e interesses na manutenção do poder. As decisões políticas que repercutiram no processo de estadualização são singulares, complexas, e entrelaçadas com as conveniências e acordos da sigla partidária daqueles que exerciam o mandato de governador da Bahia. ao longo desse período, indicando que embora as plataformas de partidos políticos e as declarações de políticos isoladas não constituírem em si mesmo uma política, ambas influenciaram e contribuíram para retardar a determinação em lei, conseqüentemente, a implementação.

Efetivamente, as manifestações reagiram a essas tentativas de recuos, indefinição de agendas, negociações interrompidas; buscaram apoio junto a imprensa local e às entidades civis or-



ganizadas até conquistar a aprovação da lei e a implementação. Nesse sentido, as singularidades deste processo foram marcadas também pelo que nomeio de política da adequação aos interesses políticos-eleitorais baseados “nas disputas de partidos políticos”, que se encontravam no poder na Bahia.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

DIÁRIO DE ILHÉUS (1988), Centro de Documento e Memória Regional-CE-DOC-UESC

DIÁRIO DE ITABUNA (1988). Centro de Documento e Memória Regional-CEDOC-UESC

JORNAL TRIBUNA DO CACAU (1986). Centro de Documento e Memória Regional-CEDOC-UESC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. Carta Consulta para Reconhecimento da UESC.1994. Centro de Documento e Memória Regional-CE-DOC-UESC

### BIBLIOGRAFIA

BOAVENTURA, Edvaldo M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência.** Salvador: EDUFBA, 2009.

BOAVENTURA, Edvaldo M. et al. Interiorização da educação superior no estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE -** Ano XVII - Edição especial – dez,2015 Salvador, BA – p. 653 – 670.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** 7. ed. Campinas: Papyrus, 2005

FIALHO, Nadia. H. Universidades Estaduais no Brasil: Pauta para a construção de um Sistema Nacional articulado de Educação. **Revista da FAEDEBA -** Educação e Contemporaneidade, v. 21, n. 38, p.81-93, jul/dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O quesito cor no Censo de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. ISBN: 978-85-98349

MIDDLEJ, Moema M. B. C. **Universidade e região**: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz. 2004. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.2004

OLIVEIRA, Caio P. **Os estudantes no processo de estadualização da FESPI: do privado ao público 1980-1988**. Monografia (Graduação em História), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

PALUMBO, Denis. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. *In*: Ministério da Educação e Instituto de Recursos Humanos. João Pinheiro (Org.). **Políticas de Capacitação de Profissionais da Educação Belo Horizonte**; Departamento Técnico-Pedagógico; Divisão de Materiais e Publicações; FAE/IRHJP, 1989.

REIS, Fernanda. T. **Política mandonista no Estado da Bahia**: o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. 2010. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ROCHA, Lurdes B. **A região cacauera da Bahia** – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação / Lurdes Bertol Rocha. – Ilhéus: Editus, 2008.

RODRIGUES, Marta M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

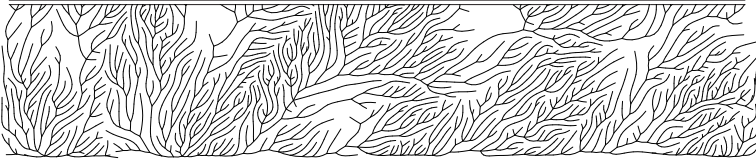
SANTOS, Boaventura de S. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 23, 2005, 137-202.

SANTOS Boaventura de S.; FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

SILVA, Antonia. A. **As políticas públicas para a educação básica na Bahia nos anos 90**: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998).2007. 273 p.; il; Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, USP, São Paulo 2007.

TRINDADE, Gilmar. A.; CHIAPETTI, Rita. J. **Nogueira Discutindo geografia: doze 3 razões para se(re)pensar a formação do professor/Gilmar Alves Trindade, Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti(orgs.)** /Ilhéus: Editus, 2007.426p.

# A RELAÇÃO DOS JORNAIS PARAENSES COM A GÊNESE DA COLÔNIA REFORMATÓRIA DE COTIJUBA – CRC (1931-1933)



*Mayara Araujo  
Wilson Wagner Sidônio Gomes  
Wemerson Matos*

---

---

## INTRODUÇÃO

A história da Colônia Reformatória de Cotijuba – CRC (1933), localizada na Ilha de Cotijuba (PA), está vinculada à imprensa local, visto que os jornais paraenses Diário do Estado<sup>1</sup>, Estado do Pará<sup>2</sup> e Folha do Norte<sup>3</sup> são parte fundamental da difusão das narrativas e dos enunciados (explícitos e implícitos) que envolvem essa instituição na primeira metade do século XX.

Por isso, este artigo se debruça na análise da relação entre a imprensa paraense e o processo de idealização, captação de recursos e implantação da Colônia Reformatória de Cotijuba –

<sup>1</sup> Jornal que narra com ufanismo os compromissos de Magalhães Barata e era responsável pelas propagandas da Interventoria Federal do Pará.

<sup>2</sup> Influência de Nogueira de Faria, apoio à causa do projeto “Ilha da Redenção”.

<sup>3</sup> Jornal onde Raymundo Nogueira de Faria publicava textos desde a década de 20 e onde estabelecera relações de influência.

CRC, entre 1931 e 1933, tendo em vista que os jornais contribuíam com o silenciamento e a normatização do controle social no que diz respeito às fases até a implantação da CRC. A saber, a pesquisa é do tipo documental, com análise do discurso (na perspectiva de Foucault) dos principais jornais em circulação no Pará (Diário do Estado, Estado do Pará e Folha do Norte), que cobriram o desenvolvimento da CRC, que, frente ao referencial teórico, busca discutir a importância das construções narrativas publicadas nesses periódicos para a conjuntura da implantação da primeira instituição reformatória do Pará.

### **A IMPRENSA PARAENSE E O PROCESSO DE IDEALIZAÇÃO, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E IMPLANTAÇÃO DA CRC**

Os jornais representavam importante instrumento para manutenção da nova ordem política instaurada em 1930. Nesse contexto, desde o início do projeto do reformatório pioneiro no Pará, a imprensa local acompanhava e divulgava os movimentos, conforme as imposições dos mecanismos externos de controle, assim como passou a construir a narrativa de que aquele projeto era uma obra social, que deveria ser encarada como de responsabilidade de toda sociedade paraense, com alinhamento discursivo entre os principais jornais locais.

O discurso, enquanto fenômeno linguístico, social e político, organiza-se dentro de uma lógica disciplinar, composta pelos mecanismos externos de controle que normatizam e regulam os enunciados, isto é, aquilo que pode ou não ser dito em uma determinada sociedade ou um grupo social, de modo que, para compreender o discurso, é preciso colocá-lo em seu contexto regulador, onde encontram-se os interditos<sup>4</sup> e

<sup>4</sup> Os interditos são regulados pela disciplinarização do discurso, entres eles: o proibido, a censura, e a unidade do dispositivo). FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

os silêncios<sup>5</sup>, bem como os reguladores nos meios de circulação do discurso.

Vale ressaltar que, de acordo com Foucault (1997), na conjuntura discursiva, o discurso não é uma fonte transparente, assim, é preciso adentrar sua opacidade para compreendê-lo. O discurso presente nos jornais analisados, portanto, é composto por um conjunto de enunciados presentes e ausentes, no intento de construir uma realidade alternativa para atuar em conjunto com a realidade material, conforme os apontamentos seguintes sugerem.

Sobre esses mecanismos, pode-se dizer que Magalhães Barata possui papel fundamental para o entendimento da produção discursiva entre 1930 e 1935 no Pará, pois, assim que assume o poder como Interventor Federal<sup>6</sup>, cria a Vara de Menores Delinquentes e Abandonados do Pará (1930), indicando Raymundo Nogueira de Faria como o primeiro juiz titular. A atuação de Nogueira de Faria como magistrado especificamente de “menores” propiciou a articulação necessária para pôr em prática o projeto da “Ilha da Redenção”, que encontrou na figura de Magalhães Barata o meio para viabilizar esse desejo, já expresso em suas obras a respeito dos “deserdados de sorte”<sup>7</sup>.

Devido à conformidade desse projeto de Nogueira de Faria com o ideal de “construção do futuro” do Brasil, atrelado a uma educação centrada na moral, na disciplina, no civismo e no trabalho, Magalhães Barata se propôs a colocá-lo em prática. É preciso frisar que a ideologia defendida por Nogueira de Faria integrava uma lógica a nível mundial, que concebia a internação compulsória de crianças e adolescentes em instituições afastadas dos centros urbanos como solução para a

---

<sup>5</sup> Para Foucault, o silêncio aparece como discurso, ao passo que não falar sobre determinado assunto integra uma construção discursiva. FOUCAULT, 1970. Ibid.

<sup>6</sup> Indicado por Getúlio Vargas ao assumir a presidência do Brasil com o golpe de 1930.

<sup>7</sup> Termo utilizado por Nogueira de Faria para se referir a crianças e adolescentes das classes pobres.

delinqüência infanto-juvenil, o que será estruturado, com a ajuda dos jornais analisados, a partir de 1931 no Pará.

Em 9 de janeiro de 1931, o Estado do Pará traz a seguinte afirmativa: “A Revolução estende o manto da proteção e do amparo sobre as creanças abandonadas pelos maus paes”. Nessa propaganda, “manto” remete à ideia de indivíduo ativo que busca acalentar, amparar, proteger um sujeito passivo que se encontra “desamparado”. Ideia essa reafirmada pelo termo “abandonadas”, que se vincula de forma direta ao mau exercício parental das famílias. Ao realizar uma leitura a contrassenso, poderia se dizer que, ao passo que estas famílias abandonam suas crianças, a revolução as ampara, sendo assim, seriam mais indicadas para exercer esta função que os próprios pais (Estado do Pará, 09/01/1931).<sup>8</sup>

Na edição do mesmo dia do Estado do Pará, aparece a chamada “Um officio do juiz de menores ao Capitão Intermentor, pedindo auxílio a autoridade para essa obra de grande alcance social” (Estado do Pará, 09/01/1931), com destaque para o seguinte trecho da fala de Nogueira de Faria: “[...] desejoso de manter tanto quanto o possível o silêncio em torno desses casos de ordem intima. Estou, porém, persuadido que muito pouco hei de conseguir nesse rumo, desde que desajudado de qualquer a pena representativa da liberdade” (Estado do Pará, 09/01/1931). Neste trecho, Nogueira de Faria busca, de forma indireta, fundamentar a ideia de que a carência de punições mais severas o coloca em posição de impotência perante as mazelas sociais, representadas pelos processos a ele destinados. Ressaltando, ainda, que são de “dentro das atribuições do meu cargo”, citando, em seguida, o código de menores em seus “arts 32. IV, V; 34. V, 41. Etc”, deixando clara a im-

---

<sup>8</sup> Todas as edições dos periódicos citados neste artigo (Diário do Estado, Estado do Pará, Folha do Norte e Diário Oficial) estão à disposição para consulta pública na Hemeroteca do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves - Centur.

personalidade do sujeito perante as questões, como se buscasse o respaldo técnico e normativo para sua avaliação do cenário, que ressalta por comparação cronológica de acúmulo de processos, “que já tenho processo distribuídos até 31 de janeiro”, ser crítico. (Estado do Pará, 09/01/1931).

Com essa narrativa, além da comoção, busca-se fomentar a indignação e, igualmente, desacreditar como eficientes as modalidades de punição disponíveis para os delitos que serão citados com os direcionados a ferir a responsabilidade do pátrio poder, como ações de desídia para com as obrigações familiares, que deveriam ser desempenhadas pelo homem, como provedor das necessidades de uma família, especialmente dos menores. No momento em que esse apelo se faz, por meio de uma notícia de jornal, além da autoridade a que é direcionada, o apelo igualmente se estende a todos os leitores, dessa forma, a toda a população, auxiliando a construir na coletividade o repúdio a conduta do abandono de menor, sem, no entanto, esclarecer a subjetividade dos casos, citando somente aqueles que provocaram maior indignação, conduzindo o juízo moral na direção favorável a medidas mais enérgicas contra tais criminosos.

No dia seguinte, tem-se o Interventor do Pará falando a respeito da importância dada à educação em seu governo: “A minha primeira medida foi fundir o ensino estadual com o municipal, a fim de superintender os dois com mais eficiência” (Estado do Pará, 10/01/1931), o que significa que, a partir desse momento, a unificação da educação, que antes era dividida entre os entes federativos Estado e Município, agora concentrada somente nas “mãos” do Estado, centralizado na figura de Magalhães Barata, que concede como única forma de controle e de disciplinarização, justificada pela necessidade de que “sem a base de uma mentalidade formada desde os bancos

escolares - nos princípios e ideais revolucionários, a revolução fracassará” (Estado do Pará, 10/01/1931). Fica evidenciada a mentalidade de que a educação seria a melhor forma de difundir os ideais revolucionários e garantir que o poder vigente fosse preservado por meio da doutrinação das massas desde a educação básica, confirmando, então, a concepção de que o melhor caminho para preservar a revolução é a educação das crianças. Magalhães Barata ainda afirma: “[...] crearei o maior número de escolas possível, tanto quanto me permitirem as abaladas finanças do estado” (Estado do Pará, 10/01/1931), diante dessa afirmação, infere-se que, para a construção de projetos educacionais, poderá haver a necessidade de recursos privados, possivelmente “filantrópicos”, como será o caso da CRC, que nasce como iniciativa privada e só em 1947 é doada ao Governo do Estado do Pará.

Ainda sobre a “preparação do terreno” para aquela que seria a CRC, o Estado do Pará publica, em 08 de março de 1931, proposta de Magalhães Barata, que, como forma de evitar “a velha politicalha que, na sombra, espreitam a hora de tomar o mando”, sugere: “Assim, faça cada estado o que comecei a fazer: instruir o povo por meio de palestras cívicas, em que o patriotismo do brasileiro se dilate e se expanda [...]”. No trecho, é possível perceber a tentativa de fomentar a ideologia de uma educação cívica para a sociedade, nas palavras do então presidente após o golpe de 1930, e após este “amadurecimento” a sociedade poderia ver os “dogmas constitucionais”

Em confluência com a linha de Vargas, Magalhães Barata explica: “Hoje aqui se vive somente do trabalho honesto. E quem delle não póde, e nem sabe viver, recorre sem dúvida aos processos indignos das intrigas e calúnias, consolo para os fracos de espírito e alheios aos sentimentos nobres e patrióticos.” (Estado do Pará, 08/03/1931), com esse argumento, visa



atribuir à conduta da oposição um caráter imoral e perverso, além de garantir a exaltação ao trabalho como um símbolo de patriotismo e cidadania.

Desse modo, ainda em 1931, dá-se início à arrecadação de verbas para o projeto que “salvaria” os “menores desvalidos” da criminalidade (Folha do Norte, 09/08/1931). Conforme afirmou Nogueira de Faria, a ideia para arrecadação de fundos para “redenção social dos nossos vagabundinhos”, junto à sociedade, foi de Magalhães Barata.

Diante disso, há algumas controvérsias na construção da narrativa sobre a CRC, pois, conforme os jornais, desde 1931, havia falta de verba do governo, sendo essa a justificativa para o apoio de uma instituição reformatória filantrópica (Folha do Norte, 1932), embora anos depois fosse admitido o patrocínio da Interventoria de Magalhães Barata (Estado do Pará, 11/08/1937).

Em 15 de setembro de 1931, o Estado do Pará reafirma o compromisso da sociedade paraense com a causa dos “menores”, em um trecho se lê: “E assim de todos os lados chegam adesões em favor dos menores abandonados e delinquentes”. Nessa narrativa, evidencia-se que Nogueira de Farias estava ativamente buscando auxílio de capital privado para a colônia reformatória, com intento de auxiliar os “deserdados de sorte”. (Estado do Pará, 15/09/1931) (idem).

Com o título “Cruzada pró menores delinquentes e abandonadas” (Estado do Pará, 17/09/1931), chama-se a atenção para situação dos “menores” nos governos anteriores, nos quais “os menores - que a desídia dos paes, a negligência dos maus governos e hoje vícios da educação aviltaram até a lama”. No discurso, fica explícita a concepção de que os sujeitos são incapazes de construir uma identidade “própria” que não seja relacionada à criminalidade ou à “imoralidade”, diante da rea-

lidade descrita como de abandono presente, geralmente, em famílias pobres. Essa ideia se mostra ainda mais acentuada no parágrafo seguinte: “organismos e inteligência incipientes, esses pobrezinhos, tangidos pelo desamparo mais cruel, tendem a sofrer as impressões fortes do ambiente pestilento e que vejam uma promiscuidade que mancha o caracter e embota o discernimento” (Estado do Pará, 17/09/1931).

“Cruzada civica e humanitária” (Estado do Pará, 19/09/1931), foi o termo utilizado para a campanha de arrecadação de fundos para a construção do projeto da “Ilha da Redenção”, sob o argumento, até então registrado, de que os “menores” estavam sendo abandonados por seus pais, ficando, assim, vulneráveis a ambientes que propiciariam a criminalidade. O próprio termo “cruzada”, diante de uma sociedade ocidental e cristã, pressupõe que aqueles a serem combatido são “maus”, e que aquilo a ser conquistado é algo que pertenceu, ou deve pertencer, a quem está empreitando o combate. Essa ideia pode sugerir que o objeto, o “menor”, é algo a ser tomado, a ser espólio de guerra.

No que tange o “menor abandonado”, há um reforço nos trechos de reportagens referentes às suas condições, como em “uma dadiva de três contos de res à casa dos menores”, nos quais, oportunamente, é ratificado o estado dos “menores” que “hoje abandonados à vagabundagem e ao vicio” (Estado do Pará, 19/09/1931). Encontra-se também, “Em pról dos menores abandonados e delinquentes”, neste título, diferentemente de como têm sido comumente descritos, os “menores” são indicados como “delinquentes”. Até então, essa expressão de criminalidade não se fazer presente no corpo do texto pode indicar a “normalização” no imaginário da população (Estado do Pará, 22/09/1931).

Uma das reportagens aponta a Embaixada Esportiva do Julio Cesar F.C. como doadora do projeto em Cotijuba e

promotora de um evento intitulado “O que é a obra de assistência aos menores abandonados e delinquentes”, ocasião em que o Interventor Federal “recomendou” ao prefeito de Belém que a música da capital se fizesse presente. A “recomendação”, além de demonstrar que havia a utilização de recursos públicos para angariar os fundos para construção da CRC, demonstra a intervenção da administração estadual sobre a municipal de forma velada (Estado do Pará, 22/09/1931).

Tem-se, ainda, que os jornais, como meios de circulação do discurso, publicavam com frequência notícias relativas aos “esforços” de Nogueira de Faria e Magalhães Barata para arrecadação de fundos para o projeto “Ilha da Redenção”, assim como cobriam as visitas feitas pela comitiva governamental aos locais cotados para abrigar o projeto, que culminaram com a escolha de Cotijuba (Diário Oficial, 1933; Folha do Norte, 1931-1933; Estado do Pará, 1931-1933).

A escolha dessa ilha foi anunciada pela imprensa local como localidade apropriada para os fins desejados (Folha do Norte, 1932-1933; Estado do Pará, 1933). Quase não houve oposição à escolha de Cotijuba, somente indicações de lugares que poderiam ser úteis diante dos propósitos almejados (Estado do Pará, 10/11/1931). Cotijuba foi adquirida como propriedade de Nogueira de Faria por cerca de 37.650\$000 (trinta e sete contos, seiscentos e cinquenta mil réis) (Estado do Pará, 10/11/1931), após a autorização de Barata (Folha do Norte, 12/09/1931). Conforme foi veiculado na imprensa, aqui nota-se a relação hierárquica estabelecida na prática discursiva, onde cada sujeito deve ocupar seu lugar devido. Para explicar o vínculo com o governo, a CRC tinha como proposta atuar em regime de cooperação com os órgãos educacionais e judiciários, sobre os quais o desembargador exercia certo controle, de acordo com Barbosa (2017).

O ano de 1932 é marcado pela Revolução Constitucionalista. Então, as notícias referentes à “Ilha da Redenção” ficam mais esparsas, dando lugar à cobertura desse problema político. Mas tem-se, em 08 de outubro daquele ano, a notícia de um evento beneficente denominado pela Folha do Norte como “Linda festa de caridade no instituto de proteção e assistência a infância”, na qual é narrado um evento com fins filantrópicos para crianças “carentes”, em que foram distribuídos recursos materiais (como alimentos e outros princípios “úteis”) para aquela população. Entre os presentes, estava Magalhães Barata, que, segundo a publicação, colaborou com recursos públicos e de seu patrimônio particular com o instituto em questão (Folha do Norte, 08/10/1932). O que chama a atenção é que, para esse evento, foi declarada a quantia em valores da moeda da época em forma de doação, diferente do que ocorria com o projeto em Cotijuba, do qual nenhum valor foi apresentado pelos jornais.

1933 é marcado pela inauguração do primeiro pavilhão da CRC na “Ilha da Redenção”. Todo o ritual para apresentar a CRC à sociedade foi meticulosamente programado e recheado de simbolismos para os ufanistas de 1930. Começando pela data escolhida, 24 de outubro, que faz referência ao dia e ao mês em que a Aliança Liberal – AL depôs e exilou Washington Luís, dando início ao golpe autointitulado como “Revolução de 30”.

Outra referência diz respeito à homenagem ao soldado Joaquim da Silva Pantoja, morto no levante do 26º Batalhão de Caçadores, em julho de 1924 (BARBOSA, 2017), dando nome à primeira parte da CRC, “Pavilhão Soldado Pantoja”. Esse tributo, que se configura também como discurso, dá algumas indicações que, para serem explicadas, é

preciso recorrer à estrutura militar. A escolha de uma praça<sup>9</sup> para dar nome a instituições é bem rara, em virtude de este ato ser costumeiramente privilégio do oficialato<sup>10</sup>. Assim, há uma simbologia implícita nessa homenagem, na qual o soldado representa a base da pirâmide hierárquica. Pode-se inferir, assim, que aquela instituição insular implicitamente almejava formar uma base, que poderia ser social, militar ou ambas, o que estava devidamente alinhado com a noção de progresso da Nação a partir dos preceitos marciais (disciplinária, civismo, moralismo e afins).

Acerca disso, é imprescindível que se destaque as personalidades (civis e militares) (Município, Estado e União) e as famílias “distintas” (Diário Oficial, 25/10/1933), presentes na inauguração da CRC, juntamente com Nogueira de Faria e família e Magalhães Barata. Não se pode tratar como mera coincidência ou formalidade o convite e o comparecimento do Interventor Federal do Pará, de prefeitos do Estado, deputados, desembargadores, juízes, oficiais militares, diretores, administradores, auditores, banqueiros, jornalistas e afins, que, durante os discursos, são caracterizados como “brasileiros verdadeiramente empenhados na consolidação da obra “revolucionária”, cujo advento assinalou o início da redenção nacional” (Diário Oficial, 25/10/1933).

A inauguração foi capa da edição do Diário Oficial de 25 de outubro de 1933, veículo de imprensa que estava oficialmente cobrindo o evento. A matéria sobre a cerimônia e a sua importância foi redigida com extenso texto e imagens da cerimônia e do pavilhão recém-inaugurado (Diário Oficial, 25/10/1933), sob o título “Colônia Reformatória de Cotijuba: A inauguração do Pavilhão ‘Soldado Pantoja’, ponto de partida de uma grande obra de alta finalidade social” (Diário

<sup>9</sup> “Praça” é como ficou conhecida a classe militar sem patente ou posto.

<sup>10</sup> “Oficialato” é denominação atribuída aos militares que ocupam um posto/patente.

Oficial, 25/10/1933), a chamada tenta imprimir a ideia de que se trata de uma instituição necessária e humanitária.

No Estado do Pará, lê-se: “Cotijuba! A ilha da redenção! Refugio de futuros chefes de família e defensores da Patria, na tua terra ha de germinar a semente fecunda de futuras e sadias gerações, e ha de sahir o exemplo do trabalho e do civismo, que honra e dignifica”, sendo que o direcionamento proposto pelo título agregado à “ilha”, redenção, simultaneamente propõe que aqueles que para lá seriam destinados necessitavam de auxilio, livramento, salvação. Com essa ideia, atrelava-se ao discurso o quão virtuoso era o projeto e o quanto os “menores” precisavam deste auxilio. Como bem descrito, daquela terra hão de sair “futuras e sadias gerações”, como se os sujeitos inseridos na realidade de pobreza, que era o foco do projeto, possuíssem alguma moléstia, alguma doença. A julgar pelo resultado esperado do processo de educação previsto para os “menores internados” na CRC, que era se tornarem “chefes de familia e defensores da Patria”, trabalhadores e livres do vício, a ausência desse processo resultaria em serem trasviados pelo mal para “o vicio, o crime”. Em outro ponto, ao exaltar as “boas “intenções” do Interventor Federal, Magalhães Barata, entre as quais estava “redimir do vicio e do crime” os menores que estavam em contato com indivíduos “perversos”, reafirmando uma ideia patológica da “delinquência”, e, com isso, tornando indispensável o claustro da ilha (Estado do Pará, 25/10/1933).

Durante a inauguração do Pavilhão Soldado Pantoja, Nogueira de Farias, usando da palavra, ressaltou seu percurso para angariar recursos para a materialização do projeto e enfatizou a forma como o Interventor Federal do Pará passou fazer parte do projeto, como um apoiador e colaborador material. No entanto, quanto a esses recursos, não fica claro o quanto

era do patrimônio privado de Magalhães Barata e o quanto era recurso público (Estado Do Pará, 25/10/1933).

Na data alusiva ao golpe de 30, a Folha do Norte traz matéria intitulada “24 de outubro - Data Triunphal da Revolução” (25/10/1932), em que frisou-se a destinação da instituição aos “menores abandonados e delinquentes”, coincidindo o termo adotado pelas reportagens do jornal Estado do Pará (25/10/1933), estabelecendo vínculo direto do discurso entre o estado de “abandono” e a “delinquência”, sendo o primeiro descrito por Nogueira de Farias como um estado econômico e social de carências de recursos materiais, descrito em 09 de janeiro de 1931 no Estado do Pará, na reportagem “Um officio do juiz de menores ao Capitão interventor, pedindo auxílio a autoridade para essa obra de grande alcance social”, já a delinquência seria um resultado direto dessa situação de pobreza.

Fica evidenciado o objetivo discursivo de induzir os leitores a enxergarem a CRC como parte da “Ilha da Redenção”, como obra assistencialista, sendo, portanto, uma obra de caridade, idealizada por um jurista preocupado com o futuro dos “menores” em situação irregular, afastando a vinculação da instituição como iniciativa da política de controle social do governo de Barata.

Ressalta-se, ainda, que, já em pleno funcionamento, Nogueira de Faria enfatiza os benefícios obtidos com o projeto da “Ilha da Redenção”, atribuindo à população uma “noção adiantada de civismo” e disciplina, onde encontravam-se crianças fortes com “semblante alegre” e dispostas ao trabalho, assim como obedientes às ordens vindas dos “superiores” (Estado do Pará, 11/08/1937). Ou seja, o trecho descreve uma magnífica ilha, capaz de forjar no povo os valores da Segunda República, onde a disciplina e o civismo fazem parte da vida

cotidiana dos moradores e as crianças estão felizes e “salvas” da criminalidade. Nesse sentido, a CRC teria conseguido criar um mundo ideal, dentro dos parâmetros dos “revolucionários de 30”, do qual esses “homens de bem” se orgulhavam.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, os resultados apontam que as práticas discursivas, no que tange à gênese da CRC, estão no campo de influência direta do governo de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Raymundo Nogueira de Faria, nos quais matérias sobre a CRC atuam na ênfase da necessidade de uma instituição que atue na “reforma de menores”, assim como exaltam o caráter assistencialista da instituição, ao mesmo passo em que os enunciados estão alinhados com o discurso positivista que confere à CRC a “missão de salvar os menores” e “auxiliar na construção do futuro da nação”, tudo isso composto por interditos e silêncios no que diz respeito ao controle social imbricado nesse projeto.

Posto isso, conclui-se que as informações publicadas pelos jornais analisados estão normatizadas por Magalhães Barata e Raymundo Nogueira de Faria, que criam o discurso base para construir a “necessidade” social de implementação da CRC, a fim de induzir o apoio da sociedade em prol do projeto de “reforma” como “solução” para a violência infanto-juvenil no Pará, principalmente nas etapas de idealização, captação de recursos e implantação, e que se estende por quase toda a primeira metade do século XX.

A narrativa jornalística estabelecia um controle do discurso que seguia um programa referendado pelo poder estatal de tal forma, que a construção de uma memória da sociedade do dado período definia elementos positivos e benéficos com



a implementação da CRC, fortalecendo o sentimento nacional vigente na construção de indivíduos por meio da disciplina, educando os “menores”, que eram considerados como um grande problema social. Da mesma maneira, diversas publicações da época indicavam que as autoridades deveriam deter por “vagabundagem” qualquer “menor” que vagasse pelas ruas sem ocupação. Sendo assim, a CRC atuaria em uma espécie de “missão civilizatória” em prol da “salvação” dos “menores abandonados e delinquentes”, ou apenas “deserdados de sorte”.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

Diário do Estado (1933).

Estado do Pará (1931-1933).

Folha do Norte (1931-1933).

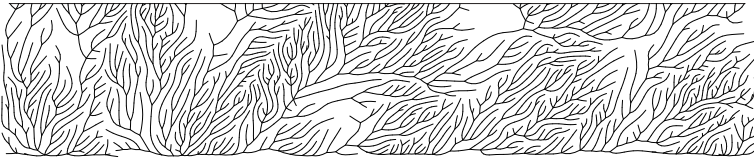
### BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

# ESTUDOS SOBRE IMPRENSA E LEITORES NA CIDADE DE CANAVIEIRAS-BA (1903-1913)



*Oslan Costa Ribeiro*

---

---

## INTRODUÇÃO

### *Lubrica*<sup>1</sup>

*Quando eu a vi, esbelta, fascinante,  
Entre flocos de sêda, entre brocados  
A passos lentos, bela, triunfante  
Por entre as galas dos salões dourados,*

*Tive sêde de amor... e a voz tonante  
Do desejo, do gozo, ali sonhados,  
A seus pés me levou rubro, offegante,  
A mente em fogo, os lábios ressecados,*

*Ainda arfavam de seu peito as aras,  
Do amor colhendo as melopéas raras,  
Quando a aurora, beijou-nos, sorridente:*

*E a carne della tanta vez beijada...  
Inda tinha na pele nacarada  
Uns pruridos de amor de um fogo ardente!*

*Benedicto A. Pereira Junior.*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Lubrica (Impresso sem o acento agudo na letra 'u' no jornal Monitor do Sul), ou, lúbrica (Conforme a grafia atual) é o feminino de lúbrico. O mesmo que: devassa, fraca, erótica, lasciva, libertina, voluptuosa, conforme: <https://www.dicio.com.br/lubrica-2>, acessado em 6 fev. 2023.

<sup>2</sup> MONITOR DO SUL, Ano II, nº 114, 3 de abril de 1903, p. 1, transcrito na grafia original, como as demais citações diretas neste artigo.

A partir dos estudos realizados na disciplina de História do Impresso, ofertada pelo PPGH/UFG em 2022.2, surgiu a necessidade de aprofundarmos a pesquisa em torno da história da imprensa e da leitura na cidade de Canavieiras, sul da Bahia, tomando dois jornais do início do século XX que utilizamos como fontes de pesquisa para o doutoramento: Monitor do Sul, que circulou entre 1903-1913, e, A Razão entre 1908-1912, para estudarmos, não os usando como fontes de informação sobre reflexos daquela sociedade cacauera dos anos 1900 e 1910, mas, como essa imprensa funcionou, seus objetivos, periodicidade, seus atores sociais, no caso jornalistas, chefe de redação, tipógrafos, e demais produtos, além do jornal em si, que eram impressos e comercializados na cidade e região. Por outro lado, nossa proposta também é de identificarmos a possível receptividade dos leitores, suas práticas de leituras, a que classes sociais e faixas etárias pertenciam.

Para tanto, debruçaremos na pesquisa de Cruz (2022) sobre o ensino primário no município de Canavieiras, entre 1889-1928, para entendermos o processo de alfabetização de crianças e adultos no recorte proposto, utilizando da análise de Roger Chartier sobre a história da leitura na França do século XVIII, muito pertinente ao que nos propomos argumentar, aguçando a pensarmos novas perspectivas de entendimento daquela, já canonizada pela literatura brasileira, como uma sociedade elitista, coronelista e patriarcal do cacau, que fez adequado uso da imprensa local para efetivação de seus jogos de poder e controle social da população do município sul baiano em questão.

## MONITOR DO SUL (1903-1913)

O jornal “Monitor do Sul”, foi pesquisado e catalogado através de anotações em fichas e fotografias digitais. A coleção do jornal compreende o ano II, do nº 114, de 5 de abril de 1903 ao ano XII, nº 709, de 21 de setembro de 1913, em exemplares bastante deteriorados, disponíveis à época (2011), no setor de periódicos raros, do acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade do Salvador. Nesta coleção não havia os números do ano de 1909, supomos que sua fundação tenha sido em 1902, e não sabemos até qual ano circulou na cidade de Canavieiras e região. Nos números do mês de abril de 1903, em seu cabeçalho, assim informava: “*MONITOR DO SUL – Propriedade de uma associação – Redactor-chefe: Dr. Eduardo Campos – Publicação nas Quintas-feiras e Domingos – Pagamentos adiantados.*”<sup>3</sup>. Eduardo Campos era médico e jornalista, foi redator e chefe do jornal até pouco antes de sua morte em 1908, quando aparece no cabeçalho do jornal novo proprietário Antônio Nunes, e como redator “vários”.

No cabeçalho do jornal “Monitor do Sul” em um número do ano de 1908, continha informações importantes sobre seu expediente: proprietário, redatores, endereço postal e telegráfico, número da tiragem, e, lema (slogan): “*Folha consagrada aos interesses do município*”, logo abaixo propaga que é o jornal de maior circulação no sul da Bahia, oferecendo serviços tipográficos de diversas qualidades. No ano de 1910, o “Monitor do Sul” modifica seu *slogan* acrescentando que, além de ser um órgão consagrado aos interesses do município de Canavieiras, também era de toda a região sul do estado da Bahia, dando sinais de que era distribuído e lido em outras cidades da região. Nos anos seguintes 1911, 1912

---

<sup>3</sup> MONITOR DO SUL – Ano II, nº 115, de 9 de abril de 1903.

e 1913, continua publicando com a mesma organização e diagramação. Chama-nos a atenção, que entre 1903-1913, não existe a publicação de imagens fotográficas em seus números, somente adornos tipográficos, xilografuras voltadas para propaganda de lojas ou de produtos específicos (Figuras 1 e 2), como da Padaria Rosita, de propriedade de Francisco Marinho da Costa<sup>4</sup>, Loja Guerreiro, tendo como representante Januário de Oliveira.<sup>5</sup>

A imprensa foi o importante símbolo de avanço no início do século XX, com a fundação do jornal “Monitor do Sul”, provavelmente em 1902, fazendo com que a Canavieiras do novo século que se iniciava, fosse introduzida nos planos de progresso, que tanto permeava o imaginário dos políticos e elites locais e regionais à época. A cidade que já contava com o serviço telegráfico, e obviamente, o postal – não sabemos desde quando – mas, a partir de então tinha um jornal local, complementado com as notícias do Brasil e do mundo, através dos jornais da cidade da Bahia<sup>6</sup> e do Rio de Janeiro, que chegavam pelos navios que atracavam no porto de Canavieiras semanalmente, trazendo e levando passageiros, mercadoria e escoando o cacau para o porto de Ilhéus e de lá para o mundo.

Essa sociedade e seu cotidiano é que estão presentes nos números de o “Monitor do Sul, entre 1903-1913, em notícias em geral, notas sociais e religiosas, de festejos carnavalescos, prestações de contas e propagandas comerciais. Também existiu espaço para polêmica, como o caso do Vigário Badaró em 1903, e do vazamento do relatório canônico escrito pelo vigário e entregue a D. Jerônimo, arcebispo da Bahia, em visita pastoral a Canavieiras, no qual constava a insatisfação do

---

<sup>4</sup> MONITOR DO SUL, Ano III, nº 262, 15 de setembro de 1904, p. 4.

<sup>5</sup> MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 674, 15 de dezembro de 1912, p. 4.

<sup>6</sup> Como os baianos do interior do estado se referiam, ou ainda se referem à capital: cidade da Bahia, cidade de São Salvador da Bahia, cidade do Salvador, ou simplesmente, Salvador.

vigário Badaró com os fiéis canavieirenses, fato que tal conteúdo vazou e se espalhou pela cidade. Resultando em confusão, bate-boca, abaixo-assinado ao arcebispo da Bahia exigindo a saída do vigário Badaró da Freguesia de São Boaventura do Poxim, artigos de protestos contra o vigário publicados no “Monitor do Sul”, culminando com a remoção do vigário de Canavieiras por ordem do arcebispo.

O “Monitor do Sul” também era veículo de denúncias contra práticas execradas pelas elites política e eclesiástica, sempre no discurso de manter a ordem e os bons costumes na cidade. Parece-nos, neste caso, em Canavieiras, que a questão da secularização da sociedade e laicização do Estado, se arrefecia, quando o propósito era de perseguir o que fugia do arquétipo da religiosidade cristã. Em alguns números de 1903, foram verificadas notas contra as rodas de samba, movimentação na zona de prostituição, e até, da existência do Candomblé, assim noticiado em primeira página:

Relato de pessoas criteriosas (afirmam)<sup>7</sup>, que no Jundiahy, funciona um candomblé, que já vem arrastando mães de família, esposas e virgens de confabulações de tão deponente e selvagem espetáculo<sup>8</sup>. O alferes Cova, zeloso como tem sido no empenho de seus deveres, procurará exterminar tal assembleia. (MONITOR DO SUL, Ano II, nº 186, 20 de dezembro de 1903, p. 1).

Canavieiras era uma sociedade para poucos, o jornal “Monitor do Sul” testemunhava em seus números notícias da elite, representada na religião, nos festejos cívicos e carnavalescos. Essa mesma elite, fazia questão de terem seus nomes estampados nas notícias, em busca de uma maior publicidade e reconhecimento social. A maioria das notícias publicadas no recorte de 1903-1913 são de cunho cultural e religioso, como

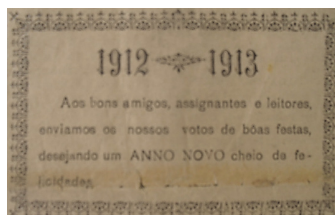
<sup>7</sup> Grifo nosso.

<sup>8</sup> Optamos por manter a grafia original do documento.

exemplo: carnaval, Semana Santa, festa do 2 de Julho<sup>9</sup>, festa de São Boaventura, festa de padroeiro nas fazendas.

Críticas ao lastimável estado de conservação da antiga igreja matriz de São Boaventura e a fundação do Apostolado da Oração na Freguesia de São Boaventura do Poxim (1903), campanha de construção da igreja da Capelinha (1904), alerta sobre a epidemia da varíola (1905), os dois anos da existência da Igreja presbiteriana em Canavieiras (1906), o cometa Halley (1907), a morte de Eduardo Campos, dono do jornal “Monitor do Sul” (1908), fundação do Instituto Imaculada Conceição e da chegada da imagem do Sagrado Coração de Jesus da Europa (1910), chegada dos padres para realizar missão e a benção da primeira pedra fundamental da nova igreja matriz de São Boaventura (1911), apelos do padre Justino José de Sant’Anna para angariar doações para se construir a nova matriz, e, publicação da resolução nº 191, de 8 de julho de 1912, doando do município para a Igreja novo e amplo terreno para a matriz que se estava construindo (1912), notícia sobre construção de teatro na cidade, mais artigos de apoio à construção da nova igreja matriz, publicação de balancetes das doações já recebidas (1913).

**FIGURA 1 - Mensagem de Ano Novo do “Monitor do Sul” aos assinantes e leitores.**



**Fonte:** MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 676,

1º de janeiro de 1913, p. 1. Foto: Oslan Costa Ribeiro (2011).

<sup>9</sup> Data magna baiana, 2 de julho de 1823 – Término da guerra da independência do Brasil na Bahia.

Foram acontecimentos que refletem o que essa sociedade vivia, ou, ao menos, o que ela fazia questão de publicizar. As fontes hemerográficas aqui relatadas, longe de imparcialidade, mostrava o que era de seu interesse nas páginas do “Monitor do Sul”, refletiam seus preconceitos, o modelo de sociedade ideal que buscavam manter e transformar com benesses para um grupo restrito.

### A RAZÃO (1908-1912)

“A Razão” surgiu em 1908 e concorria com o “Monitor do Sul” em Canavieiras. Se dizia propriedade de “uma *empresa*”, tendo por gerente João Espinheira da Costa, tendo por lema “*Orgam* político e noticioso”. Em 1909 denuncia abertamente o negacionismo do poder público municipal, que afirmava a erradicação da epidemia de varíola em Canavieiras, quando o jornal denunciou a morte de mais pessoas da mesma doença, e ainda ameaçou provar diante das autoridades o que havia publicado. Em 1912, último exemplar encontrado, já assumia também, como lema “Orgam do Partido Republicano”. Tudo indica que políticos do partido Democrata Republicano, do partido Republicano Conservador, e finalmente partido Republicano, são o mesmo grupo partidário, mudando somente de nome, conseqüentemente, fundando jornais como “O Seabrista” (1909-1910), transformado em “A Democracia” (1910-1911), depois, comprando e refundando o jornal “A Razão”, a partir de 1912, ano da sua última edição encontrada.

As notícias de ‘A Razão’ viam na mesma linha editorial do jornal “Monitor do Sul”, notícias do escol social (aniversários, festa de bodas, aviso de partidas e chegadas de viagens, etc.), além de notícias eclesíásticas católicas, de artigo contra



o protestantismo – recém-chegado na cidade em 1906 com a instalação da Igreja presbiteriana – festas religiosas católicas e populares como o carnaval, também notícias sobre a epidemia da varíola entre 1909-1911 na cidade e região, com conselhos de médicos de como a população deveria para evitar contágio, a fundação do leprosário e a consequente estigmatização dos doentes e de quem teve a doença e foi curado. Foi também no jornal “A Razão” que encontramos informações sobre a fundação em 1909, do Instituto Imaculada Conceição, escola confessional católica fundada pelo cônego Joaquim Ayres de Almeida, junto com seu irmão, o padre Francisco Ayres de Almeida – ambos sacerdotes seculares do clero da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, sob a direção da irmã deles, Brasília Ayres de Almeida.

### **LEVANTAMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO E LEITORES NA CIDADE DE CANAVIEIRAS**

Instituto Immaculada Conceição

Comunico aos srs. paes de família que este novo estabelecimento de educação e instrução primária, e secundária nas duas primeiras séries possui para o ensino de prendas (bordado a ouro etc.) pessoa habilitada, a qual vae se dedicar exclusivamente a esse fim.

No Instituto, que tem como lentes e auxiliares os revmos cônego Joaquim Ayres de Almeida, padre Francisco Ayres de Almeida, preparam-se os alumnos do curso primário para o exame de admissão ao curso secundário, para o exame da respectiva série no Gymnasio Estadual.

As matérias leccionadas são as seguintes: curso completo de Religião, portuguez, francez, inglez, latim, arithimetica, álgebra, geometria, geographia, história sagrada, história do Brasil e Universal, sciencias phisicas e naturaes, desenho, prendas, solfejo e piano, civilidade.

A contribuição mensal dos alunos será feita segundo o curso e as aulas que frequentarem.

Cannavieiras, Maio de 1909.

A Directora, Brasília Ayres de Almeida. (A RAZÃO, Ano II, nº 78, de 15 de maio de 1909, p. 2).

Tomando como exemplo a fundação do Instituto Imaculada Conceição, colégio católico, que nos parece voltado mais à formação de meninas e moças, embora não reflita isso na citação acima, sabia-se que, segundo Cruz (2022), “ofertava a abertura de vagas contemplando o ensino “primário, complementar e secundário”<sup>10</sup>. Cruz (2022) narra, embora saliente que o tema requer mais estudo, que no período da Primeira República no município de Canavieiras, o número de instituições de ensino público e particular mudava constantemente ao passar dos anos, “isso se explica por vários fatores, a amplitude do território municipal, a dificuldade de acesso aos povoados devido as péssimas condições das estradas, a falta de docentes, a relativa escassez de material didático, dentre outros.”. Segundo Cruz (2022), são elementos significativos para entendermos a possibilidade do impacto negativo na alfabetização de crianças e adultos, entre as décadas de 1910-1920, que, provavelmente, atingia a metade da população local.

Outro levantamento importante ressaltar é que entre 1902-1907, havia, tanto na sede quanto no interior do município cinco estabelecimentos de educação públicos: uma escola feminina, outra masculina, e outra de formação complementar na cidade, uma no povoado do Jacarandá às margens do rio Pardo, e um no povoado praieiro da Atalaia, segundo Cruz (2022)<sup>11</sup>. Em pesquisa nos livros de registros de casa-

<sup>10</sup> Almanak Laemmert, 1922, p. 2549 – 2550.

<sup>11</sup> *In*: “Livros de Portaria da Intendência Municipal de Cannavieiras”, depositados no Arquivo Municipal Evandro Alcântara – Canavieiras, Bahia.

mento da Freguesia de São Boaventura do Poxim, realizados na antiga igreja matriz na cidade, quanto nas capelas de povoados e fazendas no interior do município, entre 1899-1913, foi verificado que os noivos com idade entre 19-25 anos, e das noivas com idade entre 16-23 anos, constava a assinatura de ambos, com caligrafias diferentes nas assinaturas. Claro, que não podemos testemunhar se foram os próprios noivos que assinaram os assentamentos matrimoniais da Igreja, mas, podemos entender que ao menos mulheres e homens entre 16-25 anos, que chegaram a casar na Igreja entre 1899-1913, tinham a capacidade de assinar o próprio nome em Canavieiras. Essa análise foi baseada em Roger Chartier, que diz:

“Isto supõe, inicialmente, que se pudesse mensurar o tamanho da população capaz de ler na sociedade antiga. Ao contar as assinaturas nas atas de casamento, os estudos clássicos da alfabetização pensaram ter respondido à questão, identificando a porcentagem da população alfabetizada, apta a ler e escrever, com aquela dos grupos que sabiam assinar. Uma tal equivalência, globalmente verdadeira para o século XIX, merece revisão para o Antigo Regime, em que o número de leitores potenciais é, sem dúvida, mais elevado, talvez muito mais elevado, do que permite supor a contagem das assinaturas.” (CHARTIER, 2011, p. 79).

Essa metodologia não abrange, por exemplo o nível da alfabetização das crianças no recorte de 1903-1913, não há fontes disponíveis, não poderíamos utilizar-nos de documentos eclesiásticos, por exemplo, livro de registros batismais, pois a assinatura que consta nos assentamentos é o do padre que oficiou o sacramento. Serviria apenas para um levantamento censitário de crianças nascidas vivas nesse período em Canavieiras. Das possíveis fontes das escolas públicas e particulares, como livro de registro de matrículas, ainda são inexistentes, ou

se perderam durante o século XX, devido as péssimas condições de preservação documental do arquivo municipal de Canavieiras, que foi e ainda é a realidade da maioria dos arquivos públicos das três esferas da República brasileira, infelizmente.

Mesmo assim, o próprio Chartier discorda de tal metodologia, tanto para análise de pessoas alfabetizadas e capazes de ler no Antigo Regime – foco de sua pesquisa – quanto às mesmas pessoas em levantamento para os séculos XIX e XX. Existe, também o terrível risco da generalização de que homens e mulheres entre 1899-1913, se foram capazes de assinar abaixo do assentamento matrimonial, supostamente eram leitores e leitoras da imprensa em Canavieiras. Vejamos o exemplo da poesia “Lubrica”, ou melhor “Lúbrica” de Benedicto A. Pereira Júnior, citada na íntegra no início deste artigo, publicado originalmente na primeira página da edição do Monitor do Sul em abril de 1903. Poema de cunho lascivo e sexual, onde a figura feminina é posta com um fruto desejado a ser consumido – entendimento comum à época – mas, para uma cidade pequena e coronelista cacauera do início do século XX, é uma publicação ousada e voltada para o público masculino, o que podemos entender que as mulheres (crianças e adultas) não tinham acesso a esse tipo de leitura com facilidade, mesmo se tratando de um jornal que saía às quartas e sábados inicialmente.

Sobre o conteúdo publicado pela imprensa, devemos nos ater a criticidade às fontes hemerográficas, para não aceitarmos de cara o que se lê como palavra final, verdade irrepreensível sobre uma narrativa encontrada e que corrobora como um responso litânico<sup>12</sup> das problemáticas postas na pesquisa em História. Devemos sempre investigar e pensar nas

---

<sup>12</sup> Palavras pronunciadas ou cantadas em coro na Igreja católica, com textos baseados na Bíblia, na Tradição, no Magistério Eclesiástico, ou, simplesmente de cunho devocional, acreditado como verdades irrepreensíveis da Fé.

mensagens subliminares que é próprio, principalmente nos artigos de opinião. Os jornais de Canavieiras não escapam dessa preocupação levantada por Luca (2015), pois, os periódicos pesquisados eram chefiados sim, por partidos políticos, grupos econômicos anônimos, e por personalidades de grande vulto social na elite cacauera de Canavieiras, consecutivamente, seus consumidores e leitores. Em cada discurso publicado poderá existir jogadas políticas, em meio ao processo de secularização da sociedade, e, que, de certa maneira, influenciaram diretamente no decorrer do processo construtivo de uma nova igreja matriz, por uma cidade regenerada, uma cidade bela e moderna, mas, que não poderia aceitar nesse processo a emancipação feminina, legado à elas – crianças, moças, mulheres, o papel restrito de acúmulo cultural (estudo de prendas, línguas, canto e música) para o recesso do lar, no máximo, em saraus familiares ou em atos religiosos na velha igreja matriz de São Boaventura à Praça do Paço.

**FIGURA 2 - Anúncio de serviços tipográficos do “Monitor do Sul” em sua oficina na cidade de Canavieiras-Bahia, em 1904.**



**Fonte:** MONITOR DO SUL, Ano III, nº 236, 16 de junho de 1904, p. 4.

**Foto:** Oslan Costa Ribeiro (2011).

Prosseguindo sobre ter jornais como fontes históricas, Barros (2020), nos apresenta mais um pertinente procedimento metodológico sobre a diferença que separa os dois mundos jornalísticos:

Quando temos jornais como fontes históricas, um primeiro procedimento para delimitar o lugar de produção de nossas fontes é situá-las em relação a estas grandes “unidades de época” que separam dois mundos jornalísticos: o mundo voluntarioso e mais regular nos jornais opinativos e polemistas ainda com impressão em pequena escala, contando com equipes pequenas para a sua elaboração (às vezes apenas um ou dois jornalistas), e o mundo jornalístico em que assume o centro do cenário uma Grande Imprensa, com seu maquinário, capaz de produzir impressão em larga escala e abarcar um universo muito amplo de leitores, e já com uma sofisticada divisão de trabalho expressa por uma agitada redação da qual participam muitos jornalistas, profissionais e técnicos. (BARROS, 2020, p. 67).

No caso do jornal “Monitor do Sul” seria entre 1902-1908, um jornal de circulação mais local, com pequena oficina e equipe reduzida, pois de 1908-1913, já expunha em seu cabeçalho que seria “o jornal de maior circulação no sul da Bahia”. Segundo a citação de Barros (2020), o “Monitor do Sul” durante sua existência na cidade de Canavieiras, de 1902-1913, tramitou nesses dois mundos do jornalismo, começou modesto e depois ampliou sua estrutura física com maquinário e pessoal mais qualificado, sendo a tipografia, não sabemos se era a única, de maior procura na cidade de Canavieiras e região. Decerto, à realidade de Canavieiras, o “Monitor do Sul” alcançou uma magnitude de produção e de circulação muito grande, mas, não se comparava aos grandes jornais de Salvador, o modelo a ser seguido e alcançado em qualidade e excelência de produção jornalística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros passos em busca do conhecimento sobre o nível de alfabetização da população de Canavieiras no período da Primeira República (1889-1930), foi um importante elemento para identificarmos os leitores, possivelmente leitoras, dos jornais “Monitor do Sul” e “A Razão”, embora careça de fontes e de outros estudos, principalmente, sobre a história da educação em Canavieiras, para fundamentarmos essa problemática, o que aqui foi posto já abre um leque de possibilidades para pesquisa sobre o papel da imprensa e de seus leitores. Mais que consumidores, alguns homens leitores, eram escritores e profissionais liberais de formação avançada nas faculdades na cidade da Bahia ou do Rio de Janeiro.

Era a época em que a monocultura cacaueteira alcançou o apogeu de valorização do mercado internacional, fazendo com que o enriquecimento de alguns poucos coronéis fizesse abrir a simples cidade portuária de Canavieiras, ao que melhor no mundo pudesse ser adquirido com dinheiro, dentre esses elementos tão perseguidos pela elite cacaueteira estava a melhor formação educacional de seus filhos – os “machos” eram enviados para fora: Salvador, Rio, São Paulo, Recife, Lisboa ou Paris, para serem doutores (médicos, advogados, engenheiros) – e, também um padre na família era necessário, pois era grande sinal de status, pois a Igreja, mesmo na República ainda era um poder reconhecidíssimo na sociedade.

Às filhas cabiam a educação para serem formadas em esposas e mães prendadas, raro o caso de irem estudar fora, quando iam era no máximo para estudarem no colégio interno para moças das Irmãs Ursulinas em Ilhéus e Salvador<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Instituições católicas de educação no estado da Bahia, de iniciativa privada e confessional, pertencente à UROSU (União Romana da Ordem Santa Úrsula – Irmãs Ursulinas), instituição internacional fundada em 1535, por Santa Ângela Mérci (1474-1540), em Brescia, na

Aprender a declamar, cantar e tocar um instrumento musical clássico – piano, órgão ou cravo – para as benesses de entretenimento do lar com o esposo e filhos, no máximo, na Igreja e só. Isso, era o que a elite econômica do cacau poderia oferecer aos filhos. As famílias pobres de Canavieiras e região foram apagadas desses processos, nem na imprensa se tem notícia de alguma escola pública que foi aberta e mantida pela municipalidade para atender a essa gente.

Na imprensa só se dava espaço para noticiar a abertura de escolas do nível oferecido pelo Instituto Imaculada Conceição, em 1909, mesmo sendo uma instituição fundada por dois padres irmãos de sangue, até o momento não se tem fontes que apontem para o lado filantrópico da instituição confessional católica. Segundo Cruz (2022), em Canavieiras, “entidades filantrópicas como a Loja Maçônica ‘União e Caridade’ e a Colônia de Pescadores Z-20 contribuíram para o acesso à educação das classes populares”. Entre 1902-1907, apenas três escolas públicas na cidade e duas no interior município, nos aponta o descaso do poder municipal com a educação das crianças no início do século XX. Dentre as entidades filantrópicas educacionais apontadas por Cruz (2022), a Igreja não constava com nenhuma obra para atender a população pobre de Canavieiras nesse quesito.

O melhoramento ao acesso ao processo de alfabetização em Canavieiras começaria a se transformar em fins dos anos 1920 em diante. Os leitores e poucas leitoras da imprensa eram restritos ao pequeno grupo da elite econômica e política de Canavieiras, em sua grande maioria do sexo masculino e de meia idade. Nas fontes não foram encontradas nenhuma

---

Itália. Aqui no artigo nos referimos a três instituições ursulinas na Bahia: o Instituto Nossa Senhora da Piedade em Ilhéus, fundado em 1916 e continua em pleno funcionamento, e em Salvador, o Colégio Nossa Senhora das Mercês, no centro da capital, fundado em 1735, funcionou 287 anos, fechado definitivamente em 2022, e o Colégio Nossa Senhora da Soledade, no bairro da Liberdade, fundado em 1739, e também, em pleno funcionamento.



menção da existência de uma livraria ou de livreiros trabalhando no recorte de 1903-1913. Biblioteca pública somente foi instituída em meados dos anos 1960, tendo por nome e patrono o médico, professor e político baiano Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947), que nas décadas de 1930-1940 muito frequentou o meio político e cultural da cidade.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

Jornal **A Razão**, Cannavieiras, Bahia (1908-1912);

Jornal **Monitor do Sul**, Cannavieiras, Bahia (1903-1913);

Livros de assentamentos matrimoniais da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, Bahia (1899-1913);

### BIBLIOGRAFIA

BARROS, J. D'A. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020, 274 p.

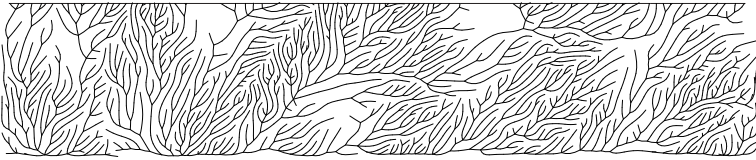
CHARTIER, R. Do livro à leitura. *In*: CHARTIER, R (Org.). **Práticas da leitura**. 5ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77-115.

CRUZ, R. L. Educação primária em Canavieiras, BA (1889-1928). **Revista Semina** (UPF). 2023. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/issue/view/818>. Acesso em: 1 jun. 2023.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

SOUSA JÚNIOR, J. P.; RIBEIRO, O. C. Festejos religiosos, cívicos e carnavalescos noticiados pelo jornal 'Monitor do Sul' na cidade de Canavieiras-Bahia (1903-1913). *In*: SOUSA JÚNIOR, J. P.; RIBEIRO, O. C. (Orgs.). **A pesquisa em história por meio das fontes hemerográficas**. Belém: Cabana, 2021, p. 114-146. Disponível em: <https://www.editoracabana.com/files/ugd/e2a408c100905145ad4a91a76807c9d90575f6.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

# “A BOA SEMENTE QUE SE ATIRA AO VENTO”<sup>1</sup>: O JORNAL CATÓLICO SANTUARIO DA TRINDADE (1922-1931) E O COMBATE AOS INIMIGOS DA RELIGIÃO EM GOIÁS



*Paulo Afonso Javares*

---

---

## INTRODUÇÃO

**A**té meados do século XIX, a Igreja Católica improbava a subversão presente na imprensa escrita e recomendava a seus fiéis que não lessem determinados livros e periódicos. No entanto, esse cenário modificou-se desde a abertura proposta por Roma como enfrentamento à imprensa laica, anticlerical, a “má imprensa”. Contra ela, lançou-se a “boa imprensa” (PAULA, 2019).

No Brasil, a contar de meados do século XIX, movimentos inspiradores da Proclamação da República organizavam-se em clubes de discussão e na imprensa, com a publicação de folhetos, jornais e revistas para a divulgação de suas convicções. Paralelamente, movimentos de origem europeia (anarquismo, socialismo, liberalismo, entre outros), advindos com a chegada de imigrantes ao território brasileiro, também

<sup>1</sup> A citação está no início do último parágrafo da seção “Reflexões”, página 2, da primeira edição do Santuario da Trindade.

passaram a divulgar suas ideias por meio da imprensa. Essas publicações, sob a ótica dos clérigos católicos, enquadravam-se como “má imprensa”, porquanto divulgavam concepções com aspectos anticlericais. Em resposta a elas, os papas incentivaram a criação de periódicos a serviço da Igreja Católica, uma imprensa saudável, porta-voz das doutrinas da igreja para os católicos. Assim, para a disseminação dessas publicações no Brasil, criou-se, em 1910, o Centro da Boa Imprensa, órgão que contribuiu para o desenvolvimento da imprensa católica no país (PAULA, 2019).

Dentro desse contexto, várias pesquisas (GONÇALVES, 2008; RIBAS, 2011; BORIN, 2013; SILVEIRA, 2013; AMARAL, 2014; GALVÃO, 2014; PAULA, 2018; SILVA, 2021) têm-se debruçado sobre jornais, periódicos, revistas, informativos, entre outras publicações a serviço da Igreja Católica, para examinar a produção de discursos (sobre a família, a mulher, a fé cristã, etc.) que buscavam influenciar não só os cristãos, mas o conjunto da sociedade brasileira.

Neste artigo, tem-se com fonte de estudo o jornal *Santuário da Trindade* (1922-1931). Esse periódico foi muito importante para a Igreja Católica em Goiás, uma vez que era o único jornal católico em circulação no período compreendido entre 1922 e 1931, além de ser, à época, o principal veículo de comunicação e combate religioso da Igreja Católica no estado de Goiás (GOMES FILHO, 2018). Dessarte, objetiva-se analisar a atuação do periódico *Santuário da Trindade* como um representante da “boa imprensa” em Goiás no período compreendido entre os anos de 1922 e 1927, além de explicitar e descrever as críticas proferidas contra outras doutrinas religiosas que a católica, quais sejam o protestantismo, a maçonaria e o espiritismo.

Esta investigação, que adota uma abordagem qualitativa, justifica-se pela importância da imprensa enquanto

meio de disseminação de diferentes ideias por diversos grupos políticos, culturais, sociais e religiosos e pela necessidade de compreensão das configurações das sociedades em determinados períodos históricos. Para o alcance dos objetivos traçados, adota-se a análise documental e a pesquisa bibliográfica.

Segundo Dubey e Kothari (2022), a abordagem qualitativa baseia-se na avaliação subjetiva de atributos, motivos, opiniões, desejos, preferências, comportamentos, etc. A pesquisa em tal situação está uma função de percepções e impressões do pesquisador. Quanto à análise documental, trata-se de um processo que envolve a identificação, a verificação e a consideração de documentos que se relacionam com o objeto ou assunto investigado (RICHARDS; HEMPHILL; WRIGHT, 2023). No caso do presente artigo, analisam-se edições do periódico católico goiano *Santuario da Trindade* publicadas no período 1922-1927, com a finalidade de identificar e explicitar o(s) objetivo(s) do jornal e as críticas emitidas relativamente ao protestantismo à maçonaria e ao espiritismo.

No que tange à pesquisa bibliográfica, Silverman (2015) observa que ela utiliza recursos secundários onde o tema é fornecido por diferentes autores (ou seja, livros, revistas, artigos). Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em diferentes publicações, na busca de informações pertinentes sobre as relações entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica, a “boa imprensa” e a atuação do jornal *Santuario da Trindade* em Goiás.

### **IGREJA CATÓLICA: QUEDA DA MONARQUIA E INÍCIO DA REPÚBLICA**

No Brasil, as relações entre o Estado e a Igreja Católica eram antigas e vinham desde o período colonial. O ca-

tolicismo era considerado a religião oficial do país e a Igreja Católica, pelo regime do padroado, estava incluída na malha institucional do Estado. Dessa forma, a Coroa portuguesa tinha o direito de cobrar e administrar os dízimos eclesiásticos, isto é, a taxa de contribuição dos fiéis para a Igreja. Além disso, o monarca português, como grão-mestre da Ordem de Cristo, era quem escolhia o governo das dioceses, paróquias e outros benefícios eclesiásticos, assim como era quem se ocupava da construção e conservação dos edifícios de culto, da remuneração do clero e da promoção da expansão da fé cristã. Nesse contexto, ao papa cabia-lhe apenas confirmar as atividades religiosas do rei de Portugal (HOORNAERT, 2008).

Entre 1869 e 1870, convocado pelo papa Pio IX, teve lugar, em Roma, o primeiro conselho ecumênico do Vaticano (I Concílio Vaticano), no qual se definiu como dogma da fé a doutrina da infalibilidade papal (PAULA, 2018). Nesse contexto, a longa relação entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro que, naquele momento já mostrava sinais de esgotamento, abalou-se ainda mais com a Questão Religiosa na década de 1870 (PAULA, 2018), consequência da “[...] colisão do galicanismo, jansenismo, liberalismo, maçonaria, deísmo, racionalismo e protestantismo, todos vagamente ‘aliados’ contra o conservantismo e ultramontanismo da Igreja Católica do Século XIX” (VIERA, 1980, p. 27).

Durante o império, a Igreja Católica estava em uma condição muito precária, do ponto de vista espiritual, político e econômico. Em relação ao primeiro aspecto, afirma-se que o clero católico brasileiro tendia a ser ignorante ou heterodoxo (jansenista), envolvido em política, negligente em seus deveres espirituais e flagrante violador das regras do celibato. Quando ao aspecto político, destaca-se que o uso e o abuso do direito de padroado da Coroa enfraqueceram ainda mais a indepen-

dência da igreja. Esse enfraquecimento político verifica-se na subserviência do clero ao Governo, em troca de cargos públicos. Do ponto de vista econômico, a fraca condição da Igreja estava intimamente ligada ao fato de todo o clero ser pago pelo Estado: a despeito da inflação e do aumento do custo de vida, as cômputas tendiam a ser exíguas e permaneciam as mesmas durante muitos anos (VIEIRA, 1980).

Nesse contexto, o governo imperial queria reformar a igreja e nomeou uma série de bispos reformadores bem educados. Embora esses bispos concordassem com o governo sobre a necessidade de reforma, eles não compartilhavam das opiniões de Pedro II sobre a subserviência da Igreja ao governo e foram influenciados pelo ultramontanismo, que enfatizava a lealdade ao papado sobre a lealdade aos poderes civis (BARMAN, 1999). De acordo com Vieira (1980),

[a] década de 1860 [...] assistiu o auge da luta do Papa Pio IX contra o liberalismo, e a reafirmação dos valores tradicionais da Igreja Católica, expressa pela *Encíclica Quanta cura* e o *Syllabus* (1864). Foi no fim dessa década que o Papa foi eventualmente declarado infalível em todas as matérias relacionadas com fé e ética. Todas as bulas, encíclicas, alocuções e constituições até então fulminadas contra o liberalismo e a maçonaria, tão-somente serviram para confirmar a decisão dos liberais e maçons de não apenas continuar a controlar a Igreja brasileira e mantê-la subserviente ao Estado, como também intensificar a hegemonia do Estado sobre a mesma. (p. 372, grifos do autor)

Com a derrubada da Monarquia, era de mister afastar instituições herdadas do Império, mediante a elaboração de uma nova Constituição. Na Constituição de 1891, entre outras mudanças, houve a “separação entre Igreja e Estado, com o catolicismo deixando de ser a religião oficial. Isso, entretanto, não significou que a Igreja Católica deixou de ter

influência, política e moral, na sociedade brasileira” (NAPOLITANO, 2016, p. 25). Com isso, a Igreja Católica, livre das amarras do padroado, tinha autonomia para a nomeação de clérigos e criação de dioceses e paróquias e buscava formas de manter-se na vida da população, mediante a presença em festas, inaugurações, desfiles cívicos, formaturas, com o fito de monopolizar o campo religioso brasileiro (MICELI, 2009).

Como se sabe, as religiões são produtoras e legitimadoras de realidades sociais e, como tal, elaboram padrões normativos para guiar a vida de seus fiéis. Dentro do contexto da queda da Monarquia e Proclamação da República, ideais anarquistas, socialistas, positivistas e sindicalistas, circulavam pelos clubes e na imprensa. Essas ideias, sendo de cunho anticlerical, provocaram uma reação da Igreja Católica, que se viu na obrigação de enfrentá-las por meio de uma imprensa religiosa, na qual buscava reforçar aos fiéis a postura e os conceitos da Igreja. O papa Leão XIII (1878-1903), por exemplo, na carta encíclica *Dall'alto Dell'Apostolico Seggio*, de 15 de outubro de 1890, aos bispos, ao clero e ao povo da Itália, declara o seguinte:

[...] vendo que o principal instrumento empregado por nossos inimigos é a imprensa, que em grande parte recebe deles sua inspiração e suporte, é importante que os Católicos se oponham à imprensa maligna por uma imprensa que seja boa, para a defesa da verdade, nascida do amor à religião, e para sustentar os direitos da Igreja. Enquanto a imprensa Católica estiver ocupada em deixar nus os desígnios pérfidos das seitas, em ajudar e defender as ações dos sagrados Pastores, e em defender a promover as obras Católicas, é dever os fiéis suportar eficazmente esta imprensa, - recusando ou cessando de favorecer de qualquer modo a imprensa maligna; e também diretamente, concorrendo, tanto quanto cada um possa, para ajudá-la a viver e florescer: e neste assunto Nós pensamos que até agora não foi feito o suficiente na Itália.

## O JORNAL *SANTUARIO DA TRINDADE*

O jornal *Santuário da Trindade*, a cargo dos redentoristas, entrou em circulação entre os bispados de D. Prudêncio e D. Emanuel Gomes de Oliveira, em Campininhas das Flores (atual bairro de Goiânia). Foi lançado no dia 1 de julho de 1922 e teve a sua última edição em 1 de julho de 1931. Seu fundador foi o padre João Batista Kiermaier, o qual havia sido editor do *Santuário d'Apparecida*, em Aparecida, São Paulo, de 1904 a 1921 (GALVÃO, 2015). Os redentoristas tornaram-se referências principais do catolicismo em Goiás, no combate ao protestantismo, ao espiritismo e à maçonaria por meio do jornal *Santuário da Trindade*, único jornal católico atuante na década de 1920 (ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016).

Em relação ao aparecimento do *Santuário da Trindade*, o padre Conrado Kohlmann, cronista de Campinas no período, declara o seguinte

por ocasião da festa em Trindade, apareceu nosso novo jornal “Santuário da Trindade”, que será um verdadeiro apóstolo para o pobre Goiás, **um baluarte contra o protestantismo e o espiritismo**, que aos poucos vão se infiltrando neste Estado; **um grito na luta contra a maçonaria**, que logo investiu contra esta jovem planta de Campinas, mas lhe foram rechaçados com energia. Dizem que não é sem influência do Santuário da Trindade que o grão-mestre da maçonaria será transferido, isto é, jogado para fora de Goiás. Lá na cidade foi construída uma pequena casa para o jornal, bonitinha até (ÂNUAS *apud* GALVÃO, 2015, destaques adicionados).

Por esse ângulo, o jornal funcionava como uma espécie de arma contra as manifestações contrárias à fé católica, que progressivamente ganhavam espaço em Goiás. Os diversos diretores tencionavam formar uma sorte de opinião pública entre



os leitores do periódico, haja vista que as matérias pareciam falar em nome de toda a sociedade, denotando, amiúde, que existia um consenso geral relativo a diferentes assuntos. Desarte, quando se contestava alguma matéria, oportunizava-se o reforço dos pressupostos religiosos, mediante a demonstração de que a comunidade pensava de tal ou qual forma, em acordo com as ideias do periódico. Isso levava à concepção de um laço social em torno das questões religiosas, em que a opinião pública era incentivada a manifestar-se em defesa da igreja. Qualquer comportamento que fugia ao indicado pela igreja era, assim, considerado como um escândalo social (GALVÃO, 2015).

No que tange aos aspectos formais, segundo Galvão (2015), o periódico *Santuario da Trindade* compunha-se de 4 ou, raríssimamente, 6 páginas, cada uma delas divididas em 4 colunas, com publicações regulares, aos sábados. A linguagem utilizada dos redatores e colaboradores era simples e de fácil compreensão, com pouca ou nenhuma variação do formato ao longo de seus anos de circulação. Ressalta-se que a apresentação do jornal parecia seguir uma fórmula específica, uma vez que se manteve relativamente igual, no tempo. Ademais, os endereços da tipografia e da redação do periódico não constavam da folha, provavelmente, pelo reduzido tamanho da cidade e por serem os redentoristas conhecidos de todos, na comunidade. Em relação à folha e ao conteúdo do *Santuario da Trindade*, Galvão (2015) comenta que

[a] folha possuía um modelo bastante atual, sob certos aspectos. A primeira matéria era a mais importante, escrita quase sempre pelo diretor do jornal, salvas poucas exceções, como as publicações das encíclicas papais ou cartas pastorais do bispo diocesano. Havia um espaço destinado às notícias do país, com ênfase em alguns estados, e um para aos assuntos internacionais. Como muito se falava de protestantismo, inúmeras notícias eram referentes aos Estados Unidos, seus pastores e seu povo. De grande rele-

vo também, obviamente, eram as notícias da Itália, mais especificamente as de Roma. Na seção “Leituras Amenas” se alternavam textos literários, biografias de membros religiosos etc., e constituía-se – juntamente com a coluna de anedotas – na parte mais “despretensiosa” do jornal, embora fossem veiculados, muitas vezes, textos com clara intenção evangelizante.

O periódico apresentava vez ou outra alguma gravura. Eram constantes somente aquelas dos anúncios de propaganda, segundo a descrição do produto a ser comercializado. As matérias eram separadas por títulos em negrito, de diferentes tamanhos, de acordo com a importância que se queria dar ao texto. (p. 55-56)

O jornal fazia grande propaganda da “boa imprensa” em detrimento da “má imprensa”, neutra, maçônica e protestante, de cunho anticlerical. Dom Eduardo, na Carta Pastoral “Abusos e males da imprensa”, publicada em 1902, abordou tanto os benefícios da boa imprensa católica, a qual deveria ser apoiada e valorizada pelos diocesanos, quanto os malefícios da imprensa protestante cujas publicações eram perniciosas e ignóbeis. A “má imprensa” iria, então, de encontro ao bom senso e aos bons costumes. Nesse diapasão, o jornal *Santuario da Trindade* publicou várias matérias sobre a imprensa. A partir do final de 1929, tornam-se mais frequentes os debates sobre o assunto, visando tanto à promoção da “boa imprensa”, por meio da assinatura dos jornais católicos, quanto ao rechaço aos folhetins e semanários antirreligiosos ou protestantes (GALVÃO, 2015).

## OS OBJETIVOS DO *SANTUARIO DA TRINDADE*

Na primeira edição do jornal *Santuario da Trindade*, publicada em 1 de julho de 1922, no editorial, intitulado “Nosso programma”, expressam-se os objetivos do jornal, quais sejam: informar os fiéis do que acontecia no santuário

de Trindade; proporcionar-lhes conhecimento sobre a religião católica e reforçar o amor à Igreja; incrementar a fidelidade no cumprimento dos deveres religiosos e o interesse pelas “coisas da Religião”; repelir as agressões contra a religião e prevenir os fiéis contra os laços “que lhes armam os inimigos da Igreja”; e, por fim, oferecer aos leitores notícias e informações que fossem de seu interesse, bem como leituras amenas e instrutivas.

Na segunda página da primeira edição, há um artigo intitulado “O jornal catholico”, no qual se versa sobre a boa imprensa enquanto “leitura sã e proveitosa”, e mostra-se a importância da leitura do jornal católico, que “mostra a todo o mundo a verdade” sobre as calúnias propagadas pelos “inimigos da Religião” por meio da “má imprensa”. Além disso, incitam-se os leitores à assinatura do jornal:

**Os inimigos da Religião** servem-se constantemente dos jornaes para atacarem e calumniarem a Igreja catholica. E’ o jornal catholico **que rebate esses ataques, refuta essas calumnias e mostra a todo o mundo a verdade.**

[...]

O jornal católico offerece a seus assinantes **leitura sã e proveitosa** e procura informal-os sobre todas cousas que os interessam de modo que não tenham a necessidade de colher informações em outros jornaes.

São muito grandes, portanto, os proveitos que nos traz o jornal catholico. Por isto devemos de nessa parte auxiliá-lo para que elle possa manter-se e desenvolverse. **Como catholicos devemos assignar o jornal catholico**, porque elle sem assignantes não pode viver. **Como catholicos devemos estimar o jornal catholico e preferil-o aos outros** porque é o nosso jornal que para nos trabalha. Como catholicos devemos propagar o jornal catholico, mostrando, emprestando, recomendando-o aos outros, pois assim fazemos um beneficio aos outros e trabalhamos para a bôa causa. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 1, p. 2, destaques adicionados)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Na transcrição dos trechos do jornal Santuario da Trindade, manteve-se a ortografia original.

Nesse sentido, o jornal buscava defender o catolicismo como a única religião verdadeira, daí seu combate às demais:

[...] Não ha [...] duas religioes que ensinem a mesma cousa: uma sempre contradiz a outra, dizendo ser falso o que ensina a outra. Logo deve-se vêr qual é a verdadeira e rejeitar todas as outras. **Ora a verdadeira é a que Deus mesmo nos ensinou e trouxe a terra : a religião catholica** ; for a della não ha religiao que agrade a Deus, pois elle não pode estar em contradição consigo mesmo. Não é portanto a mesma coisa si se segue a religião catholica ou qualquer outra...Alem disso só a **religião catholica aperfeioa e santifica o homem porque só ella cuida do interior, do coração e consciencia humana. As outras religiões podem formar homens de bem na apparencia, não na realidade, porque só se occupam do exterior e não combatem as paixões e os vícios occultos.** Deus porem olha para o coração e detesta a hypocrisia e não acceita um culto só dos labios. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 69, p. 2, destaques adicionados)

### CRÍTICAS AO PROTESTANTISMO

Na segunda edição do Santuario da Trindade, de 15 de julho de 1922, na seção “Reflexões”, fazem-se explícitas e contundentes críticas ao protestantismo, achacado de “inimigo insidioso e traiçoeiro”:

Anda por quasi toda parte um **inimigo insidioso e traiçoeiro** que tenta roubar ao povo o que tem de mais precioso, a sua Religião, e junto com ella lhe rouba o amor à pátria e a paz na própria família. **Este inimigo é o protestantismo.** Procurando de preferencia os lugares, onde não ha vigario, andam espalhando folhetos, livros e biblias falsificadas. Procuram virar a cabeça do povo dizendo que todos devem estudar biblia quando é certo que Nosso Senhor nunca disse que todos devem ler a biblia nem que os que não sabem ler não se salvam. Os pregadores protestantes vem quasi todos da America do Norte e seu fim

não é cuidar da Religião, mas ganhar um partido, para que os Estados Unidos da América do Norte possam mais tarde predominar no Brazil. Assim já fiseram no Mexico e em outros paizes. Se elles quizessem tratar mesmo de Religião, deviam ficar no paiz delles, onde ha vinte vezes mais pagãos que no Brazil. Os catholicos devem ter toda cautela e não se deixar enganar pelos protestantes. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 2, p. 1, destaques adicionados)

A leitura feita pelo jornal no que diz respeito ao interesse político da empreitada missionária norte-americana pelo Brasil não é desarrazoada. Consoante Mendonça (1984), o esforço dos missionários norte-americanos no Brasil parece ter sido muito maior que nos demais países latino-americanos, porquanto o Brasil era o maior território da América Latina e seu potencial político podia tornar-se relevante na região, para além do fato de haver-se tornado uma monarquia, após sua independência de Portugal. O autor lembra que nem sequer a febre amarela, que acometia pregadores e educadores-missionários, conseguiu deter a “invasão” que continuou crescendo à medida que o século XIX chegava ao fim.

Outros ataques ao protestantismo, mais especificamente o norte-americano, podem encontrar-se em edições ulteriores do *Santuário de Trindade*:

**Uma das provas mais claras de que o protestantismo é religião falsa, é sua divisão em tantas seitas.** Só na América do Norte ha mais de quinhentas seitas: todas ellas protestantes, cada uma a dizer que é a religião de Christo. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 5, p. 1, destaques adicionados)

**Cuidado com esses individuos que apparecem por ahi propagando o espiritismo e o protestantismo:** não se sabe de seu passado, mas vê-se que boa cousa não são. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 6, p. 1, destaques adicionados)

Catholicos, não compreis nem aceiteis de graça os livros e folhetos protestantes. **O protestantismo norte-americano é inimigo tanto da religião católica como da pátria e da unidade nacional.** (SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 27, p. 1, destaques adicionados)

**Na America do Norte os negros são desprezados e, muitas vezes, maltratados pelos brancos. Este costume, que pouco combina com os preceitos do evangelho, é entretanto seguido pelas seitas protestantes.** Somente entre nós, onde querem conseguir adeptos a todo custo, os ministros protestantes não manifestam o odio aos negros, que na terra delles aprenderam. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 49, p. 2, destaques adicionados)

[...] Certo é que **o protestantismo norte-americano** – o protestantismo europeu é muito diferente – **vem trazer-nos a desordem e a anarchia, e, portanto minará infallivelmente a nossa unidade nacional e independência.** Porque os ministros protestantes norte-americanos não vem ao Brasil para catechizar os bugres e pagão, mas somente para hostilizar os catholicos, semear entre nós o joio da discordia e desunião. **É portanto dever de todo brasileiro que ama sua pátria, que quer sua pátria livre e independente, combater a invasão protestante norte-americana;** e como os protestantes norte-americanos fazem propaganda de sua seita em seus collegios e por meio de seus collegios, é dever nosso clamar continuamente contra estas escolas que são como subterraneos **onde se prepara manhosamente a minagem da unidade nacional e, portanto, de sua soberania e liberdade.** [...] (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 50, p. 1, destaques adicionados)

Como noutras partes tambem aqui em Goyaz **essas raposas** [os protestantes] sabem fazer suas covas. **Para enganar o povo e encobrir seus fins** começam com obras de caridade, arrecadam o dinheiro dos catholicos e estes pensando fazer uma obra muito boa, concorrendo para hospitaes, asylos, casas de misericordia etc. cahem no laço auxiliando obras genuinamente protestantes. [...] (SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 93, p. 1-2, destaques adicionados)

## CRÍTICAS AO ESPIRITISMO

Na edição do **Santuário da Trindade** do dia 29 de julho de 1922, seção “Reflexões”, o espiritismo é considerado “pernicioso” e é “uma das grandes pragas que flagellam a humanidade”. Para o jornal, as sessões espíritas são “laço de pegar os bobos”: o chefe da sessão se aproveitaria da escuridão para enganar os presentes; nos casos em que aparece algum espírito, não se trata da alma invocada, mas sim do demônio que busca “seduzir e perder os homens”. Além disso, afirma-se que o espiritismo é contrário à religião, leva as pessoas à perda da fé ou, ainda, à loucura.

*Uma das grandes pragas que flagellam a humanidade, é o espiritismo. Um individuo qualquer affirma que elle sabe chamar as almas do outro mundo, reúne algumas pessoas em um quarto escuro e eis formada uma sessão espirita ou antes está armado o **laço de pegar os bobos**. [...]*

O que é certo sobre o espiritismo, é o seguinte: Em quasi todos os casos não apparece nas sessões nenhum espirito, mas tudo quanto ahi se percebe são manejos do **chefe da sessão que se aproveita da escuridão para enganar os outros. Nos poucos casos em que apparece um espirito, nunca é a alma que se chamou, mas sim o demônio que assim quer seduzir e perder os homens. Entretanto é o espiritismo muito pernicioso, porque ensina cousas contrarias a Religião e assim faz os homens perder a fé e porque faz muitissimas vezes ficar loucas as pessoas que assistem ás reuniões.**

Por isso a Igreja Catholica condemna o espiritismo e prohibe debaixo de peccado mortal a assistencia ás sessões espiritas. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 3, p. 1, destaques adicionados)

Argumentos médicos e psiquiátricos eram frequentemente avançados como embasamento para as críticas ao espiritismo:

**A quantos o espiritismo tem transtornado a cabeça.** O director do hospicio do Juquery, o grande hospicio de São Paulo declarou que grande parte dos doudos que ali estão internados, enlouqueceu por causa do espiritismo. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 4, p. 1, destaques adicionados)

**As perturbações mentaes acusadas pelo espiritismo são tantas** que os medicos de maior nomeada e as estatisticas nacionaes mostram que **a grande maioria dos loucos procede dos conciliabulos espiritas.** (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 147, p. 1, destaques adicionados)

Com efeito, conforme Almeida (2021), para a maioria dos médicos e psiquiatras que se dedicou à análise da mediunidade, as práticas espirituais eram consideradas prejudiciais à saúde mental. Dentro desse contexto, havia duas correntes: a primeira atentou-se diretamente para a loucura e o combate ao espiritismo, ideias que mais influenciaram os psiquiatras brasileiros; a segunda, conquanto admitisse o perigo e a necessidade de intervenção sobre as práticas espíritas, voltou-se para a avaliação do quanto esses fenômenos mediúnicos poderiam oferecer subsídios para uma melhor compreensão do funcionamento da mente e dos quadros nosográficos.

Na edição nº 147 do *Santuario da Trindade*, de 27 de fevereiro de 1926, em uma matéria intitulada “O grande mal”, reproduzida do *Jornal do Commercio*, reporta-se o artigo 157 do Código Civil brasileiro da época, o qual condenava a prática do espiritismo:

O Código Brasileiro no artigo 157, diz: «Praticar o «espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias», para despertar sentimentos de odio ou de amor, inculcar curas de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica. Pena de prisão de um a seis mezes e multa de 100\$000 a 500\$000.» (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 147, p. 1, destaques adicionados)



Outros ataques ao espiritismo podem ser observados nos trechos abaixo:

[...] Mas é isto que é o espiritismo, **exploração e roubo**. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 8, p. 1, destaques adicionados)

[...] Acontece muitas vezes que **os que praticam o espiritismo acabam loucos ou suicidam-se**. O espiritismo é por isto um **grande inimigo da humanidade**, uma praga terrível que, onde entra, causa os maiores estragos. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 11, p. 1, destaques adicionados)

O espiritismo em sua forma actual teve sua origem nos Estados Unidos. Actualmente, porem, o povo e as autoridades de lá estão bem convencidos de que o espiritismo é **um cancro que destroe e mata, que traz inumeros males e desgraças**. Por isto uniram-se as autoridades civis e religiosas para combaterem com todos os meios este **mal tão grande** que é o espiritismo. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 16, p. 1, destaques adicionados)

[...] o facto que **o espiritismo tem levado muitos á loucura, ao suicídio ou ao crime**, é tão grave que **ninguém pode approvar ou favorecer o espiritismo**. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 23, p. 2, destaques adicionados)

A quanta cousa mà presta-se o espiritismo. **E' impossivel que elle seja cousa boa**. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 43, p. 1, destaques adicionados)

Vê-se que **o espiritismo é uma grande exploração**: entretanto são incalculáveis os males que elle já tem produzido nos espiritos fracos que por elle se deixam enganar e impressionar. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 54, p. 1, destaques adicionados)

O Espiritismo é o conjunto de todas as superstições e as astucias da incredulidade moderna, que, negando a eternidade dos penas do inferno, o sacerdocio catholico, e os direitos da Igreja, **destróe todo o Christianismo. Os espiritas devem ser tratados como verdadeiros herejes e fautores de heresias** [...]. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 119, p. 2, destaques adicionados)

Há nas sessões [espíritas] muito charlatanismo e muita bobagem. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 165, p. 2)

2 – Muitos dos desgraçados loucos, victimas do espiritismo, levam a desordem ao seio de suas «familias», uns abandonando os seus negocios, outros causando mil distúrbios, desavenças, odios e até horriveis assassinatos. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 119, p. 2)

## CRÍTICAS À MAÇONARIA

Segundo Médioni (2018), afirma-se que, no Brasil, a maçonaria existe desde 1797, pela criação de uma loja maçônica no final do século XVIII. Proibida várias vezes por períodos mais ou menos longos durante sua história, conhece entre essas proibições um rápido aumento no país e uma difusão no Paraguai e Uruguai. A primeira obediência maçônica criada foi o Grande Oriente do Brasil, em 1822, por três lojas francesas. Sofreu forte oposição do clero católico e se uniu, em 1883, após um longo período de divisão até 1927. A maçonaria brasileira é a maior da América do Sul em número de membros e todas as correntes obedientes estão presentes em seu território. Em 21 de outubro de 1922, em seu nº 9, o *Santuario da Trindade* publicou um editorial intitulado “A maçonaria”, no qual acusa a maçonaria de ter intenções avessas ao catolicismo:

A maçonaria tem como fim principal, **combater a Igreja Catholica, contrariar a acção da Igreja, atacar a doutrina da Igreja, destruir a disciplina da Igreja, demolir todo o edificio da revelação christã.** Para isto a maçonaria foi fundada e para isto ella tem trabalhado em toda parte. Basta lembrar as ultimas perseguições contra a Igreja na França, em Portugal, no Mexico que foram levadas a effeito pela maçonaria como ella mesma confessa. Tambem no Brazil a maçonaria trabalha contra a Igreja. [...]

**A Igreja Catholica de sua parte não pode deixar de**

**condemnar a maçonaria e de condennar os catholicos que entrando na maçonaria se alistam nas fileiras de seus inimigos.** Já em 1758 o papa Clemente XII condennou a maçonaria e desde então os papas sempre declararam que incorre na pena da excomunhão, que está fora da Igreja, quem se inscreve na maçonaria. [...] (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 9, p. 1, destaques adicionados)

No dia 18 de novembro de 1922, o jornal publicou uma nota em resposta a críticas que recebeu a seu editorial e fez questão de reafirmar a sua posição em relação à maçonaria:

E' preciso saber que ha cem annos a maçonaria passava no Brazil apenas como sociedade politica que trabalhava pela independencia do Brazil e por isto a ella se alistaram tambem muitos sacerdotes que tinham o mesmo ideal. Logo porem que se conheceu **o character anti-religioso da maçonaria** e que se soube da condemnação della pelos Papas os sacerdotes della se retiraram. [...] E que houve nos conventos de Lisboa na occasião da proclamação da republica portugueza ? [...] No dia em que venceu a republica em Portugal, **a maçonaria organizou o assalto aos conventos. As casas e igrejas dos conventos foram arrombadas e saqueadas, os religiosos foram maltratados, presos e encarcerados, tendo de passar pelos maiores vexames até poderem partir para o estrangeiro.** [...] (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 11, p. 1-2, destaques adicionados)

É curiosa a afirmação da Igreja Católica sobre o suposto caráter antirreligioso da maçonaria, quando, na realidade, o surgimento desta deu-se justamente em um contexto religioso. A Inglaterra ou a Escócia dos séculos XVII e XVIII eram terras protestantes, impregnadas de cultura bíblica, onde até hoje a filiação religiosa é em parte constitutiva da identidade social. Esta origem religiosa verifica-se naturalmente nos símbolos e rituais, como também nos primeiros regulamentos e

nos costumes mais antigos da maçonaria. Além disso, desde o século XVIII, tanto na França quanto na Inglaterra, havia um capelão em cada loja maçônica, geralmente escolhido entre os ministros de uma religião estabelecida, porque todas as assembleias das lojas começavam e terminavam com orações (DACHEZ; BAUER, 2013).

Outras críticas à maçonaria podem ser verificadas nos excertos a seguir:

[...] os maçons não sabem em que vae ser empregado sua valiosa contribuição: **para fins de beneficencia certamente que não. E a confissão de que vivem expostos uns ás intrigas e calumnias dos outros, é bem expressiva. Mas poderia esperar-se outra coisa là onde se vive a combater a lei de caridade que Christo ensinou?**[...]

[...] **a maçonaria é uma má companhia.** Um catholico não pode, em consciencia, andar em tal companhia ou della fazer parte, pois é certo que **ella é inimiga da Igreja** e que, como sociedade secreta, **tem fins occultos e criminosos** tendo sido já em muitos paizes **causadora de grandes crimes e de grandes desordens.** (SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 17, p. 3, destaques adicionados)

Para se ver que boa cousa é a maçonaria basta saber que os paizes civilizados, que cuidam seriamente de suas instituições, estão expulsando os maçons de suas posições. [...] **Quem suscitou a grande guerra, està provado, foi a maçonaria. Quem matou ou mandou matar todas as ultimas victimas do scenario europeu, foi a maçonaria.**

E ainda ha gente que julga ser ela uma instiuição boa. (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 74, p. 1, destaques adicionados)

**A maçonaria é uma sociedade essencialmente contraria á religião catholica.** Isto é cousa velha ; todos os maçons intelligentes o sabem.

**A propria maçonaria brasileira tem manifestado oficialmente, mais de uma vez, o seu espirito hostile á religiao catholica.** (SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 109, p. 1, destaques adicionados)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a atuação do *Santuário da Trindade* como representante da boa imprensa no estado de Goiás, bem como seu ferrenho combate aos “inimigos da Religião”. O jornal, ao longo de seus nove anos de existência, teceu duras críticas ao protestantismo, ao espiritismo, à maçonaria, ao curandeirismo, à “má imprensa”, neutra e supostamente antirreligiosa. Neste artigo, abordaram-se as críticas feitas ao protestantismo, ao espiritismo e à maçonaria.

Mediante o exame das diferentes edições do *Santuário*, pode-se perceber que o jornal pretendia ser a única fonte fiável e saudável de informação para os fiéis católicos, tratando de provar-lhes que o catolicismo era a única religião verdadeira, aquela que foi deixada por Deus. Como, segundo o jornal, Deus não poderia contradizer-se a si mesmo, as demais religiões deveriam ser rebotadas, porque contrárias umas às outras e à própria religião católica. Em vista disso, quase todas as edições do jornal apresentavam algum texto com considerações contrárias (por vezes, repetitivas, importa dizê-lo) à prática de outras doutrinas que não à católica.

É perceptível que o maior esforço repreensor do *Santuário da Trindade* direcionava-se ao protestantismo e ao espiritismo, com menos textos para a maçonaria. Os principais argumentos contra o protestantismo denunciavam as pretensões políticas das missões protestantes e afirmavam seu desejo de atentar contra a unidade nacional. Além disso, o *Santuário da Trindade* sustentava que o protestantismo era uma religião falsa, haja vista a sua divisão em várias seitas com diferentes doutrinas. No que se refere ao espiritismo, o periódico alertava que se tratava de charlatanismo, “laço de pegar os bobos”, causador de desordens e perturbações mentais, levando

os frequentadores de sessões espíritas à loucura, ao suicídio e ao crime. Quanto à maçonaria, acusava-se ela de ter intenções criminosas e ocultas, de ser inimiga da igreja e da religião; o *Santuário* chegou a culpá-la inclusive de suscitar a Primeira Guerra Mundial.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

SANTUARIO DA TRINDADE (jornal). Campininhas das Flores, GO, n. 1-211. (1922-1927).

### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Angélica A. Silva de. **Uma fábrica de loucos**: Psiquiatria x Espiritismo no Brasil (1900-1950). Belo Horizonte: Dialética, 2021.

AMARAL, Walter Valdevino do. Apostolado da boa imprensa: contribuições das Filhas de Maria na imprensa católica (Pernambuco, 1902-1922). *Escritas*, [s. l.], v. 6, n. 1, 2014. p. 204-224. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/download/1435/8228>. Acesso em 15 jan. 2023.

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliézer; ARRAIS, Tadeu. **O século XX em Goiás**: o advento da modernização. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.

BARMAN, Roderick J. **Citizen Emperor**: Pedro II and the Making of Brazil, 1825–1891. Stanford: Stanford University Press, 1999.

BORIN, Marta Rosa. A “boa imprensa” e a “imprensa ímpia”: embates entre agentes sociais católicos e espíritas no Rio Grande do Sul. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. p. 1-13. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178\\_3282b2fbb5e07f0a4ed9718e2fee5e8a.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178_3282b2fbb5e07f0a4ed9718e2fee5e8a.pdf). Acesso em 15 jan. 2023.

DACHEZ, Roger; BAUER, Alain. **La franc-maçonnerie**. Paris: PUF, 2013.

DUBEY, Umesh Kumar Bhayyalal; KOTHARI, D. P. **Research methodology**: techniques and trends. Londres: CRC Press, 2022.

GALVÃO, Andréia Márcia de Castro. O jornal Santuário de Trindade e os discursos de normatização das festas religiosas. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 24, n. 1, jan./mar. 2014. p. 37-47. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/download/3220/1914>. Acesso em 15 jan. 2023.

GALVÃO, Andréia Márcia de Castro. “Um remédio para a alma”: o risível em Goiás no jornal Santuário da Trindade (1922-1931). 2015. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades) – Universidade Estadual de Goiás, 2015. Disponível em: [https://www.btdt.ueg.br/bitstream/tede/973/2/1502475264\\_versao\\_cd.pdf](https://www.btdt.ueg.br/bitstream/tede/973/2/1502475264_versao_cd.pdf). Acesso em 16 jan. 2023.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2051.pdf>. Acesso em 15 jan. 2023.

GONÇALVES, Marcos. Missionários da 'boa imprensa': a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, 2008. p. 63-84. Disponível em: <https://www.scielo.br/r/rbh/a/4L-JXsCFrPPMvXchnvNb6Qzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 jan. 2023.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil: primeira época – período colonial**. São Paulo: Vozes, 2008.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Dall'alto Dell'Apostolico Seggio, de Sua Santidade Papa Leão XIII aos bispos, ao clero e ao povo da Itália**. Sobre a Maçonaria na Itália. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 1890. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18901015\\_apostolico-seggio.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18901015_apostolico-seggio.html). Acesso em 16 jan. 2023.

MÉDIONI, Henri. **La franc-maçonnerie au Brésil**. Paris: Éditions Dualpha, 2018.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fi do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

PAULA, Andressa. **A revista A Cruzada e a “boa imprensa” católica no Paraná (1926-1931)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

PAULA, Andressa. Contra a “má imprensa” a “boa imprensa”: periódicos a serviço da Igreja Católica. *In*: PEREIRA, Denise (org.). **Teologia das religiões 2**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. p. 162-169. Disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/15186>. Acesso em 15 jan. 2023.

RIBAS, Ana Claudia. A BOA IMPRENSA, A POLÍTICA E A FAMÍLIA: OS DISCURSOS NORMATIZANTES NO JORNAL O APÓSTOLO (1929-1959). **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 24, jan./jun. 2011. p. 96-106. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445949508009.pdf>. Acesso em 15 jan. 2023.

RICHARDS, Kevin Andrew; HEMPHILL, Michael A.; WRIGHT, Paul M. **Qualitative research and evaluation in Physical Education and Sport Pedagogy**. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2023.

SANTOS, Patricia Ferreira dos. **Poder e Palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. A “boa imprensa católica” na divulgação das visões acusatórias sobre a maçonaria na década de 1930. **SÆCULUM**, v. 26, n. 44, João Pessoa, jan./jun. 2021. p. 106-118. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/57376/33912>. Acesso em 15 jan. 2023.

SILVEIRA, Diego Omar. A pelega pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. p. 1-14. Disponível em: [https://www.academia.edu/en/30559693/A\\_pelega\\_pela\\_Boa\\_Imprensa\\_reflexões\\_sobre\\_os\\_jornais\\_da\\_Igreja\\_a\\_Romanização\\_dos\\_costumes\\_e\\_a\\_identidade\\_Católica\\_no\\_Brasil\\_In\\_Anais\\_do\\_9o\\_Encontro\\_Nacional\\_de\\_História\\_da\\_Mídia\\_Ouro\\_Preto\\_Editora\\_da\\_UFOP\\_2013\\_pp\\_01\\_14](https://www.academia.edu/en/30559693/A_pelega_pela_Boa_Imprensa_reflexões_sobre_os_jornais_da_Igreja_a_Romanização_dos_costumes_e_a_identidade_Católica_no_Brasil_In_Anais_do_9o_Encontro_Nacional_de_História_da_Mídia_Ouro_Preto_Editora_da_UFOP_2013_pp_01_14). Acesso em 15 jan. 2023.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1980.



## SOBRE OS AUTORES



***ANDRÉ VINICIUS MOSSATE JOBIM***, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [viniciusjobim@gmail.com](mailto:viniciusjobim@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7070919962341466>.

***BRENO DOS SANTOS SANTANA***, mestrando em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará – PPHIST/UFPA. E-mail: [breno1898@gmail.com](mailto:breno1898@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9557509865084614>.

***EDUARDO SANTOS COSTA***, mestrando da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista CAPES/DS. E-mail: [eduscosta@outlook.com](mailto:eduscosta@outlook.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6454703101274460>.

***JOÃO NEI EDUARDO DA SILVA***, mestre em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, professor da Educação Básica, SEMEC/Prefeitura Municipal de Belém/SEDUC-PA. E-mail: [joaoneid1@gmail.com](mailto:joaoneid1@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1821645401016674>.

***LUCAS MELLO NEIVA***, Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: [lucas.mello.neiva@gmail.com](mailto:lucas.mello.neiva@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2429423438899353>.

***LYDIO ALFREDO ROSSITER NETO***, hestrando do Programa

de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões (LIER). E-mail: lydio.rossiter@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9751347892509557>.

**MARIA RITA SANTOS**, doutorado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia; Colíder do Grupo de Pesquisa em Acesso, Permanência e Evasão na Universidade (GRAPEUNI/UESC); pesquisa financiada pela Capes; e-mail: mrita.sant@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3895162757532263>.

**MAYARA ARAUJO**, mestrado profissional em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. E-mail: mayara.araujo@ifpa.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9964929725796581>.

**OSLAN COSTA RIBEIRO**, doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). E-mail: oslan@hotmail.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7937879658171776>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1742-9669>.

**PAULO AFONSO TAVARES**, doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (PUC Goiás) e Filosofia (Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG). E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7254003435294622>.

**WEMERSON MATOS**, mestrando em Educação pelo Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará. E-mail: wemerson.historia@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8051148252704175>.

*WILSON WAGNER SIDÔNIO GOMES*, Universidade da  
Amazônia – UNAMA. E-mail: wilsonwagner2@gmail.com.  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8448027035970438>.



[2023]  
EDITORA CABANA  
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)  
67130-130 — Ananindeua — PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
cabanaeditora@gmail.com  
www.editoracabana.com

65/23-1  
Abaixo os planos reaccionarios de redução dos efectivos e desarmamento do Exército!

PROLETARIOS de todos os paizes, Uni-vos

# UNIÃO DE FERRO

Orgão Central do Partido Comunista nas Forças Armadas  
Rio de Janeiro, Novembro de 1935

ANNO IV

N. 15

## O Papel Que Representa Actualmente o Exército Só um Exército Revolucionario Defenderá de Facto o Brasil

Só os ignorantes e imbecis, ou aqueles que tem nisso vantagens, podem ainda negar que o povo brasileiro está sendo engulido aos poucos pelos capitalistas estrangeiros, auxiliados pelo governo de Getulio, pelos integralistas e por toda essa corja de figurões "politicos" que tem vendendo e estão vendendo o Brasil aos exploradores imperialistas e seus cunicamente, procuram iludir com promessas vãs, dizendo que estão se esforçando "salvar" o Brasil.

Essa situação de exploração, de miséria e de viver miseravelmente mesmo o Exército a patria contra o invasor ex-

resposta a estas perguntas:

O Exército é a força armada da patria para garantir os interesses dos exploradores do Brasil, contra a fome e a LIBERDADE. Basta lembrar o nome de João Gomes e quasi todos os integralistas, associados ao governo de Getulio e aos capitalistas estrangeiros, afirmam de

jogarem o Exército contra o povo. Pelo que vemos, o Exército também não defende a patria brasileira; nem tampouco defende o povo e nossas familias.

O Exército não tem sido senão um joguete nas mãos dos "politicos" brasileiros e dos exploradores estrangeiros. Os soldados têm sido sempre iludidos e levados criminosamente ás guerras como em 30 e 32, afirm de serem mortos, mutilados e esmagados nas trincheiras, quando, realmente, vão defender os interesses de americanos ou ingleses e de um grupinho de politiquinhos canaças.

Tal é a função do Exército de um paiz semi-colonial como o nosso, com rotulo de paiz independente.

O nosso Exército só poderá defender efficientemente o povo que for um Exército forte, numeroso, bem aparelhado, composto de soldados conscientes, isto é, um Exército Revolucionario, do povo, defendendo seus interesses, chefiado por Prestes, os modelos dos revolucionarios, e não por um integralista vendido como João Go-

## A Guerra de Rapina Contra a Abyssinia confirmar o Que Diziamos do Imperialismo e do Fascism

A invasão da Abyssinia pelo imperialismo italiano veio confirmar o que ha tempo vinhamos dizendo não só sobre o imperialismo, como também sobre o fascismo.

O imperialismo — diziamos — continuamos a dizer — é o capitalismo que agoniza, que sente se para tentar viver por mais algum tempo, se vê obrigado a lançar mão de um golpe de audacia: A GUERRA. A guerra de conquista. A guerra de rapina. E, mesmo, a guerra contra outro imperialismo, para disputa de mercados, fontes de materias primas etc. Tal é o caso do presente assalto dirigido por Mussolini sob o pretexto de civilizar a Abyssinia.

Mas para melhor poder levar o povo á guerra; para que o povo siga iludido, supondo que lá está cumprindo uma nobre missão; para que suponha que a guerra faz os povos e outras coisas mais é necessario que tirem todas as liberdades humanas, é necessario que qualquer manifestação contraria aos interesses dos ricos seja repelida com terror, é neces-

sario que a massa E para isso foi mo.

Vemos assim o cismo está ligado a fome e á reacção. mesma forma que o paro do imperialismo Para mais reaffirm dizemos e ainda m perfeita identidade e cismo, o nazismo e o mo, lembremo-nos d de Hitler incitando o

lemão á carnificina im lembremo-nos do re da Alemanha com o expandir novamente. O a attitude dos sigmoids da presente guerra de louvores á Italia fascista res a seus agentes e paiz; nem uma palavra feza da Abyssinia e muito contra a guerra.

E' por tudo isto que nem vemos dar treguas a essa verde que tem a pretensão dominar nossa patria. A luta pela libertação nacional do povo do Brasil está intimamente ligada á luta contra o integralismo — empreiteiro guerra, defensor mascarado imperialismo.

Lutemos diariamente, por das as formas, contra a guerra o imperialismo e o integralismo. Só assim chegaremos a ter a patria livre, com um governo dependente dos magnatas qualquer natureza.

Escrevamos por toda parte: Abaixo a guerra de

## ABAIXO A BOIA PODRE NOS NAVIOS E QUARTEIS!

vios ou em qualquer da Marinha, vivejo de um verdadeiro boia e pessima; nao conforto de especie al galgalados reaccionam como cachorroproporção que va maltratados e humos também com a necessidade de e lutarmos por

Ha poucos dias, a destemida guarnição do contra-torpedeiro «Santa Catharina», declarou-se em greve contra o vinagre que veio com gosto de Cego» (o official de serviço) ter provado a amostra e mandado distribuir, a guarnição recusou a tomal-o. Passados alguns minutos, veio o café

revolta com aquelle escarneo, jogou restos de pão dentro das jarras do café, inutilizando-o por completo. Resultado: veio café novo e bom.

Isto e um dos innumerables exemplos de que unidos fazemos o que bem quizermos. Os companheiros dos outros navios e quartéis, devem se inspirar neste